



RELATÓRIO E CONTAS

- Exercício de 2016 -

FARMINVESTE - SGPS, S.A.

Sede Social
Travessa de Santa Catarina, 8, 1200-403 Lisboa

Capital Social €100.000.000 • Matrícula na C.R.C. Lisboa e Contribuinte n.º 509 491 480

- 18 de Abril de 2017 -

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da FARMINVESTE - SGPS, S.A. (Farminveste SGPS) submete à apreciação da Assembleia Geral de Accionistas o presente documento contendo, entre outros elementos, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados relativos ao exercício de 2016.

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	5
O ano de 2016	5
Envolvente macroeconómica.....	5
Enquadramento do sector farmacêutico.....	5
Actividade Empresarial.....	9
Áreas de Actuação	9
Actividade em 2016	12
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	12
Alliance Healthcare, S.A.	17
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	18
Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda.	19
GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A.	19
hmR - Health Market Research International, S.A.	20
hmR - Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.	21
hmR - Health Market Research España, S.L.	21
hmR - Health Market Research Ireland, Ltd.	22
José de Mello Saúde, S.A.	23
Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado.....	24
Farminveste 4 - Serviços, S.A.	25
Perspectivas futuras	25
Gestão de Riscos.....	26
Análise Económico-financeira das contas individuais.....	27
Análise económico-financeira das contas consolidadas.....	27
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	32
AGRADECIMENTOS	33
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS INDIVIDUAIS)	34
Demonstração da Posição Financeira (Contas Individuais)	35
Demonstração dos Resultados Por Natureza (Contas Individuais)	36
Demonstração do Rendimento Integral (Contas Individuais).....	37
Demonstração dos Fluxos De Caixa (Contas Individuais)	38
Demonstração das Alterações no Capital Próprio (Contas Individuais)	39
Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Individuais).....	40
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS CONSOLIDADAS)	55
Demonstração da Posição Financeira (Contas Consolidadas)	56
Demonstração dos Resultados Por Natureza (Contas Consolidadas)	57
Demonstração do Rendimento Integral (Contas Consolidadas)	58
Demonstração dos Fluxos De Caixa (Contas Consolidadas)	59
Demonstração das Alterações No Capital Próprio (Contas Consolidadas)	60
Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Consolidadas)	61
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS).....	104
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS)	108
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)	112
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS)	114

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Maria Helena da Silva Neves Correia Amado (Presidente)
Victor Réfega Fernandes (Vice-Presidente)
Fernando José Carreira Saraiva Monteiro (Secretário)

Conselho de Administração

Paulo Jorge Cleto Duarte (Presidente)
Vitor Manuel Lopes Segurado (Vogal)
Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes (Vogal)
Ana Cristina Clarkson Gaspar (Vogal)
Pedro Miguel Antunes Ferreira (Vogal)
Tiago Galvão Alves Pereira (Vogal)
Abel Bernardino Teixeira Mesquita (Vogal)
Augusto Manuel da Costa Meneses (Vogal)
Francisco Manuel Cardoso de Faria (Vogal)

Conselho Fiscal

Efectivos: António Nuno de Jesus Ribeiro Barros (Presidente)
Carlos José de Oliveira Paula (Vogal)
Oliveira, Reis e Associados, SROC, Lda. (Vogal)
Suplente: Carlos Alberto Domingues Ferraz (ROC N.º 362)

RELATÓRIO DE GESTÃO

O ano de 2016

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da FARMINVESTE - SGPS, S.A. (Farminveste SGPS) submete à apreciação da Assembleia Geral de Accionistas o presente documento contendo, entre outros elementos, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados relativos ao exercício de 2016.

A Farminveste SGPS é uma empresa, detida a 90,29% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF).

A sociedade foi formalmente constituída em Setembro de 2010, com um capital social de €100.000.000, tendo por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Envolvente macroeconómica

De acordo com dados do FMI, a economia mundial terá crescido a um ritmo semelhante, cerca de 3,1%, ao verificado em 2015, devido ao menor dinamismo das economias desenvolvidas, nomeadamente nos EUA onde o crescimento do PIB de 1,6% foi o mais fraco desde 2008/09, apesar das economias emergentes terem mantido a tendência de crescimento, especialmente na China, com um crescimento acima do previsto suportado por vários estímulos políticos.

A economia da zona Euro aumentou em 2016 o ritmo de crescimento em 0,1 pp, para 1,7%, sendo a Grécia o único País que não apresentou crescimento (-1,2%) (Fonte: Eurostat).

Este crescimento foi suportado, em larga medida, pela manutenção dos preços baixos do petróleo, por uma política monetária acomodatória que trouxe maior liquidez ao mercado (programa de compra de dívida pública e manutenção de taxas de depósito em valores negativos pelo BCE), pela suavização do ciclo de austeridade nos países periféricos e pela depreciação da moeda euro.

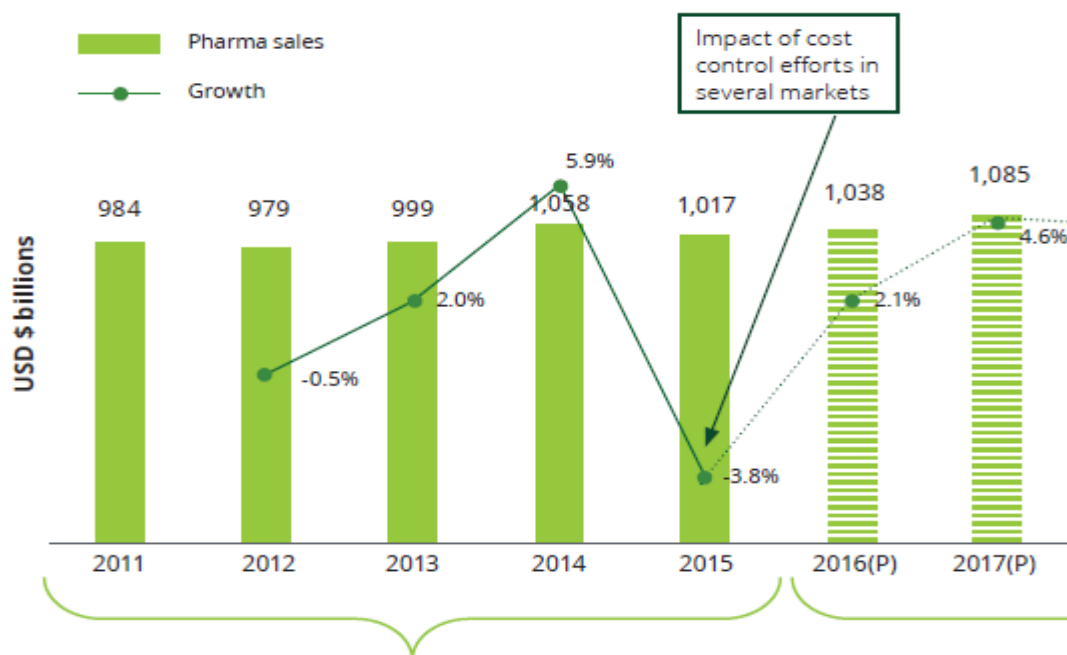
A nível nacional, verificou-se um abrandamento da actividade económica em 0,2 pp comparativamente a 2015, registando-se um crescimento do PIB de 1,4% (1,6% em 2015). Este abrandamento ficou a dever-se essencialmente à contracção do investimento, tendo a componente pública apresentado uma quebra de cerca de 20%, e a uma forte desaceleração do consumo privado que viu reduzida para menos de metade a sua contribuição para o crescimento do PIB comparativamente a 2015 (0,5 vs. 1,1 p.p.) (Fonte: BdP Projectões para a economia Portuguesa: 2017-2019).

A taxa de desemprego situou-se nos 11,1% no final de 2016, tendo caído 1,3% relativamente ao período homólogo. Esta redução é devida, simultaneamente, ao aumento do emprego em cerca de 1,2% e ao aumento da população empregada em 1,3% no período em análise (Fonte: CCP - Conjuntura Económica 4º Trimestre 2016 Mar17).

Enquadramento do sector farmacêutico

Em 2015 verificou-se uma redução de -3,8% nas vendas de produtos farmacêuticos a nível mundial, para \$1.017 mil milhões (ver Gráfico 1), devido em grande medida à redução dos preços e aumento das vendas de medicamentos genéricos originadas pelos vencimentos de patentes e pela introdução de diversas medidas de contenção de custos por parte dos pagadores em vários mercados, nomeadamente na Europa.

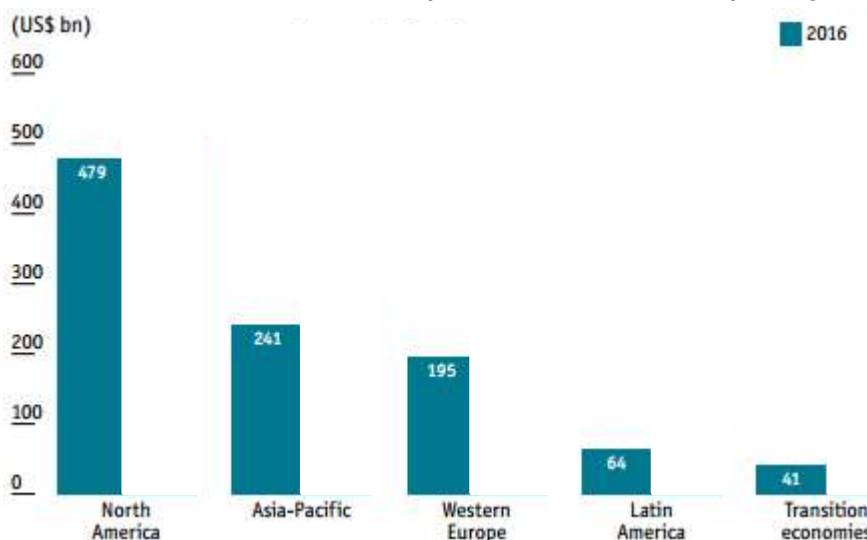
Gráfico 1- Evolução mundial das vendas de produtos farmacêuticos



(Fonte: World Industry Outlook, Healthcare and Pharmaceuticals, The Economist Intelligence Unit)

A estimativa para 2016 aponta para um crescimento de 2.1%, para \$1.038 mil milhões (idem), sendo o mercado europeu responsável por cerca de 19% deste valor (ver Gráfico 2).

Gráfico 2- Detalhe das vendas de produtos farmacêuticos por região



(Fonte: Industries in 2017, The Economist Intelligence Unit)

Em Portugal, segundo os últimos dados disponíveis do INFARMED (Nov. 2016) a despesa com medicamentos no mercado do ambulatório apresentou uma redução de 0,5% em valor (-€8,2 milhões) e um aumento de 0,5% em embalagens (+0,7 milhões) comparativamente aos valores verificados em 2015 (ver Gráfico 3), mantendo a tendência verificada no último ano ao nível da evolução em valor.

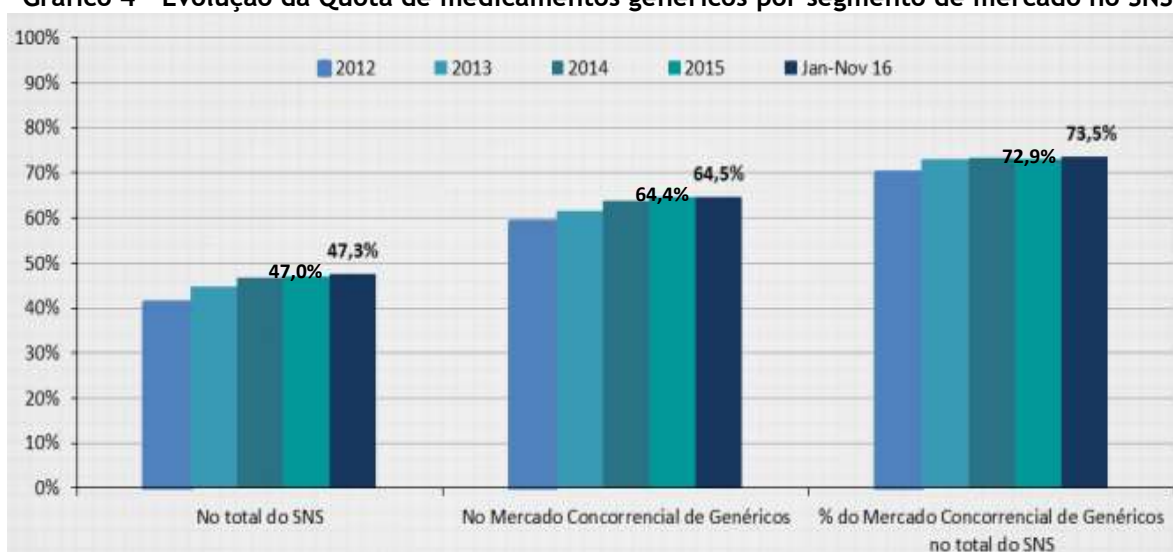
Gráfico 3- Evolução anual da despesa com medicamentos no mercado do ambulatório



(Fonte: INFARMED Monitorização Mensal do Consumo de Medicamentos no Ambulatório do SNS Nov/16)

A redução global da despesa foi conseguida pela redução de 3,1% da componente privada (utente) uma vez que os encargos do SNS aumentaram 0,8%, tendo, no entanto, os encargos por embalagem apresentado uma redução de 3,1% e um aumento de 0,3% respectivamente.

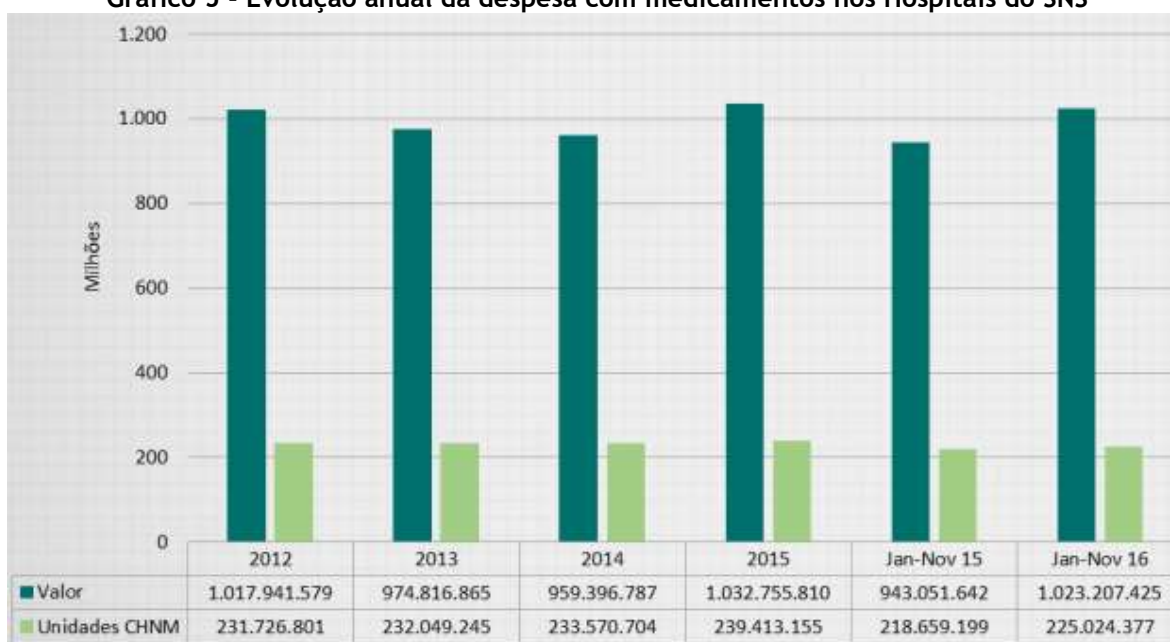
Gráfico 4 - Evolução da Quota de medicamentos genéricos por segmento de mercado no SNS



(Fonte: INFARMED Monitorização Mensal do Consumo de Medicamentos no Ambulatório do SNS Nov/16)

Para esta situação concorre directamente o aumento de 0,4 pp face ao período homólogo da quota de genéricos em unidades, no mercado SNS, para 47,3%, com um aumento de 0,7% nas embalagens de genéricos dispensadas pelas Farmácias. A quota destes medicamentos nas DCIs com genéricos manteve-se estável, fixando-se em 64,4% no final de Nov. 2016. A fatia do mercado (DCIs) com concorrência de genéricos voltou a aumentar ligeiramente para 73,5% comparativamente a 72,9% em 2015 (ver Gráfico 4).

Relativamente à evolução da despesa do SNS com medicamentos nos hospitais, segundo o último relatório disponível do INFARMED (dados a Nov. 2016), verificou-se um aumento de 8,5% em valor face ao período homólogo, para os €1.023,2 milhões, o que representa um crescimento superior aos 7,6% verificados em 2015 (ver gráfico 5). Para este aumento contribuiu positivamente a evolução de 11,4% da despesa com subgrupo dos medicamentos Imunomoduladores, fixando-se nos €282,9 milhões, o que representa 36% da despesa no final do período referido.

Gráfico 5 - Evolução anual da despesa com medicamentos nos Hospitais do SNS

(Fonte: INFARMED Consumo de Medicamentos em Meio Hospitalar Nov/16).

No último período disponível comparável, de 2011 a 2015, a despesa pública com medicamentos no ambulatório diminuiu €164 milhões, enquanto os gastos hospitalares com medicamentos reduziram apenas €13 milhões, pese embora os medicamentos dispensados no ambulatório dos hospitais representarem, em 2015, 46,6% da despesa do SNS com medicamentos.

Apesar do aumento da despesa em medicamentos verificada no mercado do ambulatório em 2016, o preço médio por embalagem reduziu €0,14 comparativamente a 2015, para um valor de €12,07. Desde 2012 o PVP médio global desceu €1,18 o que representa uma redução de 8,9% (gráfico 6).

Gráfico 6 - Evolução do preço médio dos medicamentos dispensados no Mercado do SNS

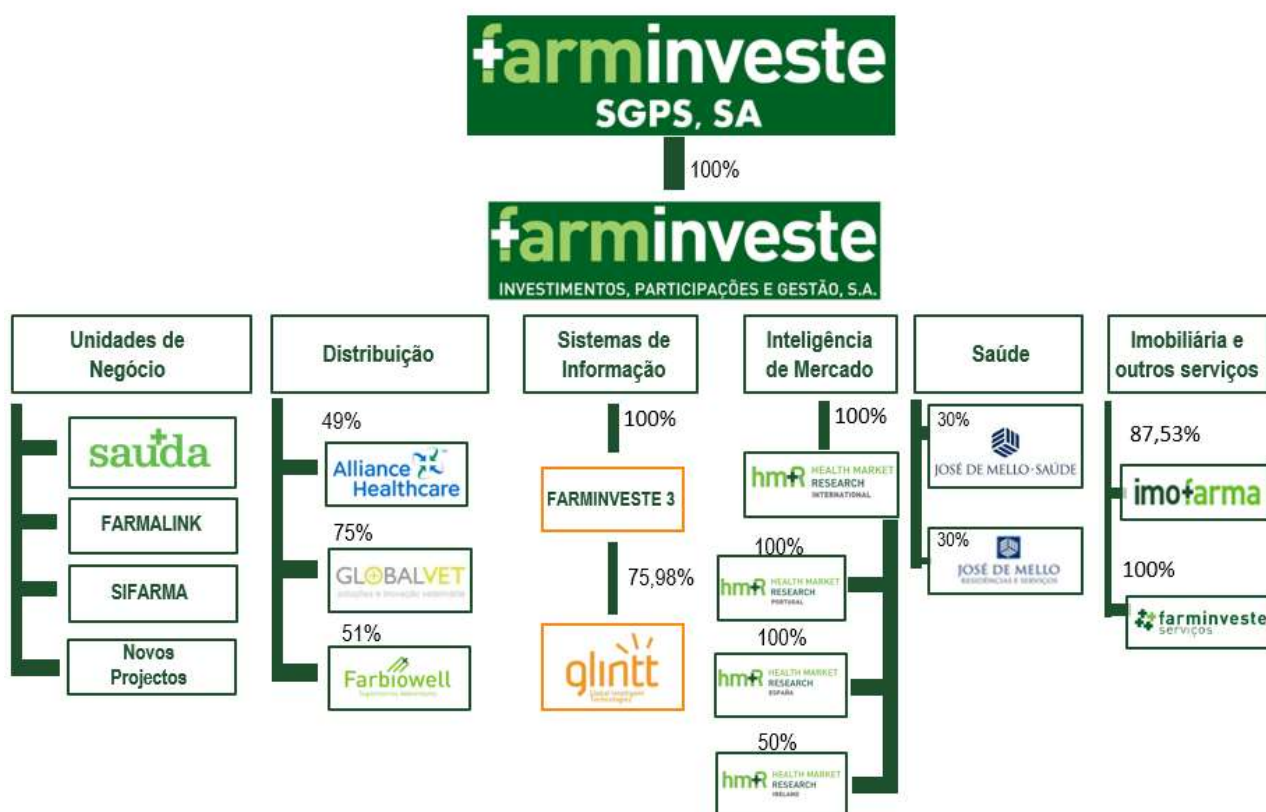
(Fonte: INFARMED Monitorização Mensal do Consumo de Medicamentos no Ambulatório do SNS Nov/16)

A continuada redução das margens das Farmácias aliada ao efeito da redução do mercado verificada nos anos de 2011-14 tem vindo a penalizar fortemente a rentabilidade das Farmácias e dos Armazenistas, tendo levado ao aumento das restrições na obtenção de crédito pelo sector e de 205 insolvências em 2016, com 568 Farmácias em insolvência ou penhora correspondendo a 19,3% das Farmácias em Portugal no final do ano (Fonte: Base de dados MOPE / Análise CEFAR).

Segundo dados hmR, o consumo em ambatório de medicamentos e produtos de saúde em 2016 representou um total de € 3,2 mil milhões, crescendo ligeiramente face ao ano anterior (+0,1%). A tendência verificada foi fruto, essencialmente, da variação de 0,5% do PVP médio por embalagem (€10,3 em 2016 versus €10,25 em 2015), já que em volume o mercado apresentou uma contracção de 0,5%.

Foi nos produtos de saúde e bem-estar em que o efeito de recuperação da crise económica mais se fez notar. Este segmento apresentou em 2016 um crescimento de 5,4% (+2,4% de variação em volume e +2,9% de variação no PVP).

Actividade Empresarial



Durante o ano de 2016 foi criada a empresa Farbiowell, detida em 51% pela Farminveste IPG, mas que não desenvolveu actividade, assim como a hmR International, detida em 100% pela Farminveste IPG, que passou a incorporar as participações financeiras nas hmR, anteriormente detidas pela Farminveste IPG. Paralelamente, a participação no capital da Glintt aumentou para os 75,98% no final do ano.

Áreas de Actuação

A Farminveste SGPS tem como objecto social a participação no capital de outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Farminveste SGPS, através da Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (Farminveste IPG), desenvolve a sua actividade em sectores diversificados, **através de participação em outras sociedades**, nas áreas de distribuição farmacêutica, sistemas e tecnologias de informação, inteligência sobre o mercado farmacêutico e no sector imobiliário e outros serviços, quer **desenvolvendo directamente outras actividades**, nomeadamente ao nível da gestão do Programa Saúde e do *Market Intelligence* do sector farmacêutico.

(i) Distribuição Farmacêutica

Alliance Healthcare (www.alliance-healthcare.pt) - a Farminveste IPG detém uma participação de 49% no capital social desta sociedade, sendo os restantes accionistas a Alliance Boots Holdings Limited com uma participação de 49% e a José de Mello Participações II SGPS com uma participação de 2%.

A Alliance Healthcare tem como objecto social a actividade de distribuição e comércio de drogaria, perfumaria, produtos químicos e farmacêuticos e prestação de serviços; actividade de transporte e distribuição de mercadorias, nomeadamente, especialidades farmacêuticas, por conta de outrem; formação profissional no âmbito da sua actividade comercial para destinatários internos e externos.

As empresas participadas pela Alliance Healthcare são as seguintes:

- A Proconfar, detida em 100% pela Alliance Healthcare, dedica-se principalmente ao comércio por grosso de produtos farmacêuticos na Região Autónoma dos Açores;
- A Alloga, detida a 100% pela Alliance Healthcare, está activa no mercado da prestação de serviços de logística a produtores farmacêuticos;
- A Almus, é detida a 100% pela Alliance Healthcare, tem como objecto a venda, comercialização, distribuição, importação e a representação de medicamentos e produtos afins.

Globalvet - é uma parceria entre a Farminveste IPG (75%) e a Bioconsulting (25%) dedicada à prestação de serviços de consultoria e venda de produtos veterinários às farmácias, clínicas veterinárias e outras entidades relacionadas com a produção, saúde e bem-estar animal.

(ii) Sistemas de Informação

Glintt (www.glintt.com) - A Glintt - Global Intelligent Technologies é uma empresa cotada na NYSE Euronext Lisbon que actua fundamentalmente no mercado das tecnologias da informação na área da saúde, e tem actualmente presença em três continentes, com o mercado Espanhol a assumir uma particular importância no seu *portfolio* de negócios. A Farminveste detém uma participação de 75,98% no seu capital social através da Farminveste 3.

(iii) Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico

Health Market Research (hmR) - Em Novembro de 2016 foi constituída a hmR Health Market Research International, S.A. (hmR International) detida a 100% pela Farminveste com o objectivo de autonomizar a actividade de Market Intelligence do Grupo. Na sua constituição, a hmR International integrou as sociedades hmR Portugal, hmR España e hmR Ireland, que desenvolvem a sua actividade em Portugal, Espanha e Irlanda, respectivamente, e o centro de produção de dados (Col).

A hmR Portugal é uma sociedade que se dedica à consultoria e elaboração de estudos de mercado, quantitativos e qualitativos, na área da saúde, nomeadamente estudos relacionados com o comércio de especialidades farmacêuticas, para-farmacêuticas, dermocosméticas e veterinárias, bem como à prestação de serviços e acções de formação no âmbito desses estudos. A hmR dedica-se ainda ao desenvolvimento e comercialização de programas informáticos com as inerentes actividades de formação e assistência técnica dos seus clientes.

Em 2013 foi constituída a hmR España, para desenvolver o mesmo tipo de actividade da hmR Portugal, beneficiando da infra-estrutura existente e da experiência adquirida no mercado nacional.

Dando seguimento ao projecto estratégico de internacionalização do negócio desenvolvido pela hmR, foi constituída, em Outubro de 2014, a hmR Ireland, em parceria com a IPU (50%), congénere Irlandesa da ANF.

(iv) Prestação de Serviços de Saúde

José de Mello Saúde, SA (www.josedemellosaude.pt) e **José de Mello Residências e Serviços, SGPS** (www.jmellors.pt) - A Farminveste detém uma participação de 30% no capital de cada uma das empresas.

A José de Mello Saúde tem como missão a prestação de cuidados de saúde de qualidade distintiva, suportada por uma rede integrada de unidades de elevada performance, tanto no sector privado (rede de unidades CUF), como no sector público (hospitais integrados no SNS geridos em regime de parceria público-privada (PPP)).

A José de Mello Saúde possui e administra um portfolio diversificado de unidades, tendo actualmente mais de 8.250 colaboradores. Com origem em 1945, a CUF é actualmente constituída por uma rede de sete hospitais (CUF Infante Santo, CUF Descobertas, CUF Porto, CUF Santarém, CUF Torres Vedras, CUF Cascais e CUF Viseu) e seis Clinicas de Ambulatório (CUF Belém, CUF Alvalade, CUF Miraflores, CUF Almada, CUF São Domingos de Rana, CUF Sintra), uma Unidade de Diagnóstico e Tratamento (Instituto CUF) e das parcerias público-privadas dos hospitais de Braga e de Vila Franca de Xira.

A José de Mello Residências e Serviços desenvolve soluções residenciais para a terceira idade. A empresa explora actualmente duas unidades de residências assistidas, localizadas em Lisboa e na Parede.

(v) Sector Imobiliário e outros serviços

A Farminveste detém cerca de 88% das Unidades de Participação (UP) do **Imofarma**, sendo o remanescente propriedade da ANF, e a totalidade do capital da Farminveste 4 - Serviços, S.A.

O Imofarma tem actualmente um capital de aproximadamente €64 milhões, representado por 56.139 Unidades de Participação (UP) e um património de aproximadamente €89 milhões.

Este fundo fechado é proprietário da generalidade dos imóveis utilizados no desenvolvimento das várias actividades da ANF, Farminveste, Alliance Healthcare, Glinnt e hmR.

A Farminveste 4 Serviços dedica-se à promoção e gestão de projectos imobiliários desenvolvidos para acolher as necessidades imobiliárias das empresas do universo ANF e à prestação de serviços partilhados nas áreas financeira, de sistemas de informação, de gestão administrativa de recursos humanos, de negociação e de gestão do património.

(vi) Outras actividades desenvolvidas directamente

A Farminveste IPG desenvolve directamente as seguintes actividades:

- Programa Saúde - Tem como objectivo principal a criação de uma marca única para as farmácias bem como, na sua vertente mais visível, a fidelização dos clientes das farmácias através da emissão de um cartão de fidelização, que conta já com mais de 2 milhões de aderentes. Tem por base a atribuição de pontos na aquisição nas farmácias de determinados serviços farmacêuticos e produtos de saúde e bem-estar, que poderão ser posteriormente trocados por produtos catalogados ou vales de desconto durante um prazo de validade e mediante regras específicas. Este programa foi relançado em Maio 2015 de modo a trazer uma nova dinâmica ao mesmo;
- Marcas Próprias - área de negócio criada em 2016 com o objectivo de estabelecer várias parcerias estratégicas em diferentes áreas, nomeadamente suplementação desportiva, saúde oral, veterinária e medicamentos não sujeitos a receita médica, de forma a desenvolver o negócio da farmácia com uma rentabilidade mais elevada e um preço mais atractivo para o consumidor;
- Novos Projectos - tem como missão prestar apoio às diversas unidades do Grupo ANF, a nível nacional e internacional, com vista ao seu crescimento económico e expansão internacional;
- *Market Intelligence* que agrupa as vertentes seguintes:
 - Farmalink - infra-estrutura tecnológica composta por uma rede informática de alto débito e que permite às farmácias comunicar com os parceiros de negócio e outras utilizações (multibanco, encomendas, manutenção remota, actualização de dicionários, Programa Farmácias Portuguesas, Farmácia TV e internet);
 - Sifarma - *software* de gestão da Farmácia de Oficina que, para além da gestão corrente da farmácia (clientes, fornecedores, stocks, indicadores de Gestão, etc.), integra informação técnica e científica de suporte à intervenção farmacêutica, permite a interacção com a

Farminveste na recolha de dados que são vendidos para tratamento estatístico e comercialização;

Actividade em 2016

Deste capítulo consta a apresentação das actividades desenvolvidas no ano de 2016 pelas sociedades participadas pela Farminveste SGPS.

Como as participações empresariais são detidas pela participada Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (Farminveste IPG), apresentam-se primeiro, no âmbito desta, a actividade das suas unidades de negócio. Em seguida, será efectuada a análise económica e financeira das contas desta sociedade que incluem a equivalência patrimonial das participadas, apresentando a actividade destas em capítulos autónomos.

Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.

Saúda

O Programa Farmácias Portuguesas, agora designado por Programa Saúda, introduziu uma nova dinâmica no relacionamento com os diferentes stakeholders - Farmácias, Clientes e Indústria Farmacêutica, transmitindo um maior benefício, mais perceptível e abrangente, a todos os clientes das Farmácias Portuguesas, no qual para além da possibilidade de rebate de pontos por produtos, foi introduzida a possibilidade de rebate de pontos em vales de dinheiro que podem ser utilizados para pagar a conta da Farmácia.

A nova mecânica incutiu um maior dinamismo ao Programa o que aumentou a taxa de rebate acumulada de 2016 para 93,6% (em 2015 este valor foi de 93,4%), e o número o total de pontos emitidos aumentou na ordem dos 17,1% para 239,5 milhões.

Também em 2016, com o Saúda, foram implementadas mais de 140 ofertas distintas da Indústria Farmacêutica a clientes. A estratégia seguida com a vertente promocional do Programa, tem como objectivo aumentar a percepção de valor que o Programa cria para os clientes, na expectativa de que estas ofertas encaminham cada vez mais clientes às Farmácias Portuguesas. O n.º de clientes activos, (clientes que efectuaram pelo menos uma compra nos últimos 3 meses) aumentou dos 950 mil em Dezembro de 2015 para 1.130 mil no mesmo mês de 2016.

A revista Saúda, é uma ferramenta essencial do Programa. Conta com uma tiragem mensal de 200.000 exemplares e 8 vales de descontos exclusivos, tendo concedido em 2016 cerca de 228 mil euros de descontos a clientes com cartão Saúda. A impressão da revista foi alvo de uma renegociação dos valores de produção e alteração de fornecedor, o que permitiu uma optimização dos custos.

A App das Farmácias Portuguesas, com vertente transaccional, lançada em Fevereiro de 2016, e cerca de 5.000 clientes.

No final do ano de 2016, o Programa Saúda conta com a participação de 1.999 Farmácias, sendo um elo importante da política associativa e do nosso universo empresarial.

Apresenta-se, em seguida, a evolução dos principais indicadores entre 2014 e 2016 relacionados com o Programa:

	2016	2015	2014
Farmácias aderentes	1 999	2 024	2 004
Pontos atribuídos	239 478 400	204 530 115	182 279 750
Pontos rebatidos	224 131 861	190 988 120	159 184 240
Taxa de redenção acumulada	93,59%	93,38%	87,30%

Nesta actividade engloba-se a exploração das estruturas Sifarma (programa informático das farmácias) e Farmalink (rede de comunicações entre as farmácias e parceiros) e a comercialização de dados.

No decorrer do ano de 2016, foram produzidas e distribuídas 16 versões do Sifarma para cerca de 2.437 Farmácias, representando um crescimento de 17 novas farmácias com Sifarma, introduzindo novas funcionalidades nas seguintes vertentes:

- **RME, RSP e Factura Electrónica**, proporcionando a diminuição de receituário devolvido e redução significativa da carga administrativa das farmácias.
- **Melhorias no programa Saúde**, com o lançamento de nova App e site B2C as farmácias passaram a ter o canal digital como um meio adicional de promoção e relação com o utente, garantindo a disponibilização online do portfolio de produtos de cada farmácia e a possibilidade de efectuar compras online. Foram disponibilizadas novas mecânicas de para promoção do programa e a possibilidade de atribuição de pontos em produtos de código 1.
- **Melhorias no módulo de RH**, automatizando a gestão de plano de avaliação de desempenho, avaliações parciais e melhorias de relatórios de avaliação.
- **Programa de Adesão à Terapêutica**, que possibilita o envio de SMS para lembrete de *refill* e toma diária para utentes de determinados tipos de medicação.
- **Operacionalização da Via Verde**, concretizando a integração electrónica com os grossistas Alliance Healthcare, Plural, OCP, Udifar, Cooprofar e Botelho & Rodrigues.

Adicionalmente, foi dada continuidade a um conjunto de iniciativas junto das Farmácias, para a reformulação e melhoria do actual processo de Atendimento, tendo sido iniciada a implementação da **nova solução de Atendimento no Sifarma**.

Em 2016 foi dada continuidade ao processo de melhoria geral da rede Farmalink, revendo o débito real em 8% (156 circuitos) dos acessos RDIS para 8/1 Mbps ou superior. Foram ainda efectuadas migrações para fibra óptica em locais de pouca qualidade de rede, visando débitos mínimos de 14/2 Mbps. Esta acção incidiu sobre 223 circuitos. No final do ano, a rede Farmalink contabilizava 2.615 acessos de Farmácias, Armazenistas e outras entidades, representando um crescimento de 16 circuitos face a 2015.

Destaca-se ainda a diminuição do preço dos dados a pagar pela hmR PT para €150/farmácia em 2016.

Novos Projectos

O Departamento de Novos Projectos tem como objectivo prestar apoio às diversas unidades do Grupo ANF, a nível nacional e internacional, com vista ao seu crescimento económico e expansão internacional.

Durante o ano de 2016, este departamento efectuou vários estudos para desenvolvimento da actividade internacional da hmR. Adicionalmente, o departamento desenvolveu e/ou acompanhou outros projectos, nomeadamente o estudo de parcerias no âmbito segurador, desenvolvimento do produto hospitalar hmR e acompanhamento da evolução do MedH.

Marcas Próprias

O Departamento de Marcas Próprias foi criado em 2016 com o objectivo de desenvolver o negócio da farmácia com uma rentabilidade mais elevada e um preço mais atractivo para o consumidor. Este desenvolvimento é assente em produtos de marca própria ou distribuídos em exclusivo, associados a serviços e a formação específica. Foram estabelecidas várias parcerias estratégicas em diferentes áreas, nomeadamente Suplementação Desportiva e Alimentar, Saúde Oral, Cosmética, Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica, Saúde Animal, entre outras.

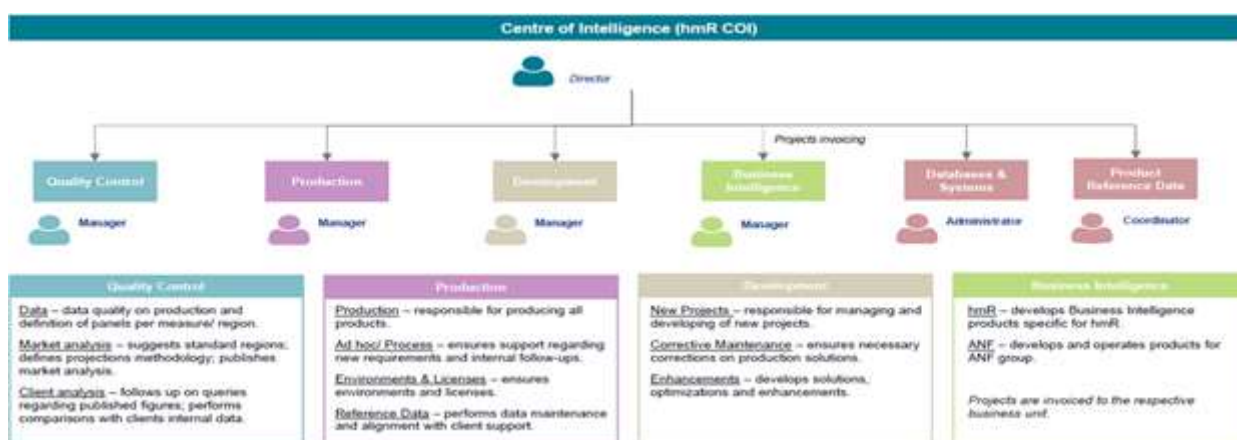
Para todas estas categorias foi desenvolvida uma marca, para ser distribuída nas Farmácias, criando valor para as mesmas, aproveitando a ocupação de “shelf space” e visibilidade, numa perspectiva integrada de sortido de produtos de marca própria e gestão total das respectivas categorias.

Neste âmbito foi criada ainda em 2016 a empresa Farbiowell para parceria no segmento dos suplementos alimentares.

Col

O Col é uma unidade que tem por objectivo dar suporte às diferentes hmR, assegurando a entrega de estudos de mercado com uma periodicidade regular em função do que as hmR contratualizam com os seus clientes e, simultaneamente, desenvolvendo novos projectos de acordo com as necessidades ou oportunidades de mercado.

Ao longo de 2016, o Col centrou a sua actividade na melhoria da eficiência operacional e na uniformização dos processos, por forma a promover uma economia de escala, quer do ponto de vista dos recursos materiais quer do ponto de vista dos recursos humanos, à medida que a hmR vai expandindo a sua actividade em termos de novos produtos e novas geografias. De forma a poder responder a estes desafios de forma efectiva a unidade está organizada da seguinte forma:



Apresentam-se de seguida as actividades mais relevantes desenvolvidas ao longo do ano:

- Início da produção das ofertas hospitalares para Portugal, de forma regular em Fevereiro, com a inclusão de 10 novos hospitais ao longo de 2016;
- Lançamento da oferta Mass Market para Portugal em Abril e o lançamento de 2 novas releases em Junho e Agosto com algumas novas funcionalidades;
- Melhoria da oferta da solução Farmácias de Portugal;
- Lançamento de estudos de mercado com 36 meses de histórico;
- Implementação do produto Distributions Watch para Portugal;
- Implementação de uma nova solução modular do novo processo produtivo relativo ao tratamento dos dados das farmácias
- Implementação de um novo módulo de extracção de dados com as software houses de Espanha;
- Lançamento da oferta “Product Basket” para Espanha em Janeiro e redefinição em Novembro;
- Implementação de uma nova release da solução “Farmácias Irlanda” que contemplou um conjunto de melhorias / novas funcionalidades solicitadas;
- Lançamento da oferta Product Basket para a Irlanda em Fevereiro e redefinição/melhoria do Product Basket Co-Prescription em Setembro;

- Implementação de dashboards operacionais de suporte à equipa da Irlanda para monitorização dos ficheiros recebidos das farmácias e integrados na solução;
- Lançamento da oferta semanal na Irlanda em Agosto.

Para suportar as várias necessidades, o quadro de pessoal aumentou 9 colaboradores face a 2015, para um total de 34 no final de 2016.

A actividade do Col passará a ser desenvolvida na hmR International a partir de 2017.

Análise Económico-Financeira

Este capítulo aborda a análise económica e financeira da Farminveste IPG, incluindo o impacto nas suas contas não só das actividades desenvolvidas directamente através das unidades de negócio, mas também das suas participadas pelo método da equivalência patrimonial.

Em 2016, verificou-se a transferência/alienação das participações da hmR Portugal, hmR España e hmR Ireland que gerou uma mais-valia interna de €24,9 milhões. Este impacto é anulado nas contas consolidadas.

Indicadores economico financeiros	2016	2015	Δ%
Volume de negócios	22 119,4	18 403,8	20,2%
Gastos operacionais	-25 790,9	-19 156,9	34,6%
Ganhos/perdas com participadas	43 829,3	1 074,2	3980,4%
Resultado operacional bruto	40 157,8	321,1	12406,6%
Resultado operacional bruto / Volume de negócios	181,6%	1,7%	
Resultado operacional	39 364,6	-305,2	12997,5%
Resultado operacional / Volume de negócios	178,0%	-1,7%	
Resultado líquido	35 529,9	-4 949,1	817,9%
Activo	230 955,6	220 636,3	4,7%
Passivo	101 402,0	126 407,8	-19,8%
Capital próprio	129 553,5	94 228,5	37,5%

Valores em Milhares de Euros

A Farminveste IPG apresentou um volume de negócios em 2016 de €22,1 milhões, representando um aumento de 20,2% face aos €18,4 milhões de 2015. Este aumento deve-se essencialmente à alteração do modelo de negócio do Saúda que passa a desagregar os pontos emitidos e os pontos rebatidos e cuja alteração ocorreu em Maio de 2015. Assim, é também visível um aumento significativo dos gastos operacionais. Este aumento também é explicado pelos custos do Col e de manutenção do programa Saúda passando de €19,2 milhões em 2015 para €27,9 milhões. Nestes gastos está também incluído o impacto da provisão para a multa da AdC no valor de €0,2 milhões.

O Resultado operacional positivo em 2016 de €39,4 milhões contrasta com o resultado negativo de €0,3 milhões de 2015. Este aumento é explicado essencialmente pelo impacto da mais-valia da alienação das participadas (hmR Portugal, hmR España e hmR Ireland) no valor de €24,9 milhões e ainda pelo impacto positivo da Glintt em 2016. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos resultados líquidos das participadas incorporados por equivalência patrimonial.

Participadas (valores em Milhares de Euros)	2016	2015	Δ%
Distribuição (Alliance + Globalvet)	8 123,0	8 111,2	0,1%
Sistemas de Informação (FV3+Glintt)	185,7	-11 255,3	101,6%
Inteligência de mercado (hmR PT+hmR ES+hmR IE)	150,3	-3 863,4	103,9%
Saúde (JMS + JMRS)	7 175,7	6 427,2	11,6%
Imobiliária e outros serviços (Imofarma+FV Serviços)	3 309,9	1 654,5	100,1%
Mais-valia	24 884,7	-	-
Total	43 829,3	1 074,2	3980,4%

Os custos financeiros situaram-se em €4,1 milhões, apresentando uma redução de 9,7% (€0,4 milhões) comparativamente aos €4,6 milhões registados em 2015, variação justificada pela diminuição das taxas de referência durante 2016 assim como pela redução dos valores em dívida.

Com todos os efeitos atrás descritos, a Empresa apresenta um resultado líquido positivo de €35,5 milhões.

O valor dos activos da sociedade aumentou €10,3 milhões em 2016. O activo não corrente registou um aumento de €4,5 milhões, de acordo com o seguinte detalhe:

- Redução do valor de prestações acessórias pela devolução da AH e JMS no valor total de €24,0 milhões;
- Aumento dos activos intangíveis de €0,3 milhões devido essencialmente ao investimento no Sifarma Next;
- Aumento das participações financeiras pela aplicação do MEP no valor de €21,1 milhões;
- Redução pelo recebimento de dividendos de participadas no montante de €9,3 milhões;
- Conversão das participações na hmR PT, hmR Espanha e hmR Ireland na hmR International (€16,7 milhões).

O activo corrente aumentou €5,8 milhões face a 2015, pelo aumento das outras contas a receber (€5,8 milhões) maioritariamente pela conta a receber da hmR International (€4,5 milhões) e acréscimos de rendimentos;

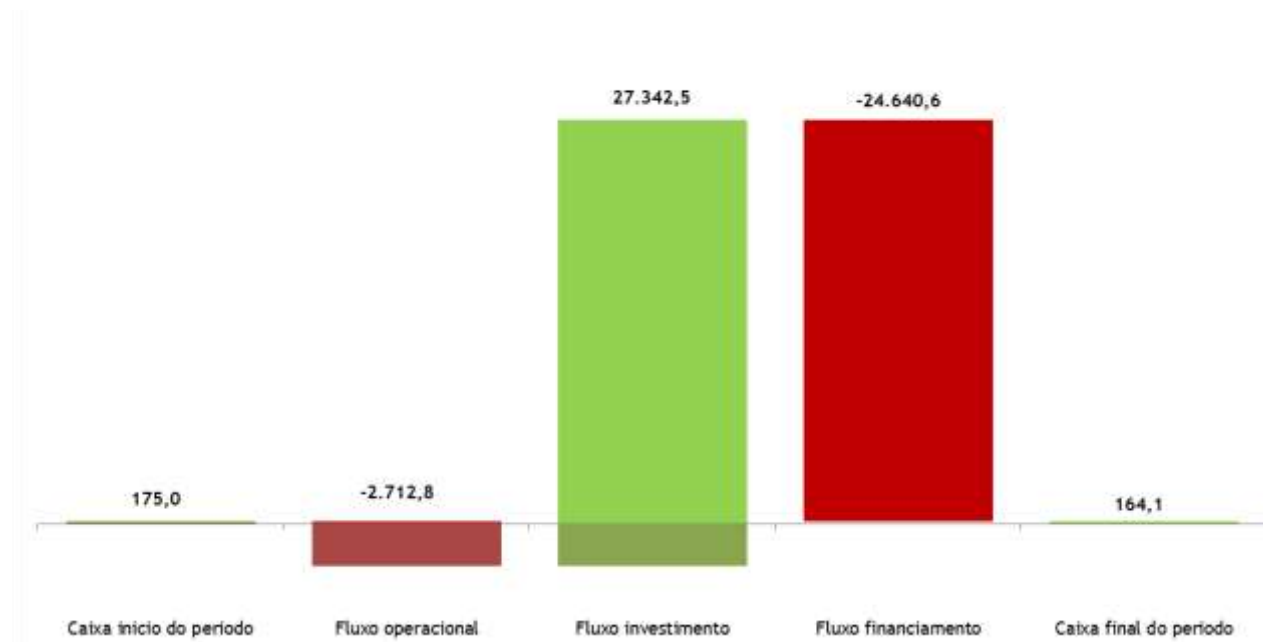
A variação ao nível dos capitais próprios é reflexo directo do Resultado líquido positivo do ano no valor de €35,5 milhões e das variações de capital das participadas referidas acima.

O passivo total apresentou uma redução de €25,0 milhões face a 2015, resultante essencialmente da diminuição dos financiamentos em € 20,3 milhões.

Em termos de fluxos de tesouraria, o fluxo operacional foi negativo em €2,7 milhões decorrendo do recebimento de €20,4 milhões de clientes e do pagamento de €23,8 milhões a fornecedores e pessoal.

Ao nível do investimento, verificou-se um fluxo positivo de €27,3 milhões, resultante por um lado do recebimento de dividendos no montante de €9,3 milhões, restituição de prestações suplementares da Alliance Healthcare e JMS no valor de €24,0 milhões e €1,0 milhão pela alienação da hmR Ireland, sendo compensado pelas saídas de fundos para reforço de prestações acessórias da Farminveste 3 (€0,8 milhões), suprimentos da hmR Espanha (€2,9 milhões) e hmR Ireland (€0,4 milhões) e ainda constituição da hmR International (€1,2 milhões).

As actividades de financiamento geraram um fluxo negativo de €24,6 milhões, devido à amortização dos empréstimos de €20,3 milhões e ao pagamento de juros no valor de €4,3 milhões.



Alliance Healthcare, S.A.

O volume de negócios da Alliance Healthcare em 2016 foi de €605,8 milhões, apresentando um aumento de 1,1% face ao exercício anterior. O ano de 2016 foi marcado pelo crescimento do mercado, mantendo a tendência de 2015. Registou-se um aumento das unidades vendidas e uma ligeira redução dos preços praticados.

No ano de 2016, verificou-se um aumento de volumes transaccionados e uma optimização dos recursos utilizados, comprovado pela redução de custos em quase todas as rubricas, especialmente no Wholesale. Esta redução de custos foi ainda mais acentuada devido aos bons resultados e recuperações de crédito malparado.

Indicadores economico financeiros	2016	2015	Δ%
Volume de negócios	605 794,8	599 455,0	1,1%
Custo das mercadorias vendidas	-553 535,7	-539 404,7	2,6%
Gastos operacionais	-29 579,9	-37 529,3	-21,2%
Resultado operacional	22 679,2	22 521,0	0,7%
Resultado operacional / Volume de negócios	3,7%	3,8%	
Resultado líquido	16 573,1	16 510,0	0,4%

Valores em Milhares de Euros

O resultado operacional positivo de €22,7 milhões apresenta um ligeiro acréscimo de €0,2 milhões face a 2015.

Os resultados financeiros positivos de €0,3 milhões apresentam uma redução de €0,2 milhões face ao exercício anterior, devido à redução dos ganhos com juros, provenientes dos acordos de regularização de dívidas.

O resultado líquido do período positivo no valor de €16,6 milhões, está em linha face ao exercício anterior, mantendo a tendência positiva já registada em 2015.

Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.

Em 2016 a Globalvet desenvolveu a sua actividade em quatro áreas: 1) na prestação de serviços às farmácias aderentes ao ESPAÇO ANIMAL; 2) na criação de plataformas de comunicação com os consumidores com o objectivo de dar a conhecer o “Espaço Animal” à população; 3) no relacionamento com as empresas com actividade no segmento veterinário, através de prestação e serviços de apoio à promoção comercial; 4) na comercialização de produtos e medicamentos destinados aos animais.

O mercado da veterinária nas farmácias decresceu 0,1% em valor e 0,1% em volume face a 2015, atingindo um valor global de €19,2 milhões.

Embora a conjuntura revelasse alguma evolução positiva no sentido da retoma económica, tanto a nível global como no sector da farmácia, manteve-se a necessidade de contenção de custos em muitas delas, continuando a manifestar-se a existência de alguma pressão para rescindir o contrato de prestação de serviços com a Globalvet. Para evitar esta tendência foi desenvolvido um conjunto de acções para, simultaneamente, manter o maior número de farmácias aderentes ao serviço ESPAÇO ANIMAL e aumentar o número de contratos novos.

Os esforços desenvolvidos, durante o ano de 2016 traduziram-se num saldo líquido positivo líquido de 32 farmácias aderentes. Em Dezembro de 2016 o número de farmácias aderentes ao ESPAÇO ANIMAL era de 435, face a 403 em 2015.

O volume de negócios das farmácias ESPAÇO ANIMAL cresceu 3,7% e 2,2% respectivamente em valor e volume face a 2015, representando estas, 22% do mercado da veterinária nas farmácias.

Indicadores economico financeiros	2016	2015	Δ%
Volume de negócios	1 088,5	661,3	64,6%
Gastos operacionais	-1 075,7	-618,2	74,0%
Resultado operacional	12,8	41,6	-69,2%
Resultado operacional / Volume de negócios	1,2%	6,3%	
Resultado líquido	3,0	28,6	-89,5%

Valores em Milhares de Euros

A sociedade apresentou um volume de negócios total em 2016 de €1.088,5 mil, representando um crescimento de 64,6% face a 2015. Este aumento do volume de negócios foi sustentado pelo crescimento de 2 dos 3 segmentos de actuação:

- A comercialização de produtos aumentou significativamente o valor (+99,9%), pela consolidação da actuação da equipa comercial que iniciou actividade em meados de 2015, pelo reforço da implementação da Plataforma B2B e pela implementação de uma política de preço mais agressiva nos produtos de maior rotação nas farmácias;
- A prestação de serviços às Farmácias (Espaço Animal) aumenta € 15,2 mil (+8,2%) pela adesão de novas farmácias, fruto de actuação específica da equipa comercial ao nível da prospecção;
- A diminuição dos serviços a parceiros em 35%, no valor de €16,3 mil, motivado pela não renovação de parceria com uma empresa.

Os gastos operacionais aumentaram no mesmo período 74% para €475,5 mil devido a:

- O aumento de €394,9 mil do custo das mercadorias vendidas, correspondente a uma maior comercialização de produtos;

- O reforço das imparidades em € 5,7 mil para produtos em fim de prazo, danificados e obsoletos e a criação de imparidades para clientes com dívida superior a 24 meses no valor de €8,4 mil.

A sociedade encerrou o ano de 2016 com um resultado líquido positivo de € 3,0 mil, menor em 89,6% face ao ano anterior pelo facto de o aumento da margem bruta ser inferior ao acréscimo com fornecimentos e serviços e gastos com pessoal.

Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda.

A incorporação da quota-parte do resultado líquido positivo da Glintt face ao resultado negativo apresentado no ano anterior e a não existência de custos com o processo de montagem da OPA ocorrida em 2015, contribuíram para uma melhoria significativa no resultado operacional em 2016, atingindo os € 0,2 milhões. Assim, a Farminveste 3 encerrou o exercício de 2016 com um resultado líquido positivo de € 185,7 mil, face aos € -11,3 milhões de 2015.

Indicadores economico financeiros	2016	2015	Δ%
Rendimentos operacionais (aumentos de justo valor)	-	12 496,3	-
Gastos operacionais	-105,6	-221,1	52,3%
Ganhos/Perdas participadas	291,2	-23 530,7	101,2%
Resultado operacional	185,7	-11 255,4	101,6%
Resultado operacional / Volume de negócios			
Resultado líquido	185,7	-11 255,4	101,6%

Valores em Milhares de Euros

GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A.

À data da elaboração do presente relatório, as contas de 2016 da Glintt não tinham sido formalmente aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas. Na sua ausência, foi utilizada a informação divulgada ao mercado em 17 de Março de 2017 da qual, entre outra informação, constam a Demonstração Consolidada dos Resultados e o Balanço Consolidado, apresentadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS), com base em contas não auditadas.

No contexto da reorientação estratégica que tem vindo a ser prosseguida pela Glintt de maior enfoque nas áreas da Saúde e em outras áreas de maior valor acrescentado, a sua subsidiária Glintt Energy, S.A. concluiu, no final de 2016, a venda dos activos fixos, tangíveis e intangíveis que compõem a Central Fotovoltaica em Évora, bem como a posição contratual em contratos relativos à exploração desses activos e as respectivas licenças de produção e exploração, ao abrigo do contrato cuja celebração e informação relevante foram anteriormente divulgadas.

Em termos de apresentação de contas, os dados apresentados não incluem a Glintt Energy, S.A. (operação descontinuada) tendo sido reexpressadas as contas de 2015 para reflectir os impactos da operação descontinuada e permitir comparabilidade da actividade económica com a apresentada em 2016.

Mais informamos que, para além da Glintt Energy foram expurgados do perímetro de consolidação as operações, fluxos de caixa, activos e passivos das empresas já descontinuadas em 2015, Glintt Polska Sp. z.o.o e SolSERVICE Angola, S.A.

O Volume de Negócios consolidado da Glintt em 2016 ascendeu a 66,1 Milhões de Euros, o qual, representa um decréscimo de 3,9% quando comparado com os 68,8 Milhões de Euros verificados nas contas reexpressadas de 2015.

Esta evolução deve-se quer à actividade doméstica quer à actividade internacional, em particular nas geografias Angola, Reino Unido e Irlanda. No entanto, a evolução favorável noutras geografias, nomeadamente Espanha, contribuiu para que o volume de negócios obtido em mercados internacionais atingisse 28% do volume de negócios total.

Relativamente à composição do Volume de Negócios, verificou-se uma evolução desfavorável das Vendas, tendo a componente dos Serviços, área de maior foco da Glintt, registado um ligeiro crescimento decorrente da evolução favorável dos projectos em curso da generalidade das linhas de negócio, quer no mercado doméstico, quer no mercado europeu.

Em 2016, a Glintt obteve um EBITDA de 6,7 Milhões de Euros verificando-se um crescimento de 19,3% face a 2015. A margem EBITDA foi de 10,2%, superior em 2 p.p. à de 2015.

Esta performance reflecte o resultado de duas medidas estratégicas fundamentais:

- i) a reorganização das áreas operacionais e focalização em áreas de maior valor acrescentado; e
- ii) a reestruturação das estruturas de backoffice e apoio ao negócio, onde nos primeiros meses do ano se verificaram importantes reduções de custos, face a igual período de 2015, resultantes das medidas tomadas ao longo de 2015.

Em 2016 verificou-se uma diminuição das rubricas de Subcontratos e Gastos com pessoal, tendo os Fornecimentos e Serviços Externos aumentado 8,7% decorrente principalmente do incremento dos trabalhos especializados em áreas de suporte.

Em 2016 os Resultados Líquidos da Glintt foram de 383 mil euros.

No ano 2015, a Glintt avançou com uma profunda transformação estratégica que teve um impacto negativo nos resultados. A principal componente deste impacto negativo deveu-se a perdas com operações alienadas e descontinuadas, quase exclusivamente decorrente do desreconhecimento do goodwill.

Tendo em conta a natureza específica dos Resultados Líquidos de 2015, a Glintt voltou a apresentar, como esperado, Resultados Líquidos positivos em 2016, em consonância com os anos anteriores a 2015.

hmR - Health Market Research International, S.A.

A hmR iniciou a sua actividade no final de Novembro de 2016, não tendo sido registado volume de negócios no período. Apenas foi reconhecido um ganho de €193,2 mil relativo ao MEP sobre as participações detidas pela empresa. Adicionalmente foram registados custos com fornecimentos e serviços externos de cerca de €20 mil. Desta forma foi alcançado um resultado líquido positivo de €173,2 mil.

Indicadores economico financeiros	2016
Volume de negócios	-
Ganhos participadas	193,2
Gastos operacionais	-19,9
Resultado operacional	173,2
Resultado operacional / Volume de negócios	N/A
Resultado líquido	173,2

Valores em Milhares de Euros

hmR - Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.

A exemplo do que tem acontecido desde a sua criação, a hmR PT sustentou em 2016 a sua actividade, de estudos de mercado e consultoria especializada na área da saúde, num painel de aproximadamente 2400 farmácias. Paralelamente a empresa tem vindo, ao longo do tempo, a investir na melhoria contínua da sua oferta ao mercado. Nesse sentido, sublinha-se a aposta em produtos e serviços cada vez mais especializados e orientados para o cliente, sustentados em novas fontes de informação tais como os espaços saúde (Mass Market) e hospitais.

É através destas fontes que obtém os dados necessários para produzir e fornecer à indústria farmacêutica e outras organizações de saúde e bem-estar, informação sobre o comportamento e tendências do mercado onde operam, o respectivo posicionamento competitivo, estudos de mercado, consultoria especializada e outras soluções de business intelligence (BI).

Em 2016 continuou o processo de reorganização e reforço da sua estrutura comercial e de consultoria com a contratação de novos recursos, os quais contribuíram para que a hmR PT aumentasse substancialmente o conhecimento sobre as novas tecnologias e ferramentas de BI, o que para além de contribuir para a consolidação da oferta existente, permitiu ainda criar novas ofertas nesta área. Como consequência, a área de consultoria da empresa cresceu face ao ano anterior cerca de 15%.

O volume de negócios da sociedade apresentou em 2016 um aumento de €83 mil (+0,9%) face ao ano anterior, atingindo €8,9 milhões, que decorre, essencialmente, da evolução do negócio de consultoria, desenvolvimento da oferta de BI e de estudos de mercado com base em dados dos espaços de saúde.

Indicadores economico financeiros	2016	2015	Δ%
Volume de negócios	8 905	8 822	0,9%
Gastos Operacionais	-6 927	-9 293	-25,5%
Resultado operacional	1 972	-474	516,0%
Resultado operacional / Volume de negócios	22,1%	-5,4%	
Resultado líquido	2 183	-502	534,5%

Valores em milhares Euros

Os gastos operacionais apresentam uma redução de 25,5% face a 2015. Esta variação é explicada pela redução dos fornecimentos e serviços externos em 28%, devido essencialmente à diminuição do preço dos dados a pagar por farmácia para €150/farmácia em 2016. Os gastos com pessoal registaram uma diminuição de 24,9% devido à transferência de colaboradores para outras unidades do universo hmR.

O resultado líquido positivo em €2,183 milhões, melhorou substancialmente face ao ano anterior, essencialmente, em virtude da poupança ao nível dos gastos operacionais referida anteriormente e do impacto positivo verificado em termos de impostos diferidos, devido, principalmente, à melhoria da previsão de recuperabilidade futura dos prejuízos fiscais reportados em exercícios anteriores (+€288 mil).

hmR - Health Market Research España, S.L.

O ano de 2016 foi o terceiro ano de actividade operacional da hmR ES, tendo a Companhia consolidado a produção sistemática de informação de mercado em 120 Regiões hmR e implementado uma nova geografia de análise de dados com mais de 200 regiões partilhadas, denominadas de Áreas Hospitalares, customizadas de acordo com a organização do sistema de Saúde de Espanha e objectivos de gestão territorial dos Clientes.

O ano caracterizou-se por um relacionamento intenso com os Clientes activos e pela angariação de novos Clientes, que foram sendo incorporados ao longo do ano, tendo a empresa terminado 2016 com mais de 100 companhias que adquiriram estudos de mercado à hmR.

Em Setembro de 2016, foram lançadas novas Ofertas de Consultoria especializada que despertam a atenção da Indústria. Na linha de negócio de Portfolio Optimization lançam-se os novos estudos de Product Basket e Distribution Watch. Já no âmbito da Sales Effectiveness, os estudos de Gestão e Alinhamento de Territórios e Profiling de Farmácias, mantiveram-se no top da grelha de interesse dos Clientes.

No que diz respeito ao Painel de Farmácias, estrutura base para construção da Oferta hmR, o ano de 2016 termina com 5.271 farmácias recrutadas. No final do ano, a hmR assinou um contrato com a Unycop e fez evoluir as suas relações com outras cooperativas e agentes em Espanha, o que faz perspectivar um recrutamento intenso a curto prazo. O atraso no recrutamento ocorrido em 2016 impacta na qualidade e maior regionalização dos dados, situação que não permitiu o lançamento de outras ofertas direccionadas para Companhias Éticas, empresas que promovem medicamentos que carecem de prescrição médica.

O negócio dos estudos de mercado na área da saúde em Espanha, a exemplo do que se passa em outros países, é fortemente dominado pela IMS. No final do ano, a consultora INFONIS apresentou-se ao mercado e informou que irá concorrer também nos Dados de Sell-Out.

O volume de negócios da hmR Espanha em 2016 apresentou um aumento de €1,4 milhões (+90%) face ao ano anterior, atingindo €2,9 milhões, que decorre, essencialmente das novas ofertas de consultoria, da consolidação da produção sistemática de informação de mercado em 120 Regiões hmR e da implementação de uma nova geografia de análise de dados com mais de 200 regiões partilhadas, denominadas de Áreas Hospitalares.

Indicadores economico financeiros	2016	2015	Δ%
Volume de negócios	2 887	1 520	90,0%
Gastos Operacionais	-4 416	-4 509	-2,1%
Resultado operacional	-1 548	-3 007	48,5%
Resultado operacional / Volume de negócios	-53,6%	-197,8%	
Resultado líquido	-1 644	-3 100	47,0%

Valores em milhares Euros

Os gastos operacionais apresentam uma redução de 2,1% face a 2015, explicada pela redução dos fornecimentos e serviços externos em 5,1%, devido essencialmente à diminuição de gastos com apoio legal e deslocações. Os gastos com pessoal registaram um aumento de 14,6% devido ao reforço da equipa.

O resultado líquido negativo de €1,644 milhões melhorou substancialmente face ao ano anterior, essencialmente, em virtude do aumento do volume de negócios verificado e simultaneamente da redução dos gastos operacionais comparativamente a 2015.

hmR - Health Market Research Ireland, Ltd.

2016 foi o primeiro ano da empresa com actividade comercial. Após a contratação de um novo “Country Manager” no início do ano seguiu-se uma estruturação e um reforço da formação da equipa e uma intensificação da promoção da imagem e posicionamento da hmR perante o mercado, tendo a empresa encerrado o ano com 10 colaboradores.

Durante o ano foi ampliada a sua fonte de dados encerrando 2016 com um total de 1.072 farmácias recrutadas, correspondente a 59% do universo de farmácias no país. Foi dedicado um esforço adicional ao recrutamento dos principais grupos por apresentarem algumas diferenças nos padrões de consumo nomeadamente ao nível dos produtos que podem sofrer substituição nas farmácias como é o caso dos medicamentos genéricos. Para promover o recrutamento dos grupos foi lançada uma nova solução do Pharmacy Watch especialmente vocacionada para permitir que as farmácias possam analisar os seus dados, tanto individualmente como de uma forma agregada.

Até ao momento apenas é possível utilizar a informação dos produtos dispensados através dos softwares de prescrição, focando a empresa a sua oferta nesta área. Neste sentido, foi possível entregar ao mercado um produto com 140 Regiões, consolidando a oferta regional que disponibiliza a informação com o maior detalhe geográfico existente no mercado. Foi lançada para o mercado uma nova versão do “Product Basket” especialmente preparada para o mercado Irlandês e foi dada a possibilidade de os clientes receberem informação semanalmente.

Foi ainda criada a área de Consultoria o que permitiu à empresa começar a oferecer à indústria projectos específicos e customizados não só ao nível dos dados de vendas, mas também ao nível dos dados de Paciente ou de Prescrição, como são os casos do “Sales Performance Overview”, do “Patient Switch” e da Origem da Prescrição, respectivamente. A criação desta área foi fundamental para desenvolver uma imagem inovadora da empresa que passou a apresentar estudos diferenciadores e únicos no mercado.

A progressiva implementação das acções acima descritas nomeadamente ao nível da organização, das fontes de dados e da produção permitiram uma maior solidez da actividade comercial e uma entrada regular de clientes de renome internacional. A hmR Irlanda encerrou o ano com 15 clientes activos, sendo 4 deles do top 6 em valor do ranking da indústria farmacêutica na Irlanda.

Indicadores economico financeiros	2016	2015	Δ%
Volume de negócios	241	-	n/a
Gastos Operacionais	-978	-730	34,1%
Resultado operacional	-738	-730	-1,1%
Resultado operacional / Volume de negócios	-306,6%	n/a	
Resultado líquido	-739	-731	-1,0%

Valores em milhares Euros

A empresa encerrou o ano com € 0,5 milhão de contratos ganhos e um volume de negócios de € 240,5 mil.

Os gastos operacionais apresentam um aumento de 34% relativamente a 2015, essencialmente devido ao valor dos *fees* sobre as vendas relativos ao recrutamento do painel e à produção devidos aos accionistas (€132,3 mil) e ao incremento dos custos com pessoal (€127,3 mil), tendo o resultado líquido ficado ao nível de 2015.

José de Mello Saúde, S.A.

A José de Mello Saúde (JMS) assume, como prioridade estratégica, a qualidade clínica e a segurança do doente, estabelecendo um compromisso firme e visível de toda a gestão de topo neste sentido, reforçando a proposta de valor que pretende diferenciadora e centrada no doente.

Em 2016 a José de Mello Saúde manteve um crescimento sustentado da sua actividade assistencial nas diferentes áreas de actuação. Este crescimento permitiu atingir em 2016 um valor de proveitos operacionais de €586,3 milhões, o que representou um crescimento de 4,7% face a 2015.

Indicadores economico financeiros	2016	2015	Δ%
Volume de negócios	586 270,8	560 175,0	4,7%
Gastos operacionais	-544 736,2	-518 000,0	5,2%
Resultado operacional	41 534,6	42 174,7	-1,5%
Resultado operacional / Volume de negócios	7,1%	7,5%	
Resultado líquido (*)	23 919,0	21 893,9	9,2%

Valores em Milhares de Euros

(*) Resultado líquido atribuível a detentores de capital

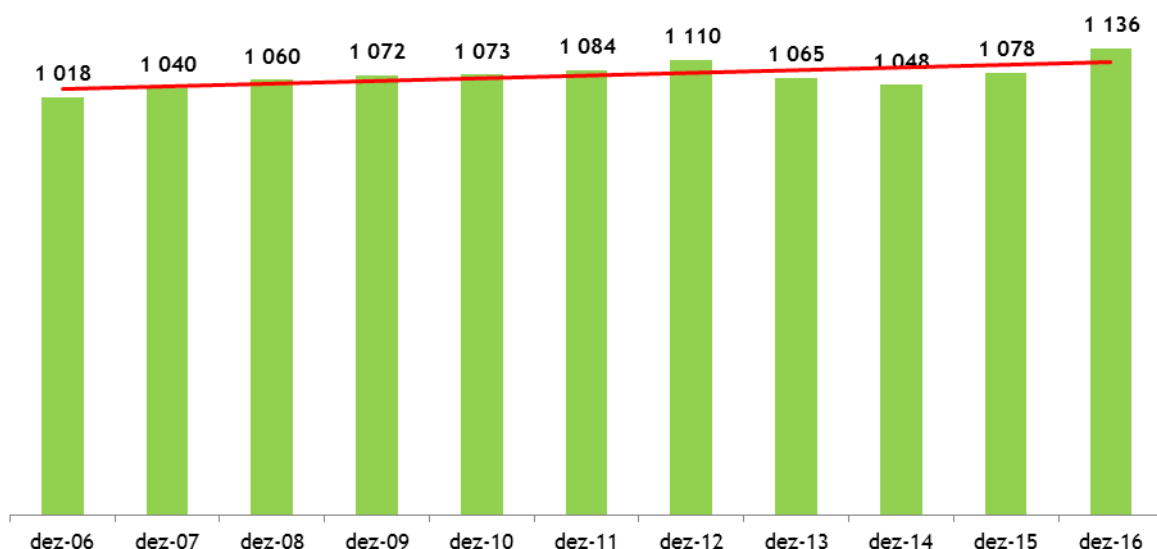
O resultado operacional registou uma redução de 1,5% face ao ano anterior, atingindo um valor de €41,5 milhões que se explica pelo aumento dos gastos operacionais e sobretudo pelo aumento das provisões e perdas por imparidade das contas a receber.

O resultado líquido atribuível aos accionistas da JMS alcançou um valor de €23,9 milhões, representando um crescimento de 9,2% face ao período homólogo, tendo sido impulsionado pela melhoria dos resultados financeiros em €1,6 milhões.

Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado

O Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, constituído em 16 de Maio de 2006, tem actualmente um capital de aproximadamente €63,8 milhões representados por 56.139 Unidades de Participação (UP) detidas pela Farminveste IPG em cerca de 88% e o restante pela Associação Nacional de Farmácias.

As Unidades de Participação encerraram 2016 com uma cotação unitária de €1.136,34 representando uma valorização de 5,4%. Esta melhoria deve-se essencialmente à reavaliação de edifícios. A evolução da cotação das UPs do Imofarma desde o ano da sua constituição é representada no gráfico seguinte (valores em euros):



Na sequência da decisão tomada em 2015, está em curso o processo de alienação de imóveis não estratégicos.

Farminveste 4 - Serviços, S.A.

Em 2016 a actividade da Farminveste Serviços desenvolveu-se nas seguintes áreas:

- Promoção e gestão de projectos imobiliários desenvolvidos para acolher as necessidades imobiliárias das empresas do universo ANF.
- Prestação de serviços partilhados nas áreas financeira, de sistemas de informação, de gestão administrativa de recursos humanos, de negociação e de gestão do património.

Indicadores economico financeiros	2016	2015	Δ%
Volume de negócios	8 061,7	3 926,7	105,3%
Gastos operacionais	-7 647,5	-3 447,8	121,8%
Resultado operacional	51,8	136,7	-62,1%
Resultado operacional / Volume de negócios	0,0%	0,0%	
Resultado líquido	-1,3	87,4	-101,5%

Valores em Milhares de Euros

A implementação da actividade dos serviços partilhados em 2016 foi o principal factor para o aumento do volume de negócios em € 4,1 milhões, atingindo-se um valor global de € 8,1 milhões. Em contrapartida, e para fazer face ao acréscimo de actividade, houve necessidade de integrar nos quadros mais recursos bem como aumentar o número de subcontratações e de serviços especializados, levando a que os gastos operacionais apresentem um aumento de € 4,2 milhões face ao ano anterior, passando para € 7,6 milhões. Em consequência o resultado operacional bruto reduziu € 64,8 mil, situando-se nos € 414,2 mil, reflexo do ano de arranque da nova actividade.

A aquisição de equipamento e software para a prestação de serviços partilhados resultou num aumento das amortizações em € 20,1 mil, obtendo-se um resultado operacional em 2016 de € 51,8 mil.

Os encargos financeiros apresentam um crescimento ligeiro por um maior nível de utilização de financiamento.

O resultado antes de imposto foi de €12,3 milhares e o resultado líquido foi de €-1,3 milhares, essencialmente pelo impacto da tributação autónoma de -€12,3 milhares.

Perspectivas futuras

As últimas previsões de crescimento do PIB mundial para o biénio 2017-18 publicadas pelo FMI (Jan/17) mantiveram os valores das projecções anteriores de Out/16, para 3,4% e 3,6% respectivamente, apresentando assim um cenário mais optimista para a economia mundial do que o verificado em 2016 (3,1%).

Este optimismo assenta essencialmente numa revisão em alta às projecções anteriores (Out/16) do crescimento nos Estados Unidos em 0,1% para 2,3% em 2017 e em 0,4% para 2,5% em 2018 e estão fortemente influenciadas por um cenário de existência de um estímulo fiscal pela administração americana, que poderá não vir a materializar-se.

Na zona Euro, apesar dos riscos financeiros e do impacto da negociação do Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia), os técnicos do FMI reviram em alta de 0,1% o crescimento para 2017, tendo sido também revista em alta a previsão de crescimento para o Reino Unido em 0,4%.

No entanto, as projecções do FMI apontam para uma trajectória de crescimento descendente com uma descida do ritmo anual de 1,7% em 2016 para 1,6% nos dois anos seguintes. A Alemanha, a maior economia, não deverá crescer mais de 1,5% em 2017 e 2018, e a Espanha desacelerará de 3,2% em 2016 para 2,3% em 2017 e 2,1% em 2018.

Relativamente à economia portuguesa, as actuais projecções do Banco de Portugal (Fonte: BdP Projectões para a economia Portuguesa: 2017-2019), apontam para a continuação da recuperação moderada da actividade económica iniciada em 2013 prevendo-se um nível de crescimento ligeiramente acima do previsto para a zona Euro, de 1,8% em 2017 e 1,7% em 2018.

Estas previsões estão sustentadas num crescimento forte das exportações, reflectindo um enquadramento externo progressivamente mais favorável, e no crescimento do consumo interno, mas para o qual se prevê uma evolução mais moderada (Fonte: Idem).

Persistem, no entanto, vários constrangimentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, incluindo o elevado nível de endividamento dos vários sectores da economia (estado, empresas e famílias), nível de desemprego de longa duração e um ritmo de recuperação do investimento lento.

Apesar das perspectivas de continuidade de evolução positiva da economia Portuguesa para os próximos dois anos, a necessidade de o País continuar o processo de consolidação orçamental e a evolução adversa em termos demográficos deverão colocar, uma vez mais, especial pressão no sector da saúde onde o Grupo apresenta uma forte exposição.

Neste enquadramento, a estratégia da empresa continuará a assentar: (1) na melhoria contínua da qualidade da sua oferta de produtos e serviços e na procura de novas soluções que permitam continuar o crescimento sustentado do seu volume de negócios, nomeadamente através de investimentos na área dos Sistemas de Informação, no desenvolvimento de novos negócios para as farmácias e da entrada em novos mercados e segmentos de negócio dos dados/estudos de mercado e (2) no aumento da eficiência operacional, através do alargamento das estruturas de serviços partilhados.

Adicionalmente, a empresa pretende continuar a reforçar a sua participação no capital da Glintt, através de aquisições em mercado, até atingir 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital da sociedade, de forma a poder recorrer ao mecanismo da aquisição potestativa previsto no artigo 194.º do Cód.VM e assim obter a imediata exclusão de negociação das Ações no Mercado Regulamentado Euronext Lisbon e posterior aquisição dos remanescentes 10% dos direitos de voto correspondentes ao capital da sociedade.

O Grupo Farminveste continuará a desenvolver e implementar a estratégia definida de foco na área da saúde, consolidando a sua actividade nos países onde já está implantado, através de crescimento orgânico e de possíveis aquisições de negócios complementares aos existentes nesta área e procurando novos mercados com o objectivo de expandir a sua actividade para outras áreas geográficas, com especial enfoque na área de negócio operada pela hmR e Glintt.

Tendo em conta todas as situações mencionadas, a administração da empresa perspectiva a continuidade de resultados recorrentes positivos em 2017.

Gestão de Riscos

O processo de Gestão de Riscos da Farminveste tem como objectivo assegurar a correcta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos e o desenvolvimento das acções necessárias para mitigar/minimizar os impactos negativos que estes riscos possam ter na respectiva sustentabilidade operacional e financeira da Sociedade.

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos de mercado relacionados com risco de liquidez, de financiamento e de exposição às variações das taxas de juro decorrentes do seu passivo financeiro, bem como outros riscos operacionais relacionados com risco de crédito e de continuidade do negócio, que resultam da sua actividade. Os principais riscos financeiros e operacionais aos quais a Sociedade se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão, são as seguintes:

Riscos Financeiros

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelo objectivo de assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo, alinhado com a geração de meios financeiros pela operação e considerando as necessidades de financiamento dos seus negócios. A Sociedade acompanha de forma regular, numa base mensal, a evolução destas componentes e actualiza trimestralmente o seu plano financeiro de MLP (3-5 anos).

De forma a minimizar estes riscos a empresa tem vindo, de forma proactiva em conjunto com os parceiros financeiros, a reduzir o endividamento de curto prazo e alongar a maturidade média da sua dívida.

Relativamente ao risco de variação das taxas de juro a Sociedade procede a um acompanhamento atento das previsões relativas à sua evolução e executa e analisa simulações de cenários adversos que possam afectar negativamente os resultados da empresa. A avaliação efectuada sobre o impacto negativo desta componente nos seus resultados não tem revelado a necessidade de tomada de medidas de mitigação adicionais.

Riscos Operacionais

O risco de crédito está relacionado com a possibilidade de incumprimento do pagamento por parte dos clientes e outros devedores em dívida. Apesar de limitado, este risco é monitorizado numa base mensal, com o objectivo de acompanhar a evolução do montante dos saldos a receber, bem como a sua recuperabilidade e são tomadas as medidas de recuperabilidade necessárias de acordo com os procedimentos existentes. Analisando a decomposição do saldo da rubrica de clientes, verifica-se uma diminuição da mesma, nomeadamente da componente não corrente, pelos acordos de regularização de dívida e de cobrança duvidosa, como consequência do controlo de crédito rigoroso implementado.

Análise Económico-financeira das contas individuais

Em termos de performance económica, a Farminveste SGPS reconheceu como gastos do exercício a provisão para a multa da ADC no valor de €6,1 milhões. Adicionalmente, foi registado o impacto positivo do resultado líquido da sua participada Farminveste IPG, no montante de €10,6 milhões. Deste modo, encerrou o exercício de 2016 com um resultado líquido positivo de €4,5 milhões, apresentando uma melhoria significativa face ao ano anterior no qual foi registada uma perda de €4,96 milhões.

Em termos financeiros, a sociedade apresenta um activo total que ascendia no final de 2016 a €104,7 milhões, reflectindo a sua participação de 100% na Farminveste IPG, financiado por capitais próprios em €98,2 milhões e um passivo de €6,5 milhões.

Análise económico-financeira das contas consolidadas

Na análise económica e financeira da Farminveste SGPS foi considerado o perímetro de consolidação apresentado no quadro seguinte, com referência da metodologia de consolidação utilizada:

	Participações		Método de Consolidação
	Total	Minoritários	
Farminveste SGPS			
Farminveste IPG	100,00%	n.a.	Integral
Alliance Healthcare	49,00%	51,00%	Integral
Globalvet	75,00%	25,00%	Integral
Farbiowell	51,00%	n.a.	Equivalência Patrimonial
Farminveste 3	100,00%	0,001%	Integral
hmR	100,00%	n.a.	Integral
hmR - Espanha	100,00%	n.a.	Integral
hmR - Irlanda	50,00%	50,00%	Integral
hmR International	100,00%	n.a.	Integral
JdM Saúde	30,00%	n.a.	Equivalência Patrimonial
JdM Residências	30,00%	n.a.	Equivalência Patrimonial
Imofarma	87,53%	n.a.	Integral
Glintt	75,98%	24,02%	Integral
Farminveste Serviços	100,00%	n.a.	Integral

Destaque para a alteração do perímetro de consolidação, pela alteração do normativo contabilístico do grupo para IFRS, passando a Alliance Healthcare e a hmR Irlanda a serem consolidadas pelo método integral. Por esse motivo, para efeitos de comparabilidade, toda a informação relativa a 2015 apresentada de seguida foi reexpressa em conformidade com os critérios de 2016.

O volume de negócios consolidado da Farminveste SGPS em 2016 é de €700,6 milhões, o que representa um aumento de €9,2 milhões comparativamente a 2015. Este aumento é justificado por quatro efeitos: (1) um aumento na Farminveste IPG principalmente devido à alteração do modelo de negócio do Saúda, ocorrida em Maio de 2015, que passa a desagregar os pontos emitidos e os pontos rebatidos; (2) aumento na hmR Espanha (€1,3 milhões), (3) aumento volume na AH (€5,8 milhões) e (4) redução na Glintt (€4,5 milhões).

Apresentamos abaixo o detalhe por área de negócio, no qual foram eliminados os negócios entre as sociedades integrantes do perímetro de consolidação¹:

FV SGPS Volume de negócios	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste IPG	15 591,8	2,2%	10 756,9	1,6%	4 834,9	44,9%
hmRs	11 034,5	1,6%	9 670,1	1,4%	1 364,5	100,0%
Farminveste 3 + Glintt	63 008,7	9,0%	67 528,7	9,8%	-4 520,0	0,0%
Imofarma + FV Serviços	5 502,5	0,8%	3 873,3	0,6%	1 629,2	42,1%
Alliance Healthcare + GV	605 499,1	86,4%	599 633,5	86,7%	5 865,6	1,0%
Total FV SGPS	700 636,7	100,0%	691 462,4	100,0%	9 174,3	1,3%

Relativamente aos gastos operacionais com fornecimentos e serviços externos e pessoal, o aumento de €7,6 milhões deve-se essencialmente à alteração do modelo de negócio do Programa Saúda, ocorrido em Maio de 2015, ao investimento no centro de tratamento e produção de dados e ainda ao aumento da estrutura da FV Serviços, que iniciou a prestação de serviços partilhados às empresas do grupo em 2016.

¹ Para efeitos de apresentação, os valores são agregados de acordo com as áreas de negócio do organograma atrás divulgado.

As contribuições por área de negócio foram as seguintes, eliminados os negócios entre as sociedades que fazem parte do perímetro de consolidação:

FV SGPS - Gastos operacionais (FSE's + G.Pessoal)	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
FV SGPS	32,8	0,0%	10,3	0,0%	22,5	218,6%
Farminveste IPG	21 606,8	19,5%	14 470,5	14,0%	7 136,3	49,3%
hmRs	6 938,8	6,3%	6 735,8	6,5%	202,9	3,0%
Farminveste 3 + Glintt	52 309,8	47,1%	54 361,1	52,6%	-2 051,3	-3,8%
Imofarma + FV Serviços	4 569,1	4,1%	1 851,0	1,8%	2 718,1	146,8%
Alliance Healthcare + GV	25 548,5	23,0%	25 969,6	25,1%	-421,1	-1,6%
Total FV SGPS	111 005,8	100,0%	103 398,4	100,0%	7 607,4	7,4%

Incluímos, na nota 5 do Anexo às Contas Consolidadas, informação sobre as remunerações dos corpos sociais e quadros dirigentes das empresas subsidiárias da ANF, de acordo com prática iniciada no ano anterior por esta Direcção.

Em termos consolidados, a Farminveste SGPS atingiu resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) no montante de €29,3 milhões, para os quais se verificaram as seguintes contribuições individuais (para uma melhor percepção dos contributos para o resultado, os valores constantes neste quadro não foram sujeitos a anulações de relações cruzadas, sendo somente anuladas as equivalências patrimoniais quando existentes):

Resultado operacional	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	-6 115,5	-20,9%	-10,3	0,0%	-6 105,2	59371,4%
Farminveste IPG	2 697,5	9,2%	1 403,3	3,8%	1 294,1	92,2%
hmRs	-333,7	-1,1%	-4 093,1	-11,2%	3 759,4	-91,8%
Farminveste 3 + Glintt	5 248,3	17,9%	13 063,0	35,8%	-7 814,7	-59,8%
Imofarma + FV Serviços	5 089,9	17,4%	3 556,2	9,7%	1 533,6	43,1%
Alliance Healthcare + GV	22 690,5	77,5%	22 562,3	61,8%	128,2	0,6%
Total FV SGPS	29 276,9	100,0%	36 481,4	100,0%	-7 204,5	-19,7%

A contribuição da Farminveste IPG para o resultado operacional engloba os ganhos com as participadas JMS e JMRS decorrentes da aplicação do MEP em 2016 e 2015, no valor de €7,2 e € 6,4 milhões respectivamente.

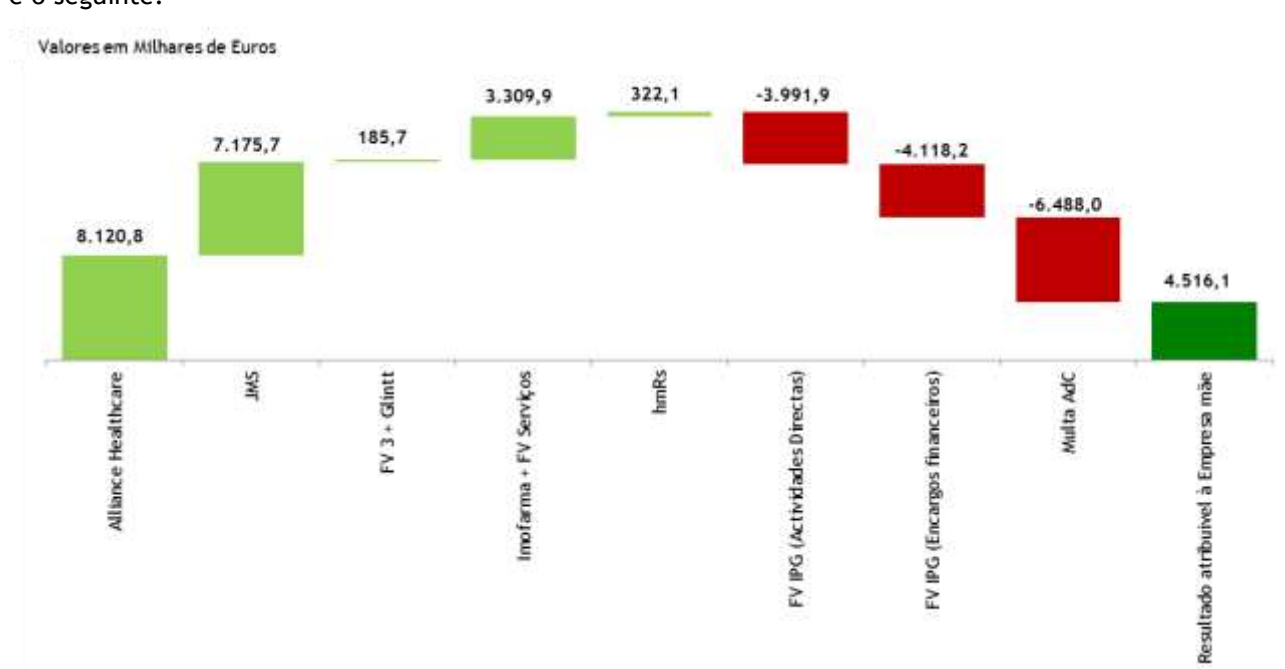
O resultado operacional piorou €7,2 milhões face a período anterior pois havia sido reconhecido em 2015 o ganho pela aquisição da Glintt (*goodwill* negativo) de cerca de €12,5 milhões. Deste modo, se retirarmos este efeito, assistimos a uma melhoria do resultado operacional de €5,3 milhões, conseguido em grande parte pela performance positiva da Glintt em 2016. Adicionalmente, na FV SGPS regista-se uma contribuição negativa de €6,1 milhões pelo reconhecimento de uma provisão para o processo judicial da AdC.

Os resultados financeiros melhoraram €0,9 milhões para €7,8 milhões. Esta melhoria é mais significativa na FV IPG pela redução da utilização de financiamento bancário em consequência da devolução das prestações acessórias da AH (€ 19,6 milhões) e ainda pelos proveitos de juros de mora de dívida vencida. O quadro seguinte apresenta o detalhe por área de negócio:

FV SGPS	2016		2015		Variação	
Resultados financeiros	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste IPG	-3 764,0	48,3%	-4 582,8	52,4%	818,7	-17,9%
hmRs	-125,2	1,6%	-137,0	1,6%	11,8	-8,6%
Farminveste 3 + Glintt	-2 875,0	36,9%	-3 212,4	36,7%	337,4	-10,5%
Imofarma + FV Serviços	-1 294,7	16,6%	-1 270,9	14,5%	-23,8	1,9%
Alliance Healthcare + GV	259,7	-3,3%	459,1	-5,3%	-199,4	-43,4%
Total FV SGPS	-7 799,2	100,0%	-8 743,9	100,0%	944,7	-10,8%

A Farminveste SGPS incorporou as perdas com operações descontinuadas de €2,2 milhões, originadas pela alienação, por parte da subsidiária Glintt Energy, S.A., dos activos fixos, tangíveis e intangíveis que compõem a Central Fotovoltaica em Évora, bem como a posição contratual em contratos relativos à exploração desses activos e as respectivas licenças de produção e exploração.

Assim, atingiu-se um resultado final positivo de €13,4 milhões, dos quais €4,5 milhões atribuíveis aos detentores do capital da Farminveste SGPS e €8,8 milhões a interesses minoritários. O detalhe da contribuição de cada área de negócio para o resultado líquido sem eliminações das transacções intra-grupo é o seguinte:



Em termos financeiros, o activo consolidado não corrente atingiu no final de 2016 cerca de €321,0 milhões, o que representa um aumento de aproximadamente €4,0 milhões. Esta variação é explicada pelo efeito das reavaliações dos imóveis no Imofarma, pelo aumento do investimento em activos fixos tangíveis na Farminveste Serviços e Alliance Healthcare e pelo investimento em curso nos programas desenvolvidos internamente relativos ao tratamento dos dados das farmácias e dos hospitais na hmR.

FV SGPS	2016		2015		Variação	
Activo - Não corrente	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Farminveste IPG	55 569,7	17,3%	55 473,7	17,5%	95,9	0,2%
hmRs	2 531,7	0,8%	475,2	0,2%	2 056,4	432,7%
Farminveste 3 + Glintt	134 666,2	42,0%	137 642,8	43,4%	-2 976,6	-2,2%
Imofarma + FV Serviços	90 096,2	28,1%	88 844,7	28,0%	1 251,5	1,4%
Alliance Healthcare + GV	38 132,7	11,9%	34 384,1	10,9%	3 748,6	10,9%
Total FV SGPS	320 996,4	100,0%	316 820,6	100,0%	4 175,8	1,3%

Os activos correntes mantiveram-se em €180,2 milhões em 2016, destacando-se a redução na Glintt sobretudo nas contas a receber de clientes (€1,9 milhões), compensada pelo aumento nas restantes empresas. A contribuição individual é apresentada na tabela seguinte:

FV SGPS	2016		2015		Variação	
Activo - Corrente	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	6,1	0,0%	4,6	0,0%	1,4	30,9%
Farminveste IPG	5 867,4	3,3%	5 083,4	2,8%	784,0	15,4%
hmRs	6 011,5	3,3%	5 070,1	2,8%	941,4	18,6%
Farminveste 3 + Glintt	25 756,1	14,3%	29 719,2	16,5%	-3 963,1	-13,3%
Imofarma + FV Serviços	2 120,6	1,2%	1 699,5	0,9%	421,1	24,8%
Alliance Healthcare + GV	140 481,0	77,9%	138 704,7	76,9%	1 776,3	1,3%
Total FV SGPS	180 242,7	100,0%	180 281,5	100,0%	-40,3	46,7%

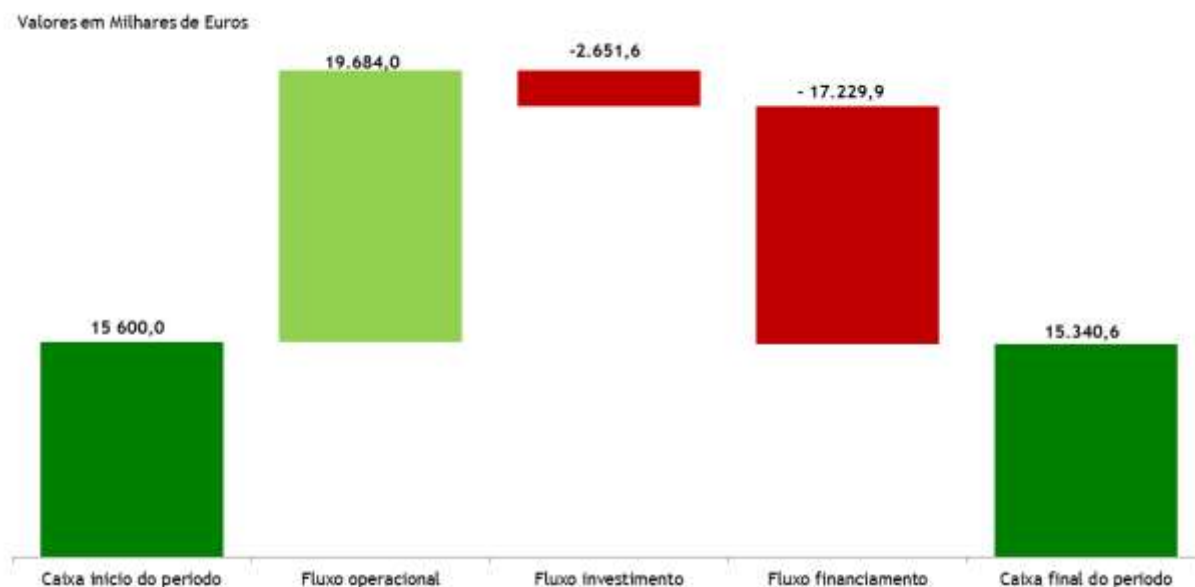
O passivo não corrente é €137,6 milhões no final de 2016, representando uma redução de €2,2 milhões face a 2015, sendo visíveis vários efeitos: por um lado verificou-se o aumento na FV SGPS pela provisão para processos judiciais (AdC) no valor de €6,1 milhões e na Alliance Healthcare pelo aumento dos financiamentos de médio-longo prazo de cerca de €7,0 milhões; por outro lado, assistiu-se a uma redução dos financiamentos na Farminveste IPG (€7,6 milhões), Glintt (€6,6 milhões) e no Imofarma (€1,4 milhões).

FV SGPS	2016		2015		Variação	
Passivo não corrente	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	6 435,2	4,7%	332,5	0,2%	6 102,7	1835,4%
Farminveste IPG	60 742,0	44,2%	67 943,6	48,6%	-7 201,6	-10,6%
hmRs	1 288,5	0,9%	772,9	0,6%	515,6	66,7%
Farminveste 3 + Glintt	35 969,3	26,1%	42 569,2	30,5%	-6 599,9	-15,5%
Imofarma + FV Serviços	24 504,5	17,8%	26 529,3	19,0%	-2 024,7	-7,6%
Alliance Healthcare + GV	8 619,9	6,3%	1 595,3	1,1%	7 024,7	440,3%
Total FV SGPS	137 559,4	100,0%	139 742,8	100,0%	-2 183,3	2308,7%

FV SGPS Passivo corrente	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	18,9	0,0%	0,2	0,0%	18,7	8457,2%
Farminveste IPG	40 130,1	19,3%	51 506,5	27,6%	-11 376,4	-22,1%
hmRs	3 981,0	1,9%	2 929,2	1,6%	1 051,8	35,9%
Farminveste 3 + Glintt	53 922,8	26,0%	56 637,2	30,4%	-2 714,5	-4,8%
Imofarma + FV Serviços	3 969,7	1,9%	2 579,0	1,4%	1 390,6	53,9%
Alliance Healthcare + GV	105 696,2	50,9%	72 815,6	39,0%	32 880,6	45,2%
Total FV SGPS	207 718,7	100,0%	186 467,8	100,0%	21 250,9	11,4%

Em contrapartida, o passivo corrente apresenta um incremento de €21,3 milhões face a 2015. A Alliance Healthcare aumentou o recurso a financiamento de curto prazo na sua actividade corrente (€32,3 milhões), para substituir os capitais próprios que estavam a ser utilizados com esse fim e que foram devolvidos aos sócios, através do reembolso de prestações acessórias (40 milhões de euros). Este aumento foi compensado em €12,8 milhões pela redução dos financiamentos da Farminveste IPG com recurso à devolução de prestações acessórias efectuadas pela Alliance Healthcare (€19,6 milhões).

Relativamente aos movimentos consolidados de tesouraria, registaram-se fluxos positivos das actividades operacionais de €19,7 milhões. Estes foram absorvidos pelos fluxos de investimento e de financiamento, que são negativos no período, essencialmente devido à devolução de prestações acessórias da Alliance Healthcare ao outro acionista e investimento em capex.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração da Farminveste propõe que o Resultado Líquido individual apurado no Exercício, no montante de €4.516.091 seja aplicado da seguinte forma de modo a dar cumprimento ao artº 295º do CSC:

- Reserva Legal (5%) € 225.805;
- Resultados Transitados € 4.290.286.

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja aproveitar o presente Relatório para expressar os seus agradecimentos a todos quantos colaboraram com a empresa, designadamente no decurso do exercício de 2016, apoiando o esforço de consolidação da sua actividade, a melhoria do seu desempenho e o desenvolvimento de novos projectos empresariais.

Deseja, ainda, o Conselho de Administração, personalizar os seus agradecimentos aos accionistas, pelo constante apoio que tem vindo a prestar e aos seus próprios colaboradores e aos das sociedades participadas, pelo seu contributo nas actividades desenvolvidas.

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Conselho de Administração

Paulo Jorge Cleto Duarte
(Presidente)

Vítor Manuel Lopes Segurado
(Vogal)

Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
(Vogal)

Ana Cristina Clarkson Gaspar
(Vogal)

Pedro Miguel Antunes Ferreira
(Vogal)

Tiago Galvão Alves Pereira
(Vogal)

Abel Bernardino Teixeira Mesquita
(Vogal)

Augusto Manuel da Costa Meneses
(Vogal)

Francisco Manuel Cardoso Faria
(Vogal)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS INDIVIDUAIS)

Exercício de 2016

Nota introdutória:

Salvo se em contrário expresso, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respectivos anexos, são expressos em Euros (€)

Demonstração da Posição Financeira (Contas Individuais)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Rubricas	Notas	31-12-2016	31-12-2015
valores em Euros			
ACTIVO			
Activo não corrente		104 668 713	94 228 474
Participações financeiras - métodos da equivalência patrimonial	6	97 725 199	87 284 960
Outros activos financeiros	6	6 943 514	6 943 514
Activo corrente		6 061	4 630
Estado e outros entes públicos	8	5 000	4 000
Diferimentos	9	74	-
Caixa e depósitos bancários	4	987	630
Total do activo		104 674 774	94 233 104
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio		98 211 677	93 900 383
Capital realizado	10	100 000 000	100 000 000
Reservas legais	10	230 632	230 632
Outras Reservas	10	66 700	66 700
Resultados transitados	10	-2 529 096	2 430 310
Ajustamentos em activos financeiros	10	-4 072 650	-3 867 853
Resultado líquido do período		4 516 091	-4 959 406
Passivo não corrente		6 435 204	332 500
Provisões	11	6 082 704	-
Financiamentos obtidos	12	352 500	332 500
Passivo corrente		27 894	221
Fornecedores	7	9 924	221
Estado e outros entes públicos	8	1 175	-
Outras contas a pagar	7	16 794	-
Total do passivo		6 463 098	332 721
Total do capital próprio e do passivo		104 674 774	94 233 104

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados Por Natureza (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2016	31-12-2015
valores em Euros			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6	10 645 035	-4 949 123
Fornecimentos e serviços externos	13	-23 952	-10 283
Gastos com o pessoal	14	-22 289	-
Provisões (aumentos/reduções)	11	-6 082 704	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 516 091	-4 959 406
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 516 091	-4 959 406
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		4 516 091	-4 959 406
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado Líquido do Período		4 516 091	-4 959 406

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Notas	31-12-2016	31-12-2015
valores em Euros			
Resultado Líquido do Período		4 516 091	-4 959 406
Outros		-	-
Outro rendimento integral do período		4 516 091	-4 959 406
Total rendimento integral do período		4 516 091	-4 959 406

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos De Caixa (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Rubricas	Notas	31-12-2016	31-12-2015
valores em Euros			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores		-14 249	-10 837
Pagamentos ao pessoal		-17 339	-
Caixa gerada pelas operações		-31 588	-10 837
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 000	-1 000
Outros recebimentos/pagamentos		12 945	-
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-19 643	-11 837
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		20 000	10 000
Outras operações de Financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		20 000	10 000
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		357	-1 837
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	630	2 466
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	987	630

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração das Alterações no Capital Próprio (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital próprio
		Capital realizado	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do período	
valores em Euros								
Posição no início do período 2015		100 000 000	81 691	66 700	-399 569	-4 131 912	2 978 819	98 595 730
Alterações no período								
Aplicação de resultado		-	148 941	-	2 829 878	-	-2 978 819	-
		-	230 632	-	2 829 878	-	-2 978 819	-
Resultado líquido do período							-4 959 406	-4 959 406
Resultado integral							-4 959 406	-4 959 406
Operações com detentores do capital no período								
Outras operações		-	-	-	-	264 059	-	264 059
		-	-	-	-	264 059	-	264 059
Posição no fim do período 2015	10	100 000 000	230 632	66 700	2 430 310	-3 867 853	-4 959 406	93 900 383

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Total do Capital próprio	
		Capital realizado	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros		Resultado líquido do período
valores em Euros								
Posição no início do período 2016		100 000 000	230 632	66 700	2 430 310	-3 867 853	-4 959 406	93 900 383
Alterações no período								
Aplicação de resultado		-	-	-	-4 959 406	-	4 959 406	-
		-	-	-	-4 959 406	-	4 959 406	-
Resultado líquido do período							4 516 091	4 516 091
Resultado integral							4 516 091	4 516 091
Operações com detentores do capital no período								
Outras operações		-	-	-	-	-204 797	-	-204 797
		-	-	-	-	-204 797	-	-204 797
Posição no fim do período 2016	10	100 000 000	230 632	66 700	-2 529 096	-4 072 650	4 516 091	98 211 677

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Individuais)

Exercício de 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, S.G.P.S., S.A. (Farminveste, SGPS) foi constituída em Setembro de 2010, tendo por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina n.º. 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480.

O seu Capital Social está representado por 20.000.000 de acções de categoria A e B (6.000.000 e 14.000.000, respectivamente), no valor nominal de €5,00, de natureza escritural e nominativa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2016, conforme adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

A Farminveste SGPS adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras pela primeira vez em 2016, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“Sistema de Normalização Contabilística” ou “SNC”) para esse normativo para estes efeitos foi fixada em 1 de Janeiro de 2015, de acordo com o disposto na IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (“IFRS 1”) veja-se Nota 2.1.

Consequentemente, em cumprimento das disposições do IAS 1, a Farminveste SGPS declara que estas demonstrações financeiras e respectivo anexo cumprem, para estes efeitos, as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia (“UE”), em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2016.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2016;

2.1 Primeira aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)

A Empresa adoptou as IFRS no exercício de 2016, na preparação das demonstrações financeiras, aplicando para o efeito o IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, sendo a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2015. Até 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações financeiras da Empresa foram apresentadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, conforme definidos em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

O IFRS 1 estabelece, como princípio genérico, que as políticas contabilísticas definidas pela Farminveste SGPS, de acordo com os IFRS em vigor em 1 de Janeiro de 2016, sejam adoptadas retrospectivamente e os correspondentes ajustamentos à data da transição, sejam registados em Resultados transitados. No entanto, não foram identificadas diferenças nos métodos de contabilização pela adopção do novo normativo pelo que não existem ajustamento de conversão a reportar.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (*deemed cost*) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento básico:	de 1 a 20 anos
Equipamento de transporte:	de 4 a 6 anos
Equipamento administrativo:	de 4 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis:	de 1 a 25 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

LOCAÇÕES (IAS 17)

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos locados; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

GOODWILL (IFRS 3)

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de Goodwill (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas), se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

O Goodwill originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS, foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (“deemed cost”) àquela data, e foi objecto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O “Goodwill” deixou de ser amortizado a partir daquela data, sendo, contudo, sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade para verificar se existem perdas de imparidade.

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do activo e na demonstração de resultados na rubrica de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade, não sendo posteriormente revertida.

Para efeitos de realização de testes de imparidade o goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa a que respeita. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa o investimento, do Grupo, em cada uma das áreas de negócio em que o mesmo opera, sendo o valor de uso determinado pela actualização dos fluxos de caixa futuros estimados para cada unidade geradora de caixa.

ACTIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38)

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um activo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha recta (*ou outro*) em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (IFRS 11)

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Entidade no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como goodwill. O goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado separadamente na posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (IFRS 10)

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo directamente atribuível à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração dos resultados.

As transacções internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transacções entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Associadas

Estas participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial.

O investimento do Grupo em associadas inclui o goodwill (deduzido de perdas acumuladas de imparidade) identificado na aquisição.

A participação do Grupo nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na Demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas após aquisição é reconhecida em reservas por contrapartida do valor contabilístico do investimento financeiro. Quando a participação no Grupo nas perdas da associada igualar ou ultrapassar o investimento na associada, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver assumido obrigações ou efectuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas. Perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (IAS 23)

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os juros de empréstimos obtidos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. A empresa considera que um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados.

RÉDITO (IAS 18)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as prestações de serviços.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do crédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O crédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O crédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do crédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

SUBSIDIOS (IAS 20)

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os activos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Estado e outros entes públicos;
- Fornecedores;
- Financiamentos obtidos; e
- Outras contas a pagar.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

IMPARIDADE DE ACTIVOS (IAS 36)

À data da posição financeira é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade. A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

- Existir compromisso da Entidade; ou
- Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efectuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgadas nas notas correspondentes do anexo.

3.3. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-Fev-15 Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 2 - Pagamentos com base em acções: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 - Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de activos por segmento com o valor de activos nas demonstrações financeiras; IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 38 - Activos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de activos fixos; e IAS 24 - Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 - Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber/a pagar de curto prazo.
Emenda à IAS 19 - Benefícios dos empregados - Contribuições de empregados	1-Fev-15 Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-Jan-16	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos accionistas); IFRS 7 - Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de activos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de activos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de activos e passivos financeiros; IAS 19 - Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 - Relato financeiro intercalar: clarificação sobre procedimentos a adoptar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à norma IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras - “ <i>Disclosure Initiative</i> ”	1-Jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relativos à iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objectivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; • outra informação na quarta secção
Emenda à IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura - Plantas de produção	1-Jan-16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.
Emenda à IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 38 - Activos intangíveis - Métodos de depreciação aceitáveis	1-Jan-16	Esta emenda estabelece a presunção, que pode ser refutada de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um activo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de activos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortizar activos intangíveis só poderá ser refutada quanto estes activos são expressos em função do rendimento gerado ou quando existe forte correlação entre a utilização dos benefícios económicos e a receita gerada.

Emenda à IAS 27 - Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-Jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração actualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.
Emendas à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 - Investimentos em associadas	1-Jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emenda à IFRS 11 - Acordos conjuntos - Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-Jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma actividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma actividade empresarial, deverá a transacção ser registada como uma aquisição de activos. Esta alteração tem aplicação prospectiva para novas aquisições de interesses.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 9 - Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	1-Jan-18 Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de activos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-Jan-18 Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 - Rédito, IAS 11 - Contratos de construção; IFRIC 13 - Programas de fidelização; IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 - Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (Empresa) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Norma / Interpretação

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
Emendas à IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa	Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de actividades de financiamento.
Emendas à IAS 12 - Imposto sobre o rendimento	Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de activos por impostos resultantes de perdas não realizadas.
Emendas à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 - Investimentos em associadas	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.
Emendas à IAS 40 - Propriedades de investimento	Estas emendas clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do activo.
Emendas à IFRS 2 - Pagamentos com base em acções	Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transacções de pagamentos com base em acções que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transacções de pagamentos com base em acções (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transacções com características de liquidação compensada.
Emendas à IFRS 4 - Contratos de seguro	Estas emendas proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9.
IFRS 14 - Activos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a activos regulados.
Emendas à IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
IFRS 16 - Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 - Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais face ao definido na IAS 17.
IFRIC 22 - Transacções em moeda estrangeira e adiantamentos	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

Descrição	2016	2015
Depósito à ordem	987	630
Depósito a prazo	-	-
Total de caixa e depósitos bancários	987	630

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

5. PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com Empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata:	Associação Nacional das Farmácias
Nome da empresa-mãe controladora final:	Associação Nacional das Farmácias

Conforme referido na Nota 1, a 31 de Dezembro 2016, a Farminveste SGPS era detida em 90,29% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF) e os restantes 9,71% pertenciam a outros accionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No ano de 2016 as remunerações pagas aos órgãos sociais da Farminveste SGPS foram €14.011.

Saldos e Transacções entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos e as transacções efectuadas com partes relacionadas são os seguintes:

	2016		2015	
	Contas a pagar (Nota 7)	Financiamentos (Nota 12)	Serviços Obtidos	Financiamentos
Empresa-mãe	-	352 500	-	332 500
Subsidiárias	8 948	-	13 479	-
Total de relações intra-grupo	8 948	352 500	13 479	332 500

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

A Farminveste SGPS detém uma participação financeira de 100,00% na Farminveste IPG, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Através deste método o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Farminveste SGPS nos activos líquidos da Farminveste IPG. Os resultados da Farminveste SGPS incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da Farminveste IPG.

A informação financeira disponível à data da demonstração da posição financeira da empresa participada resume-se como segue:

Entidades	Data de relado das demonstrações financeiras	% de participação	Activo	Passivo	Capital próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	11 de abril de 2017	100,0%	501 241 950	338 823 959	162 417 990	700 328 193	719 813 392

O valor total do investimento financeiro nesta participada ascendia a € 104.668.713 com a decomposição seguinte:

Participação de capital	+ €93.104.610
Empréstimos concedidos	+ €6.943.514
MEP: Incorporação de resultados	+€4.620.589

A Farminveste SGPS detém ainda, através da sua participada Farminveste 3, uma participação financeira de 75,98% na Glinnt, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

A sociedade Glinnt encontra-se cotada no mercado NYSE EURONEXT. À data de 31 de Dezembro de 2016, a valorização da participação na Glinnt à cotação de mercado era de €15.858.233,80 (66.075.974 acções a € 0,24/acção). À data deste relatório a acção Glinnt encerrou o dia com a cotação de € 0,22/acção.

A Farminveste 3 considera este investimento financeiro como muito relevante e estratégico para o Grupo Farminveste. Por este motivo, não ajustou em 2016 nem em anos anteriores o valor da sua participação na Glinnt em função da cotação das suas acções.

Este procedimento assenta, igualmente, na verificação de que os testes de imparidade realizados às participadas da própria Glinnt (uma vez que é uma sociedade cotada sujeita às IFRS/IAS), concluem não existir a necessidade de registar quaisquer ajustamentos por imparidade no seu capital próprio.

7. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As rubricas de fornecedores e outras contas a pagar têm a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	2016	2015
<u>Passivo</u>		
Fornecedores	9 924	221
Fornecedores gerais	977	221
Fornecedores empresas subsidiárias (Nota 5)	8 948	-
Outras contas a pagar	16 794	-
Acréscimo de gastos	4 950	-
Outros credores	11 844	-
Total dos valores passivos	26 718	221

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015 decomposição da rubrica Estado e Outros Entes Públicos era a seguinte:

Designação	2016		2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	5 000	-	4 000	-
Retenção impostos sobre rendimento	-	131	-	-
Segurança social	-	1 044	-	-
Total do estado e outros entes publicos	5 000	1 175	4 000	-

9. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de diferimentos inclui gastos de seguros referentes ao ano de 2017.

10. CAPITAL, RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital da Farminveste SGPS era detido em 90,29% pela Associação Nacional das Farmácias e os restantes 9,71% pertenciam a Outros accionistas e encontrava-se distribuído da seguinte forma:

Capital social	Nº acções	Valor nominal	Categoria das acções	
			Cat. A	Cat. B
100 000 000	6 000 000	5	30 000 000	
	14 000 000	5		70 000 000

As diferentes rubricas constituintes do capital Próprio da Farminveste SGPS, em 2016 e 2015 são como se segue:

Designação	2016	2015
Capital realizado	100 000 000	100 000 000
Reserva legal	230 632	230 632
Outras reservas	66 700	66 700
Resultados transitados	-2 529 096	2 430 310
Ajustamentos em activos financeiros	-4 072 650	-3 867 853
Resultado líquido do período	4 516 091	-4 959 406
Total do capital próprio	98 211 677	93 900 383

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a reserva legal ascendia a 230.632 Euros.

Aplicação de resultado

O resultado líquido individual do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foi aplicado, conforme deliberação das Assembleias Gerais de Accionistas na sua totalidade em resultados transitados.

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de provisões teve a seguinte movimentação:

Designação	2015	Reforço	2016
Processos judiciais	-	6 082 704	6 082 704
Total de provisões	-	6 082 704	6 082 704

Processos judiciais

A Autoridade da Concorrência (AdC) instaurou, por despacho de 17 de Setembro de 2009, um processo contra-ordenacional por alegadas práticas de abuso de posição dominante no mercado da comercialização de dados das farmácias, nas quais estariam envolvidas, para além da ANF, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a sua participada hmR. Na conclusão deste processo, por decisão de 22 de Dezembro de 2015, a AdC aplicou à Farminveste SGPS, à Farminveste IPG e à hmR coimas nos montantes de €9.080.000, de €360.000 e de €265.000, respectivamente.

Na sequência, em 26 de Janeiro de 2016, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR apresentaram contra aquela decisão da AdC os competentes recursos de impugnação que foram recebidos pelo Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (p. n.º 36/16.0YUSTR). Tramitado este processo e realizada a audiência de julgamento, foi proferida sentença pelo Tribunal, datada de 20 de Outubro de 2016, que julgou parcialmente procedentes os recursos da Farminveste SGPS, da Farminveste IPG e da hmR, e, em decorrência, reduziu as coimas aplicadas para €6.082.704, €233.530,80, e €171.767,20, respectivamente.

Não conformadas com a sentença, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR, interpuseram, em 03 de Novembro de 2016, recursos para o Tribunal da Relação de Lisboa. Estes recursos têm efeito suspensivo da sentença pelo que a eventual obrigação de pagamento das coimas (e bem assim o seu valor definitivo) só será exigível após o trânsito em julgado da condenação.

Tendo considerado a evolução do processo e, em particular, a confirmação, por uma primeira instância judicial, da qualificação como infracção anti-concorrencial da actuação das referidas Sociedades censurada pela AdC na sua decisão de 22 de Dezembro de 2015, os órgãos de gestão das mesmas decidiram proceder à constituição de uma provisão no valor das coimas respectivas.

12. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O montante em dívida diz respeito a suprimentos entregues pela ANF, para fazer face a necessidades de fundo de maneio pontuais.

13. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos era o seguinte:

Designação	2016	2015
Trabalhos especializados	23 410	9 783
Serviços bancários	357	315
Outros serviços diversos	185	185
Total de fornecimentos e serviços externos	23 952	10 283

14. GASTOS COM O PESSOAL

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa durante o exercício de 2016 foi de 2. O detalhe da rubrica de Gastos com o Pessoal é o seguinte:

Designação	2016
Remunerações órgãos sociais	18 011
Encargos sobre remunerações	4 278
Total de gastos com pessoal	22 289

15. RESULTADO POR ACÇÃO

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários, dividido pela média ponderada de acções ordinárias no período, excluindo acções ordinárias compradas e detidas como acções próprias.

	2016	2015
Resultado Líquido do Período	4 516 091	-4 959 406
Nº médio de acções ordinárias	20 000 000	20 000 000
Resultado por acção básico	0,23	-0,25

O resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

A actividade global da Farminveste SGPS encontra-se descrita no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2016.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 18 de Abril de 2017, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data da posição financeira e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS CONSOLIDADAS)

Exercício de 2016

Nota introdutória:

Salvo se em contrário expresso, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respectivos anexos, são expressos em Euros (€)

Demonstração da Posição Financeira (Contas Consolidadas)

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Rubricas	Notas	31/12/2016	31/12/2015
ACTIVO			
Activo não corrente		320 996 403	316 820 574
Activos fixos tangíveis	6	94 097 423	91 986 813
Propriedades de investimento	8	17 130 659	17 830 600
Goodwill	10	120 546 012	121 001 367
Activos intangíveis	11	41 247 858	38 839 119
Participações financeiras - métodos da equivalência patrimonial	12	23 590 020	18 963 347
Outros activos financeiros	12 e 15	7 383 993	12 474 278
Outras contas a receber	15	5 988 962	5 860 733
Activos por impostos diferidos	13	11 011 476	9 864 317
Activo corrente		180 242 660	180 281 549
Inventários	14	51 833 361	49 864 767
Clientes	15	88 517 908	89 945 593
Estado e outros entes públicos	15	4 920 810	5 043 023
Outras contas a receber	15	15 144 056	14 866 189
Diferimentos	16	3 314 497	3 941 128
Activos não correntes disponíveis para venda	9	832 500	765 500
Ativos operações descontinuadas	28	338 908	255 368
Caixa e depósitos bancários	4	15 340 620	15 599 980
Total do activo		501 239 063	497 102 123
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio		155 960 954	170 891 577
Capital realizado	18	100 000 000	100 000 000
Reservas legais	18	230 632	230 632
Outras Reservas	18	66 700	66 700
Resultados Transitados	18	-2 529 096	1 205 143
Ajustamentos em activos financeiros	18	-4 072 650	-3 867 846
Resultado líquido do período		4 516 091	-4 665 577
Total capital Próprio atribuível à Empresa-mãe		98 211 677	92 969 052
Interesses minoritários	18	57 749 277	77 922 524
Passivo			
Passivo não corrente		137 559 444	139 742 771
Provisões	19	20 336 214	15 013 021
Financiamentos obtidos	20	108 041 335	113 883 439
Instrumentos financeiros derivados	17	2 071	-
Passivos por impostos diferidos	13	8 051 025	9 066 915
Outras contas a pagar	15	1 128 799	1 779 396
Passivo corrente		207 718 665	186 467 775
Fornecedores	15	68 221 426	65 448 321
Estado e outros entes públicos	15	5 319 691	7 484 553
Financiamentos obtidos	20	102 199 892	81 289 362
Outras contas a pagar	15	26 453 656	24 832 777
Diferimentos	16	5 094 356	6 976 304
Passivos operações descontinuadas	29	429 644	436 459
Total do passivo		345 278 109	326 210 546
Total do capital próprio e do passivo		501 239 063	497 102 123

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados Por Natureza (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	21	700 636 690	691 462 424
Subsídios à exploração	21	138 567	218 418
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12	7 175 694	6 537 667
Trabalhos para a própria entidade	11	2 747 218	1 944 640
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	-562 767 094	-557 736 347
Fornecimentos e Serviços externos	22	-57 794 974	-53 232 370
Gastos com o pessoal	23	-53 210 794	-50 166 017
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	14	-73 224	-587 162
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	5 150 690	514 044
Provisões (aumentos/reduções)	19	-4 645 729	-3 730 728
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-415 899
Aumentos/reduções de justo valor	24	170 849	12 076 544
Outros rendimentos e ganhos	25	2 343 230	1 422 992
Outros gastos e perdas	26	-4 447 471	-4 817 824
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		35 423 652	43 490 381
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-5 839 568	-7 009 008
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6	-307 170	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29 276 914	36 481 373
Juros e rendimentos similares obtidos	21 e 28	1 262 216	1 287 604
Juros e gastos similares suportados	28	-9 061 425	-10 031 549
Resultado antes de impostos		21 477 705	27 737 428
Imposto sobre o rendimento do período	13	-5 950 866	-8 078 087
Resultado líquido do período		15 526 839	19 659 341
Perdas com operações descontinuadas	30	-2 170 584	-39 135 430
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe	31	4 516 091	-4 665 577
Interesses minoritários	18	8 840 164	-14 810 512
Total		13 356 255	-19 476 089

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Notas	31-12-2016	31-12-2015
valores em Euros			
Resultado Líquido do Período		4 516 091	-4 665 577
Outros		-	-
Outro rendimento integral do período		4 516 091	-4 665 577
Total rendimento integral do período		4 516 091	-4 665 577

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos De Caixa (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Rubricas	Notas	31-12-2016	31-12-2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		759 925 731	757 121 718
Pagamentos a fornecedores		-671 110 715	-661 338 500
Pagamentos ao pessoal		-46 660 280	-44 300 525
Caixa gerada pelas operações		42 154 736	51 482 692
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-9 744 319	-11 881 503
Outros recebimentos/pagamentos		-12 726 369	-13 702 003
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		19 684 048	25 899 186
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-7 657 676	-1 754 323
Activos intangíveis		-2 941 974	-2 156 679
Investimentos financeiros		-619 519	-5 388 366
Dividendos		-77 241	-158 033
Outros activos		-3 547	-265 046
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		4 496	28 154
Investimentos financeiros		4 350 000	14 460 494
Outros activos		-	7 500
Subsídios ao investimento		116 009	585 676
Juros e rendimentos similares		755 463	830 187
Dividendos		3 422 400	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2 651 588	6 189 565
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		371 371 240	307 484 967
Outras operações de Financiamento		380 328	250 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-354 108 050	-324 175 496
Financiamentos obtidos (Operações descontinuadas)		-	-8 273 601
Juros e gastos similares		-8 747 767	-9 685 341
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-20 400 000	-
Outras operações de financiamento		-5 725 602	-4 445 519
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-17 229 851	-38 844 990
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		148 198	60 386
Caixa e seus equivalentes no início do período		15 599 980	11 859 460
Alteração de perímetro		-210 168	10 436 373
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	15 340 620	15 599 980

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração das Alterações No Capital Próprio (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Descrição	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
	Capital realizado	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do período			
Posição no início do período 2015	100 000 000	81 691	66 700	-1 693 518	-4 131 912	2 978 812	97 301 773	46 153 069	143 454 843
Alterações no período									
Outras operações	-	-	-	-	264 066	-	264 066	46 579 967	46 844 033
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	148 941	-	2 898 661	-	-2 978 812	68 790	-	68 790
	-	148 941	-	2 898 661	264 066	-2 978 812	332 856	46 579 967	46 912 823
Resultado líquido do período						-4 665 577	-4 665 577	-14 810 512	-19 476 089
Resultado integral						-4 665 577	-4 665 577	-14 810 512	-19 476 089
Operações com detentores do capital no período									
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2015	100 000 000	230 632	66 700	1 205 143	-3 867 846	-4 665 577	92 969 052	77 922 524	170 891 577
Descrição	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
	Capital realizado	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do período			
Posição no início do período 2016	100 000 000	230 632	66 700	1 205 143	-3 867 846	-4 665 577	92 969 052	77 922 524	170 891 577
Alterações no período									
Outras operações	-	-	-	931 337	-204 804	-	726 534	-29 013 411	-28 286 877
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-4 665 577	-	4 665 577	-	-	-
	-	-	-	-3 734 239	-204 804	4 665 577	726 534	-29 013 411	-28 286 877
Resultado líquido do período						4 516 091	4 516 091	8 840 164	13 356 254
Resultado integral						4 516 091	4 516 091	8 840 164	13 356 254
Operações com detentores do capital no período									
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2016	100 000 000	230 632	66 700	-2 529 096	-4 072 650	4 516 091	98 211 677	57 749 277	155 960 954

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Consolidadas)

Exercício de 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, S.G.P.S., S.A. (Farminveste, SGPS) foi constituída em Setembro de 2010, tendo por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina n.º 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480.

O seu Capital Social está representado por 20.000.000 de acções de categoria A e B (6.000.000 e 14.000.000 respectivamente), no valor nominal de €5,00, de natureza escritural e nominativa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2016, conforme adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

O Grupo adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras pela primeira vez em 2016, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“Sistema de Normalização Contabilística” ou “SNC”) para esse normativo para estes efeitos foi fixada em 1 de Janeiro de 2015, de acordo com o disposto na IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (“IFRS 1”) veja-se Nota 2.1.

Consequentemente, em cumprimento das disposições do IAS 1, o Grupo declara que estas demonstrações financeiras e respectivo anexo cumprem, para estes efeitos, as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia (“UE”), em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2016.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2016;

2.1 Primeira aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)

O Grupo adoptou as IFRS no exercício de 2016, na preparação das demonstrações financeiras, aplicando para o efeito o IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, sendo a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2015. Até 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações financeiras da Empresa foram apresentadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, conforme definidos em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

O IFRS 1 estabelece, como princípio genérico, que as políticas contabilísticas definidas pelo Grupo, de acordo com os IFRS em vigor em 1 de Janeiro de 2016, sejam adoptadas retrospectivamente e os correspondentes ajustamentos à data da transição, sejam registados em Resultados transitados.

A transição para as IFRS resultou essencialmente em duas alterações: alteração do método de consolidação proporcional para integral das participadas Alliance Healthcare e hmR Ireland e na alteração da política contabilística relativa à contabilização de subsídios ao investimento apenas existente nas participadas Alliance Healthcare e Glintt. De acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC” - anterior normativo contabilístico), os subsídios ao investimento deviam ser registados no capital próprio enquanto que, seguindo o preconizado pelas IFRS, o Grupo passou a representar os mesmos subsídios em rubrica do passivo, sendo essa a reclassificação reportada à data de transição (1 de Janeiro de 2015).

A reconciliação do capital próprio reportado a 1 de Janeiro de 2015 (data de transição) e a 31 de Dezembro de 2015 para efeitos de conversão para as IFRS é como segue:

Rubricas	Data transição	Data último report SNC
	01-01-2015	31-12-2015
Capital Próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	98 626 324	122 411 655
Reconhecimento do subsidio ao investimento no passivo corrente e não corrente	-1 293 949	-1 225 160
Alteração método consolidação	46 122 468	49 705 081
Capital Próprio de acordo com as IFRS	143 454 843	170 891 577

O efeito na demonstração da posição financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 é detalhado como segue:

Rubricas	SNC		IFRS
	31-12-2015	Ajustamentos	31-12-2015
ACTIVO			
Activo não corrente	299 275 663	17 544 911	316 820 574
Activos fixos tangíveis	84 801 723	7 185 090	91 986 813
Propriedades de investimento	17 830 600	-	17 830 600
Goodwill	117 741 069	3 260 298	121 001 367
Activos intangíveis	38 445 443	393 676	38 839 119
Participações financeiras - métodos da equivalência p	18 963 347	-	18 963 347
Outros activos financeiros	8 402 170	4 072 109	12 474 278
Outras contas a receber	5 860 733	-	5 860 733
Activos por impostos diferidos	7 230 579	2 633 738	9 864 317
Activo corrente	109 764 100	70 517 449	180 281 549
Inventários	24 895 455	24 969 312	49 864 767
Clientes	53 886 683	36 058 910	89 945 593
Estado e outros entes públicos	4 113 581	929 443	5 043 023
Outras contas a receber	13 095 419	1 770 770	14 866 189
Diferimentos	3 906 953	34 175	3 941 128
Activos não correntes disponíveis para venda	765 500	-	765 500
Ativos operações descontinuadas	255 368	-	255 368
Caixa e depósitos bancários	8 845 141	6 754 840	15 599 980
Total do activo	409 039 763	88 062 360	497 102 123

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Capital Próprio	122 411 655	48 479 922	170 891 577
Capital realizado	100 000 000	-	100 000 000
Reserva legal	230 632	-	230 632
Outras Reservas	66 700	-	66 700
Resultados Transitados	2 430 303	-1 225 160	1 205 143
Ajustamentos em activos financeiros	-3 867 846	-	-3 867 846
Resultado líquido do período	-4 665 577	-	-4 665 577
	94 194 212	-1 225 160	92 969 052
Interesses minoritários	28 217 443	49 705 081	77 922 524
Passivo			
Passivo não corrente	137 755 227	1 987 544	139 742 771
Provisões	14 562 825	450 196	15 013 021
Financiamentos obtidos	113 535 543	347 895	113 883 439
Passivos por impostos diferidos	9 392 251	-325 336	9 066 915
Outras contas a pagar	264 607	1 514 789	1 779 396
Passivo corrente	148 872 881	37 594 894	186 467 775
Fornecedores	36 504 543	28 943 778	65 448 321
Estado e outros entes públicos	6 715 267	769 285	7 484 553
Financiamentos obtidos	77 462 132	3 827 231	81 289 362
Outras contas a pagar	20 785 765	4 047 012	24 832 777
Diferimentos	6 968 716	7 588	6 976 304
Passivos operações descontinuadas	436 459	-	436 459
Total do passivo	286 628 108	39 582 438	326 210 546
Total do capital próprio e do passivo	409 039 763	88 062 360	497 102 123

Os ajustamentos das rubricas da Demonstração da posição financeira reflectidas no quadro dizem respeito às alterações de políticas contabilísticas descritas acima.

No que se refere ao total do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, o mesmo manteve-se mas a estrutura da demonstração de Resultados apresenta ajustamentos pela alteração do método de consolidação conforme se detalha abaixo:

Rendimentos e Gastos	SNC		IFRS
	31-12-2015	Ajustamentos	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	387 217 051	304 245 373	691 462 424
Subsídios à exploração	218 418	-	218 418
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6 537 667	-	6 537 667
Trabalhos para a própria entidade	1 944 640	-	1 944 640
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-279 020 835	-278 715 512	-557 736 347
Fornecimentos e Serviços externos	-46 857 849	-6 374 521	-53 232 370
Gastos com o pessoal	-43 135 807	-7 030 210	-50 166 017
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-493 530	-93 633	-587 162
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	70 060	443 984	514 044
Provisões (aumentos/reduções)	-3 730 728	-	-3 730 728
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-415 899	-	-415 899
Aumentos/reduções de justo valor	12 076 544	-	12 076 544
Outros rendimentos e ganhos	1 233 145	189 848	1 422 992
Outros gastos e perdas	-4 436 453	-381 369	-4 817 822
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	31 206 424	12 283 959	43 490 381
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-5 859 570	-1 149 438	-7 009 008
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	25 346 854	11 134 521	36 481 373
Juros e rendimentos similares obtidos	702 056	585 548	1 287 604
Juros e gastos similares suportados	-9 680 043	-351 506	-10 031 549
Resultado antes de impostos	16 368 868	11 368 563	27 737 428
Imposto sobre o rendimento do período	-4 778 414	-3 299 673	-8 078 087
Resultado líquido do período	11 590 453	8 068 890	19 659 341
Perdas com operações descontinuadas	-39 135 430	-	-39 135 430
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe	-4 665 577	-	-4 665 577
Interesses minoritários	-22 879 400	8 068 888	-14 810 512
Total	-27 534 694	8 068 888	-19 476 089

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (deemed cost) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento básico:	de 1 a 20 anos
Equipamento de transporte:	de 4 a 6 anos

Equipamento administrativo:	de 4 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis:	de 1 a 25 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

LOCAÇÕES (IAS 17)

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos locados; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

GOODWILL (IFRS 3)

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de Goodwill (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas), se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

O Goodwill originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS, foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (“deemed cost”) àquela data, e foi objecto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O “Goodwill” deixou de ser amortizado a partir daquela data, sendo, contudo, sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade para verificar se existem perdas de imparidade.

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do activo e na demonstração de resultados na rubrica de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade, não sendo posteriormente revertida.

Para efeitos de realização de testes de imparidade o goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa a que respeita. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa o investimento, do Grupo, em cada uma das áreas de negócio em que o mesmo opera, sendo o valor de uso determinado pela actualização dos fluxos de caixa futuros estimados para cada unidade geradora de caixa.

ACTIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38)

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um activo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha recta (*ou outro*) em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (IFRS 5)

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor de Balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado. Os activos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, a Administração/Gerência tem de estar comprometida a executar tal venda e a alienação deverá ocorrer previsivelmente num período de 12 meses.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de Balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa a que o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na Demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (IAS 40)

Os activos fixos tangíveis são classificados como propriedades de investimento quando detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Os activos da empresa que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos, quando for provável que os futuros benefícios económicos que estejam associados à propriedade de investimento fluirão para a entidade e o custo da propriedade de investimento possa ser valorizado com fiabilidade.

Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais, para além do inicialmente estimado, são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (IFRS 11)

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Entidade no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como goodwill. O goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado separadamente na posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (IFRS 10)

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo directamente atribuível à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração dos resultados.

As transacções internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transacções entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Associadas

Estas participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial.

O investimento do Grupo em associadas inclui o goodwill (deduzido de perdas acumuladas de imparidade) identificado na aquisição.

A participação do Grupo nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na Demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas após aquisição é reconhecida em reservas por contrapartida do valor contabilístico do investimento financeiro. Quando a participação no Grupo nas perdas da associada igualar ou ultrapassar o investimento na associada, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver assumido obrigações ou efectuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas. Perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (IAS 23)

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os juros de empréstimos obtidos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. A empresa considera que um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados.

INVENTÁRIOS (IAS 2)

Os inventários incluem, essencialmente, matérias-primas, material de embalagem, produto intermédio e produto acabado e encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

RÉDITO (IAS 18)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as prestações de serviços.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

SUBSIDIOS (IAS 20)

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os activos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Estado e outros entes públicos;
- Fornecedores;
- Financiamentos obtidos; e
- Outras contas a pagar.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros utilizados pela Empresa respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos bancários obtidos, correspondente essencialmente a “swaps” de taxa de juro.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Empresa são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remuneração registado por contrapartida da rubrica de Reserva de cobertura no capital próprio, sendo transferido para resultados quando a posição coberta afectar resultados. Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse prazo.

IMPARIDADE DE ACTIVOS (IAS 36)

À data da posição financeira é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

- Existir compromisso da Entidade; ou
- Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efectuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (IAS 21)

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção.

À data de fecho é efectuada a actualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica Outras reservas.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Juizos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgadas nas notas correspondentes do anexo.

3.3. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-Fev-15 Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 2 - Pagamentos com base em acções: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 - Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de activos por segmento com o valor de activos nas demonstrações financeiras; IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 38 - Activos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de activos fixos; e IAS 24 - Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 - Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber/a pagar de curto prazo.
Emenda à IAS 19 - Benefícios dos empregados - Contribuições de empregados	1-Fev-15 Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-Jan-16	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos accionistas); IFRS 7 - Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de activos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de activos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de activos e passivos financeiros; IAS 19 - Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 - Relato financeiro intercalar: clarificação sobre procedimentos a adoptar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à norma IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras - “ <i>Disclosure Initiative</i> ”	1-Jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relativos à iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objectivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; • outra informação na quarta secção
Emenda à IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura - Plantas de produção	1-Jan-16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.
Emenda à IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 38 - Activos intangíveis - Métodos de depreciação aceitáveis	1-Jan-16	Esta emenda estabelece a presunção, que pode ser refutada de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um activo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de activos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortizar activos intangíveis só poderá ser refutada quanto estes activos são expressos em função do rendimento gerado ou quando existe forte correlação entre a utilização dos benefícios económicos e a receita gerada.

Emenda à IAS 27 - Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-Jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração actualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.
Emendas à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 - Investimentos em associadas	1-Jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emenda à IFRS 11 - Acordos conjuntos - Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-Jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma actividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma actividade empresarial, deverá a transacção ser registada como uma aquisição de activos. Esta alteração tem aplicação prospectiva para novas aquisições de interesses.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 9 - Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	1-Jan-18 Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de activos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-Jan-18 Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 - Rédito, IAS 11 - Contratos de construção; IFRIC 13 - Programas de fidelização; IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 - Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (Empresa) no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Norma / Interpretação

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
Emendas à IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa	Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de actividades de financiamento.
Emendas à IAS 12 - Imposto sobre o rendimento	Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de activos por impostos resultantes de perdas não realizadas.
Emendas à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 - Investimentos em associadas	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.
Emendas à IAS 40 - Propriedades de investimento	Estas emendas clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do activo.
Emendas à IFRS 2 - Pagamentos com base em acções	Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transacções de pagamentos com base em acções que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transacções de pagamentos com base em acções (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transacções com características de liquidação compensada.
Emendas à IFRS 4 - Contratos de seguro	Estas emendas proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9.
IFRS 14 - Activos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a activos regulados.
Emendas à IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
IFRS 16 - Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 - Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais face ao definido na IAS 17.
IFRIC 22 - Transacções em moeda estrangeira e adiantamentos	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo através do método directo. Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa estão considerados os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

Descrição	2016	2015
Caixa	12 044	11 872
Depósitos à ordem	15 325 076	15 588 108
Depósitos a prazo	3 500	-
Total de caixa e depósitos bancários	15 340 620	15 599 980

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

5 - PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com Empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata:	Associação Nacional das Farmácias
Nome da empresa-mãe controladora final:	Associação Nacional das Farmácias

Como referido na Nota 1, A Farminveste SGPS é actualmente detida em 90,29% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), estando os restantes 9,71% distribuídos pelos restantes accionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No ano de 2016, as remunerações pagas dos órgãos sociais das empresas do Grupo Farminveste SGPS foram €1.335.008.

Informação complementar sobre as remunerações dos Corpos Sociais e Quadros Dirigentes da ANF e Empresas Subsidiárias

Mapa com a identificação dos titulares dos órgãos sociais, remunerados e não remunerados e a indicação da remuneração mensal média e global em 31-03-2017

Situação em 31-03-2017	
Nome	R/NR

legenda: R - Remunerado; NR - Não Remunerado

1. ANF

1.1 Órgãos Sociais		
Direcção	Paulo Duarte	NR
	Vítor Segurado	NR
	Nuno Vasco Lopes	NR
	Ana Cristina Gaspar	NR
	Pedro Ferreira	NR
	Silvia Rodrigues	NR
	Tiago Galvão	NR
	Joana Carvalho	NR
	Duarte Santos	NR
	suplente Sofia Boavida	NR
	suplente Cátia Sousa Marques	NR
Mesa Assembleia Geral	João Silveira	NR
	Luís Matias	NR
	Isabel Laranjeira Pais	NR
	Fernando Monteiro	NR
Conselho Fiscal	Nuno Barros	NR
	Madalena Nunes de Sá	NR
	Carlos Paula	NR
Conselho Disciplinar	Helena Amado	NR
	Rui Novo da Silva	NR
	Francisco Matos Ferreira	NR
	José Furtado	NR
	suplente Lara Nicolau	NR
	suplente Marcos Marques	NR
Fiscal Único	Oliveira, Reis & Associados	R
1.2 Comissão Executiva		
	Abel Mesquita	R
	Bonifácio Lopes	R
	Nuno Flora	R
	Miguel Lança	R
	Humberto Martins	R
	Pedro Ferreira	NR
	Luís Reis Sobral	NR
	Henrique Moreira	NR
remuneração mensal global	49 121,93 €	
nº de colaboradores remunerados	5	
remuneração mensal média	9 824,39 €	

2. FINANFARMA
Integra a gestão das seguintes empresas:
Farminveste 2 SGPS Lda
Finanfarma SA

2.1 Órgãos Sociais		
Conselho de Administração	Paulo Duarte	NR
	Vítor Segurado	NR
	Tiago Sopas (Comissão Executiva)	R
	Bonifácio Lopes (Comissão Executiva)	R
	Gonçalo Coutinho (Comissão Executiva)	R
remuneração mensal global CE		
nº de colaboradores remunerados		3
remuneração mensal média		7 500,00 €
Mesa Assembleia Geral	Miguel Silvestre	NR
	Filipe Infante	NR
Fiscal Único	Oliveira, Reis & Associados	R

3. FARMINVESTE
Integra a gestão das seguintes empresas:
Farminveste SGPS SA
Farminveste IPG SA
Farminveste 3 SGPS Lda
Globalvet Lda
Farbiowell
Imofarma FEIIF

3.1 Órgãos Sociais		
Conselho de Administração	Paulo Duarte	NR
	Vítor Segurado	R *
	Nuno Vasco Lopes	NR
	Ana Cristina Gaspar	R *
	Pedro Ferreira	NR
	Tiago Galvão	NR
	Francisco Faria	R *
	Augusto Meneses	R *
	Abel Mesquita	NR
	Helena Amado	NR
Mesa Assembleia Geral	Victor Réfega Fernandes	NR
	Fernando Monteiro	NR
Conselho Fiscal	Nuno Barros	NR
	Carlos Paula	NR
	Oliveira, Reis & Associados	R
Comissão de Remunerações	João Cordeiro	NR
	José Tavares Moreira	NR
	Luis Pereira da Silva	NR

* remuneração dos administradores não executivos de 1.000 € mensais

3.2 Comissão Executiva		
	Paulo Duarte	R
	Nuno Vasco Lopes	NR
	Tiago Galvão	NR
	Abel Mesquita	NR
	José Bonifácio Lopes	NR
	Henrique Moreira	NR
	Nuno Flora	NR
	Luis Cocco	NR
	Tiago Sopas	NR
	Rui Raposo	NR
	Pedro Ferreira	R
	Luis Reis Sobral	R
	Mário Castro	R
remuneração mensal global		
nº de colaboradores remunerados		4
remuneração mensal média		9 695,51 €

4. GLINTT

4.1 Órgãos Sociais		
Conselho de Administração	Luis Matias	R *
	Vitor Segurado	R *
	Ana Cristina Gaspar	R *
	Bonifácio Lopes	R *
	Miguel Lança	R *
	Pedro Inácio	R *
	Nuno Vasco Lopes (Comissão Executiva)	R
	Henrique Moreira (Comissão Executiva)	R
	Luis Cocco (Comissão Executiva)	R
remuneração mensal global CE		38 542,50 €
nº de colaboradores remunerados		3
remuneração mensal média		12 847,50 €
Mesa Assembleia Geral	José Tavares Moreira	R **
	José Ponte Zeferino	R **
Conselho Fiscal	Luis Manuel Pereira da Silva	R **
	João Lopes Ribeiro	NR
	João Tovar Jalles	R **
Comissão de Remunerações	Rui Raposo	R **
	Jorge Brito Pereira	R **
	Victor Refega Fernandes	R **

* remuneração dos administradores não executivos de 1.000 € mensais

** a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, da Assembleia Geral e da Comissão de Remunerações varia entre 500 € a 3.000 € anuais

5. Alliance Healthcare

5.1 Órgãos Sociais		
Conselho de Administração	Abel Mesquita	NR
	Juan Guerra	NR
	Wolfgang Maehr	NR
	Vitor Segurado	NR
	Tiago Galvão	NR
	Victor Réfega Fernandes	NR
Mesa Assembleia Geral	Nuno Sapateiro	NR
Conselho Fiscal	Carlos Corte-Real Pereira	R **
	Carlos Grenha	R **
	Fernando Magarreiro	R **

** remuneração dos membros do Conselho Fiscal de 500 € por reunião

5.2 Comissão Executiva		
	Tiago Galvão	R
	Artur Carvalho	R
	Jorge Martins	R
	João Pedro Ribeiro	R
	Hugo Ramos	R
	Manuel Cordeiro	R
remuneração mensal global		36 577,37 €
nº de colaboradores remunerados		6
remuneração mensal média		6 096,23 €

Integra a gestão das seguintes empresas:

Glintt - Global Intelligent Technologies SA

Glintt - Business Solutions Lda

Glintt - Healthcare Solutions SA

Glintt MSV SA

Glintt Inov SA

Glintt España SL

Pulso Informática SL

Consoft SA

Farmasoft SL

Glintt Brasil Lda

Glintt Angola Lda

Glintt Ireland

Glintt United Kingdom

Integra a gestão das seguintes empresas:

Alliance Healthcare SA

Alliance Healthcare SGPS Lda

Almus Lda

Alloga Lda

Proconfar SA

6. HMR

Integra a gestão das seguintes empresas:

HMR International

HMR Portugal Lda

HMR Espanha SL

HMR Irlanda Ld

6.1 Órgãos Sociais		
Conselho de Administração	Paulo Duarte	NR
	Vítor Segurado	NR
	Abel Mesquita	NR
	João Norte	NR
Fiscal Único	Oliveira, Reis & Associados	R
6.2 Comissão Executiva		
	João Norte	R
	Carlos Mocho	R
	Mário Peixoto	R
	Marco Patinha	R
	Filipe Infante	R
	Mário Castro	NR
remuneração mensal global	52 233,93 €	
nº de colaboradores remunerados	5	
remuneração mensal média	10 446,79 €	

7. FARMINVEST 4 SERVIÇOS

7.1 Órgãos Sociais		
Conselho de Administração	Vítor Segurado	R *
	Ana Cristina Gaspar	R *
	Nuno Flora	NR
	Bonifácio Lopes (Comissão Executiva)	NR
	Henrique Moreira (Comissão Executiva)	NR
	Miguel Lança (Comissão Executiva)	NR
	Luís Cocco (Comissão Executiva)	NR
Fiscal Único	Oliveira, Reis & Associados	R

* remuneração dos administradores não executivos de 1.000 € mensais

8. INFOSAÚDE

8.1 Órgãos Sociais		
Gerência	Silvia Rodrigues	R *
	Joana Carvalho	R *
	Duarte Santos	R *
	Célia Sofia Boavida	R *
	Cátia Sousa Marques	R *
Fiscal Único	Oliveira, Reis & Associados	R

* remuneração igual à dos administradores não executivos de 1.000 € mensais

Mapa resumo da evolução da remuneração mensal média e global de 2010 a 2016

Comissões Executivas:	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ANF							
remuneração mensal global	69 070,76	69 070,76	69 070,76	53 787,21	70 287,21	54 799,00	49 121,93
nº de colaboradores remunerados	5	5	5	5	7	6	5
<u>remuneração mensal média</u>	13 814,15	13 814,15	13 814,15	10 757,44	10 041,03	9 133,17	9 824,39
prémios anuais em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos	184 972,50	125 000,00	192 637,50	124 968,02	82 500,00	98 500,00	99 550,00
Finanfarma							
remuneração mensal global	11 727,90	16 488,86	16 488,86	12 500,00	12 500,00	12 500,00	22 500,00
nº de colaboradores remunerados	3	4	4	3	3	3	3
<u>remuneração mensal média</u>	3 909,30	4 122,22	4 122,22	4 166,67	4 166,67	4 166,67	7 500,00
prémios anuais em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos	2 606,47	3 111,18	2 153,89	0,00	0,00	0,00	0,00
Farminveste							
remuneração mensal global	38 756,15	38 756,15	48 756,15	28 193,55	28 193,55	40 050,69	56 109,62
nº de colaboradores remunerados	2	2	3	2	2	4	5
<u>remuneração mensal média</u>	19 378,08	19 378,08	16 252,05	14 096,78	14 096,78	10 012,67	11 221,92
prémios anuais em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos	63 000,00	250 362,05	160 498,25	40 400,00	145 524,57	281 816,38	197 921,39
Glantt							
remuneração mensal global	51 355,52	62 112,11	63 000,00	63 000,00	50 400,00	49 742,50	38 542,50
nº de colaboradores remunerados	3	4	4	4	4	4	3
<u>remuneração mensal média</u>	17 118,51	15 528,03	15 750,00	15 750,00	12 600,00	12 435,63	12 847,50
prémios anuais em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos	297 500,00	466 482,16	187 529,83	0,00	102 882,00	94 453,00	0,00
Alliance Healthcare							
remuneração mensal global	42 075,18	42 075,18	55 781,96	47 281,96	47 881,90	56 086,53	36 577,37
nº de colaboradores remunerados	4	4	6	5	5	6	6
<u>remuneração mensal média</u>	10 518,80	10 518,80	9 296,99	9 456,39	9 576,38	9 347,76	6 096,23
prémios anuais em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos	0,00	0,00	0,00	80 000,00	194 974,05	221 569,43	195 727,46

Saldos e Transacções entre partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos e as transacções efectuadas entre as partes relacionadas são os seguintes:

Transacções / Saldos partes relacionadas 2016	Prestação de serviços	Fornecimentos e Serviços	Juros recebidos/(Pagos)	Activos tangíveis	Empréstimos obtidos	Contas a receber	Contas a pagar
Empresa-mãe	2 527 984	120 099	16 097	-	352 500	565 970	260 395
Outras Partes Relacionadas	1 150 320	881 541	51 399	82 260	-	203 168	290 417
Transacções / Saldos partes relacionadas 2015	Prestação de serviços	Fornecimentos e Serviços	Juros recebidos/(Pagos)		Empréstimos obtidos	Contas a receber	Contas a pagar
Empresa-mãe	2 729 454	252 431		-	332 500	336 457	5 496
Outras Partes Relacionadas	923 047	373 694		51 770	-	129 259	120 122

6 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício de 2016, os movimentos nas rubricas de activos fixos tangíveis e respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foram:

Consolidado	2015	Reexpressão Glintt	Adições	Reavaliações (Nota 24)	Alienações e abates	Transferências	Acertos cambiais	2016
Terrenos e recursos naturais	2 942 384	-	-	-	-	-	-	2 942 384
Edifícios e outras construções	85 295 353	-130 074	4 441 978	1 259 616	-785 616	50 016	-210 339	89 920 933
Equipamento básico	31 627 709	-3 816 684	3 521 199	-	-1 200 565	-43 656	-639	30 087 364
Equipamento de transporte	1 247 081	-74 581	32 932	-	-	-	-31 642	1 173 790
Equipamento administrativo	9 379 811	491 728	585 813	-	-703 535	76 117	-7 127	9 822 807
Outros activos tangíveis	1 350 607	-16 707	443	-	-20 745	1 541	-5 380	1 309 759
Investimentos em curso - activos tangíveis	84 018	-	98 661	-	-	-84 018	-	98 661
Activo tangível bruto	131 926 963	-3 546 318	8 681 026	1 259 616	-2 710 461	-	-255 127	135 355 698
Depreciações acumuladas (Nota 27)	-39 940 149	-789 193	-2 619 807	-	2 283 957	-	114 087	-40 951 105
Perdas por imparidade e reversões acumul.	-	-	-307 170	-	-	-	-	-307 170
Depreciação acumulada	-39 940 149	-789 193	-2 926 977	-	2 283 957	-	114 087	-41 258 275
Activo tangível líquido	91 986 813	-4 335 511	5 754 049	1 259 616	-426 504	-	-141 040	94 097 423

Os imóveis que constituem a carteira do Imofarma encontram-se classificados em três rubricas do balanço: Activos fixos tangíveis, Propriedades de investimento e Activos não correntes detidos para venda. A sua classificação teve por base os seguintes pressupostos:

- Activos fixos tangíveis (€71,4 milhões): os imóveis arrendados que garantem um rendimento, são considerados com activos tangíveis;
- Propriedades de investimento (€17,1 milhões) (Nota 8): os terrenos, a Quinta Vale Pereiras e o andar da Almirante Reis constituem activos que são mantidos na carteira do fundo numa perspectiva de valorização imobiliária, sendo considerados como propriedades de investimento;
- Activos não correntes detidos para venda (€0,8 milhões): o imóvel sito na Rua Alto do Duque, Lisboa, encontra-se classificado como activo não corrente detido para venda por ser intenção do Fundo aliená-lo (Nota 9).
- Relativamente aos Activos fixos tangíveis, considerou-se que estes não deveriam ser depreciados, uma vez que, comparando os valores contabilísticos com os residuais, estes são sempre superiores, conforme estudo abaixo reproduzido.

Rendas dos activos tangíveis do IMOFARMA

Imóveis activos tangíveis do Imofarma	Valor imóvel (Contabilístico)	Renda anual 2017
Rua Luís de Almeida e Albuquerque. nº3 - Lisboa	1 901 500	163 840
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e 794 - Ramalde	35 375 000	2 074 635
F. PÓLVORA - LT EIT4 - Barcarena - Oeiras	4 857 250	347 929
Rua Santa Catarina 2 e 4/Marechal Saldanha - Lisboa	15 143 500	1 183 684
QUINTA DA BELOURA-Rua do Centro Emp. Lt 307(EF-10) - Albarraque	10 534 750	851 015
Sítio da Igreja - Cero do Galo. Estrada 125	778 250	65 449
Travessa de Santa Catarina. nºs 6 e 8 - Lisboa	2 206 000	199 470
Rua Venâncio Rodrigues. 12 - Coimbra	589 500	51 939
	71 385 750	4 937 961

O valor das rendas anuais para 2017 compreende já a actualização contratualmente prevista em todos os contratos de arrendamento, assim como revisões efectuadas às mesmas efectuadas entre as partes.

Pressupostos de cálculo dos valores residuais dos imóveis

Consideram-se os imóveis activos tangíveis do Imofarma como na quase totalidade afectos ao desenvolvimento das actividades exercidas pela Farminveste e sociedades por si participadas. Nesta perspectiva, do ponto de vista do Imofarma, este rendimento é considerado como estável e permanente. Para efeitos de determinação dos valores residuais dos imóveis que constituem activos tangíveis do Imofarma, foram considerados os pressupostos seguintes:

- 1) Valor anual de renda por imóvel (R) - valor que constitui o *cash-flow* anual de rendimento que permite calcular o valor global do imóvel na maturidade (valor residual), devidamente actualizado a 31 de Dezembro de 2016;

- 2) *Yield* - a *yield* representa a taxa de rendimento gerada por um activo, considerando o seu valor contabilístico; calcula-se pela divisão do valor anual da renda pelo valor contabilístico global do imóvel;
- 3) Taxa de inflação - taxa anual que representa o crescimento contínuo e generalizado dos preços dos bens junto dos consumidores, definido pelo Instituto Nacional de Estatística, indicador contratualmente definido pelo Imofarma com todos os inquilinos para actualização anual das rendas praticadas;
- 4) Perpetuidade - considerando o carácter estável e permanente dos inquilinos do IMOFARMA e do valor por estes pagos pelo arrendamento dos imóveis, o modelo financeiro para cálculo do valor residual de cada imóvel a preços de 31 de Dezembro de 2016 assenta na fórmula da perpetuidade, com crescimento das rendas à taxa de inflação:

$$Valor\ Residual_{31/12/2016} = \frac{Renda\ anual_{31/12/2017}}{(Yield - Inflação)}$$

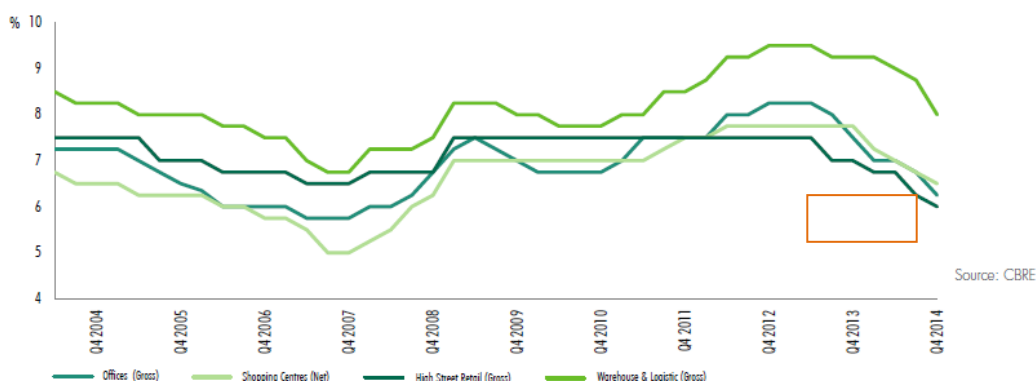
Para obtenção de valores de mercado foram tidos em consideração os relatórios “Real Estate Market Outlook” e “The Property Handbook” da CB Richard Ellis e “Portugal Country Snapshots 2016 Q4 “ e “Marketbeat Portugal fev17 port” da Cushman & Wakefield, constando estes documentos como anexos ao presente memorando.

Em termos de yield que se está a praticar no mercado de investimento imobiliário em Lisboa, refere a C&W no seu relatório Marketbeat Portugal (pág. 15) menciona que “A correcção em baixa das yields manteve-se ao longo de 2016 e de forma muito acentuada no final do ano. Em Dezembro de 2016 as *yields prime* do mercado imobiliário situam-se nos 4,90% para escritórios, 5% para centros comerciais, 4,75% para comércio de rua e 6,50% para industrial”.



O quadro apresentado no relatório da CB Richard Ellis (pág. 23) corrobora os mesmos dados:

PRIME YIELD EVOLUTION IN PORTUGAL



Assim, para efeitos do cálculo do valor residual a preços de 31 de Dezembro de 2016 foi considerado um Yield média de 5,25%. Em termos da inflação, foi considerando um crescimento à taxa anual de 2%, valor de referência do Banco Central Europeu para o comportamento da inflação na Zona Euro a longo prazo.

Cálculo dos valores residuais dos imóveis

Considerando os pressupostos apresentados, o quadro seguinte reflecte o valor contabilístico bem como o valor residual para cada activo tangível:

Imóveis propriedade do Imofarma	Valor Imóvel (Contabilístico)	Renda anual 2017	Valor Residual 31-12-2016
ARRENDADAS			
Rua Luís de Almeida e Albuquerque. nº3 - Lisboa	1 901 500	163 840	5 041 230
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e	35 375 000	2 074 635	63 834 927
F. PÓLVORA - LT EIT4 - Barcarena - Oeiras	4 857 250	347 929	10 705 494
Rua Santa Catarina 2 e 4/Marechal Saldanha - Lisboa	15 143 500	1 183 684	36 421 057
QUINTA DA BELOURA-Rua do Centro Emp. Lt 307(EE-10) - Albarraque	10 534 750	851 015	26 185 086
Sítio da Igreja - Cero do Galo. Estrada 125	778 250	65 449	2 013 804
Travessa de Santa Catarina. nºs 6 e 8 - Lisboa	2 206 000	199 470	6 137 542
Rua Venâncio Rodrigues. 12 - Coimbra	589 500	51 939	1 598 126
	71 385 750	4 937 961	151 937 266

Conclusão

Comparando os valores contabilísticos com os residuais, conclui-se estes serem sempre superiores. Por este motivo, não devem ser consideradas políticas de amortização dos activos que iriam distorcer ainda mais o valor contabilístico dos imóveis quando comparado com o seu valor conforme demonstrado.

7 - LOCAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o Grupo Alliance é locatário em contratos de locação financeira relacionados com edifícios e equipamento. Os bens detidos em regime de locação financeira em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

Conta/Bem	2016			2015
	Valor Custo	Amortização	Valor Líquido	
Terrenos e recursos naturais / Armazéns Pico d'água	262 500	-	262 500	262 500
Edifícios e outras construções / Armazéns Pico d'água	787 500	-12 239	775 261	681 259
Equipamento Básico / Automação	1 939 971	-1 681 308	258 663	452 660
Equipamento Administrativo / "Call Center"	411 606	-256 525	155 081	196 427
	3 401 577	-1 950 072	1 451 505	1 592 846

A Alliance utiliza ainda diversos escritórios e armazéns através de contratos de locação operacional, os quais consideram prazos que variam entre os 6 meses e os 15 anos (de acordo com o período inicialmente contratado), com opção de renovação. Todos estes contratos são canceláveis mediante aviso prévio e as rendas são actualizadas anualmente, com base em indicadores da inflação e/ou de mercado.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram reconhecidos gastos com locações operacionais, na rubrica da demonstração dos resultados “Fornecimentos e serviços externos”, conforme se segue:

Classificação	2016	2015
Edifícios	2 427 228	2 497 298
Viaturas	506 874	513 598
Outros	39 816	36 378
	2 973 918	3 047 274

8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Conforme referido na Nota 3, as propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que se referem.

O Grupo tem registado na sua conta de propriedades de investimento imóveis pertencentes ao Imofarma, conforme detalhe abaixo:

Imóveis situados em Estados da União Europeia	Área (m2)	Data Aquisição	Valor Imóvel	País	Município
Terreno - Abrunheira e Linho-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	14 885	24-07-2008	4 669 000	Portugal	Sintra
Terreno - Abrunheira e Linho-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	5 932	24-07-2008	1 878 500	Portugal	Sintra
Terreno - Abrunheira e Linho-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	4 906	24-07-2008	1 555 500	Portugal	Sintra
Urbana - F. PÓLVORA - LT EIT5 - Barcarena - OEIRAS	3 370	16-05-2006	364 900	Portugal	Oeiras
Urbana - F. PÓLVORA - LT EIT6 - Barcarena - OEIRAS	3 174	16-05-2006	345 100	Portugal	Oeiras
Terreno - Quinta do Ferral - Quinta do Ferral - Santa Iria da Azoia	89 302	29-06-2009	2 090 000	Portugal	Loures
Terreno - VALE DE TOIROS - Palmela - Palmela	255 404	16-05-2006	4 574 659	Portugal	Palmela
Quinta do Convento Vale de Pereiras - Ponte de Lima	2 075	07-09-2006	1 320 156	Portugal	Ponte de Lima
Quinta do Convento Vale de Pereiras - Ponte de Lima	103	07-09-2006	81 344	Portugal	Ponte de Lima
ALMIRANTE REIS - Av. Almirante Reis, 74-E e 74-H - Lisboa	160	16-05-2006	251 500	Portugal	Lisboa
			17 130 659		

9 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante o exercício de 2016, o imóvel sito na Rua Alto do Duque, n.º 67 e 67-A, Lisboa, propriedade do Imofarma foi reavaliado em €832.500. Este imóvel encontra-se desde Novembro de 2015 em processo de alienação tendo sido intensificados os esforços para a sua comercialização através do recurso a agências de intermediação imobiliária.

10 - GOODWILL

Durante o exercício de 2016, o movimento na rubrica de Goodwill e respectivas perdas por imparidade foi conforme abaixo discriminado:

Entidade	Saldo Inicial	Reduções (Nota 24)	Saldo Final
Farminveste 4 - Serviços S.A.	417 905	-417 905	-
José de Mello Saúde, SGPS, S.A	12 360 147	-	12 360 147
Alliance Healthcare, S.A.	16 720 236	-	16 720 236
Alloga Portugal - Produtos de Consumo Farmacêutica, Lda.	4 636 420	-	4 636 420
Proconfar - Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.	1 756 321	-	1 756 321
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	37 450	-37 450	-
Eurociber	18 098 387	-	18 098 387
WEN	9 368 062	-	9 368 062
Sols e Solsuni	3 952 926	-	3 952 926
Bytecode	6 310 267	-	6 310 267
Glintt HS	9 813 901	-	9 813 901
Pulso Informática	3 260 281	-	3 260 281
EHC	1 472 458	-	1 472 458
Consiste - SGPS	32 796 606	-	32 796 606
Total de goodwill	121 001 367	-455 355	120 546 012

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foi reconhecida uma perda por imparidade no *goodwill* das participações financeiras na Farminveste Serviços e Globalvet.

Foram realizados testes de imparidade, às participadas, pelo método dos cash-flows futuros descontados, com base no Plano de Negócios de cada uma das empresas para os próximos cinco anos, não tendo sido detectadas situações de imparidade para além das atrás referidas.

11 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2016, o movimento nas rubricas de activos intangíveis e respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade foi conforme abaixo descriminado:

Consolidado	2015	Adições	Transferências	Outras alterações	Acertos cambiais	2016
Intangíveis desenvolvidos internamente	11 897 747	2 249 159	-	-	-	14 146 906
Projectos de desenvolvimento	2 471 951	-	-	-	-	2 471 951
Programas de computador	7 119 806	344 486	562 632	-	-	8 026 924
Propriedade industrial	1 663 996	328 969	-	-15 081	-1 955	1 975 929
Outros activos Intangíveis	32 142 857	-	-	-	-	32 142 857
Investimentos em curso - Activos intangíveis	1 063 870	2 895 945	-562 632	-	-	3 397 182
Activo intangível bruto	56 360 227	5 818 559	-	-15 081	-1 955	62 161 750
Amortizações acumuladas (nota 27)	-17 521 108	-3 219 761	-	-173 731	708	-20 913 892
Amortização acumulada	-17 521 108	-3 219 761	-	-173 731	708	-20 913 892
Activo intangível líquido	38 839 119	2 598 798	-	-188 812	-1 247	41 247 858

As amortizações do exercício foram registadas na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” (Nota 27).

A rubrica de Trabalhos para a própria empresa originou o reconhecimento de activos intangíveis, reconhecidos no movimento como adições do ano, no montante de €2.747.218.

No final de 2016: i) não foram identificados factores ou circunstâncias que conduzissem à definição de vidas úteis indefinidas; ii) não se encontra escriturado qualquer activo intangível que, individualmente, tenha um efeito materialmente relevante para as demonstrações financeiras consolidadas; iii) não existem activos intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor; iv) não existem quantias escrituradas de activos intangíveis com titularidade restringida, nem quantias escrituradas de activos intangíveis dados como garantias de passivos; v) não existem compromissos contratuais para aquisição de activos intangíveis; vi) não existem activos intangíveis contabilizados por quantias revalorizadas; e vii) não foram reconhecidos gastos relacionadas com dispêndios de pesquisa e desenvolvimento (incluindo todos os gastos por natureza que foram, face ao seu destino, classificados como gastos de pesquisa e desenvolvimento, bem como os gastos de pesquisa e desenvolvimento que foram capitalizados).

12 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital detido e método utilizado em 31 de Dezembro de 2016 são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação	Método consolidação
Farminveste SGPS, SA	Lisboa	-	Empresa-mãe
Empresas Subsidiárias			
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Lisboa	100,00%	Integral
Farminveste 4 - Serviços S.A.	Sintra	100,00%	Integral
Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda	Lisboa	100,00% (1)	Integral
Alliance Healthcare, S.A.	Porto	49,00%	Integral
hmR Ireland Limited	Dublin	50,00%	Integral
hmR - Health Market Research International, S.A.	Lisboa	100,00%	Integral
hmR - Health Market Research Portugal, Unipessoal Lda.	Lisboa	100,00%	Integral
hmR - Health Market Research - España, S.L.	Madrid	100,00%	Integral
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	87,53% (2)	Integral
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	Lisboa	75,00%	Integral
Glintt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.	Sintra	75,98% (3)	Integral
Empresas Associadas			
José de Mello Saúde, SGPS, S.A	Lisboa	30,00%	Equivalência Patrimonial
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A.	Lisboa	30,00%	Equivalência Patrimonial
Entidades conjuntamente controladas			
Farbiowell - Suplementos Alimentares, Lda.	Lisboa	51,00%	Equivalência Patrimonial

(1) A percentagem de participação na FV3 é de: 99,99906%.

(2) A percentagem de participação no Imofarma é de: 87,53095%.

(3) A percentagem de participação na Glintt é de: 75,9818%

O perímetro de consolidação do exercício de 2016 sofreu a incorporação de duas novas empresas comparativamente a 2015, a hmR International e Farbiowell e foi alterada a participação sobre a Glintt dos 73,41% para 75,98%. Adicionalmente foi alterado o método de consolidação conforme descrito na Nota2.

A informação financeira disponível à data da demonstração da posição financeira das empresas participadas (subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos) resume-se como segue:

Entidades	Data de relato das Demonstrações financeiras	% de participação	Activo	Passivo	Capital próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste SGPS, S.A.	18 de abril de 2017	Empresa-mãe	104 674 774	6 463 098	98 211 677	6 128 945	10 645 035
Empresas Subsidiárias							
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	11 de abril de 2017	100,0%	230 955 552	101 402 017	129 553 535	33 335 960	68 865 817
Farminveste 4 - Serviços S.A.	8 de março de 2017	100,0%	4 300 192	3 112 010	1 188 182	8 063 053	8 061 780
Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda	4 de abril de 2017	100,0%	55 992 049	4 975 557	51 016 492	105 553	291 218
Alliance Healthcare, S.A.	n.d.	49,0%	178 528 224	114 792 678	63 735 546	595 658 696	612 231 771
hmR Ireland Limited	20 de fevereiro de 2017	50,0%	562 993	2 071 747	-1 508 754	979 287	240 581
hmR - Health Market Research International, S.A.	27 de março de 2017	100,0%	33 697 843	17 078 987	16 618 856	1 424 540	1 547 086
hmR - Health Market Research Portugal, Unipessoal Lda.	20 de fevereiro de 2017	100,0%	5 160 962	4 382 634	778 329	6 727 170	8 910 336
hmR - Health Market Research - España, S.L.	20 de fevereiro de 2017	100,0%	1 694 887	9 325 375	-7 630 488	4 531 038	2 887 498
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	31 de março de 2017	87,5%	89 815 587	26 022 534	63 793 053	4 701 943	8 484 794
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	20 de fevereiro de 2017	75,0%	240 630	88 353	152 277	1 088 895	1 091 871
Glintt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.	n.d.	76,0%	160 787 963	86 807 977	73 979 986	69 678 851	70 062 124
Empresas Associadas							
José de Mello Saúde, SGPS, S.A.	24 de março de 2017	30,0%	502 866 271	420 281 424	82 584 847	562 351 865	586 270 846
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A.	31 de março de 2017	30,0%	2 341 201	2 378 265	-37 064	-11 142	296 929
Entidades conjuntamente controladas							
Farbiowell - Suplementos Alimentares, Lda.	4 de abril de 2017	51,0%	17 342	11 842	5 500	-	-

A Farminveste SGPS detém, através da sua participada Farminveste 3, uma participação financeira de 75,98% na Glintt, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

A sociedade Glintt encontra-se cotada no mercado NYSE Euronext. À data de 31 de Dezembro de 2016, a valorização da participação na Glintt à cotação de mercado era de €15.858.233,80 (66.075.974 acções a € 0,24/acção). À data deste relatório a acção Glintt encerrou o dia com a cotação de € 0,22/acção.

A Farminveste 3 considera este investimento financeiro como muito relevante e estratégico para o Grupo Farminveste. Por este motivo, não ajustou em 2016 nem em anos anteriores o valor da sua participação na Glintt em função da cotação das suas acções.

Este procedimento assenta, igualmente, na verificação de que os testes de imparidade realizados às participadas da própria Glintt (uma vez que é uma sociedade cotada sujeita às IFRS/IAS), concluem não existir a necessidade de registar quaisquer ajustamentos por imparidade no seu capital próprio.

O detalhe das rubricas de participações financeiras e outros activos financeiros a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentava-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Participações Financeiras - MEP	23 590 020	18 963 347
Empresas Associadas	23 590 020	18 963 347
José de Mello Saúde	23 587 215	18 963 347
Farbiowell	2 805	-
Outros Activos Financeiros	7 383 993	12 474 278
Empréstimos Concedidos a Associadas	-	4 350 000
José de Mello Saúde	-	4 350 000
Outros Activos Financeiros	7 383 993	8 124 278
Clientes e outras contas a receber - activo não corrente	7 383 993	8 124 278
Total	30 974 013	31 437 625

A participação financeira na José de Mello Saúde (30%) é detida pela Farminveste IPG. A Farminveste IPG detém ainda uma participação na José de Mello Residências e Serviços (30%) que se encontra sem valor, resultado da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Os resultados destas participações estão reconhecidos da Demonstração de Resultados, na rubrica “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, conforme detalhe:

Empresa-mãe	Participada	% participação	2016	2015
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	José de Mello Saúde, SGPS, S.A	30,00%	7 175 694	6 568 182
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	José de Mello Residências e Serviços	30,00%	-	-141 000
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Imofarma (alienação UPs) (i)		-	110 484
Total			7 175 694	6 537 667

13 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é composto da seguinte forma:

Imposto sobre o rendimento do período	2016	2015
Imposto corrente	7 658 697	9 354 766
Imposto diferido	-1 930 042	-1 188 194
Outros ajustamentos	222 211	-88 485
Total	5 950 866	8 078 087

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

Impostos Diferidos	2016	2015
Activos por Impostos diferidos		
Prejuízos fiscais acumulados	4 678 439	3 135 536
Ajustamentos de inventário	190 520	168 187
Amortizações extraordinárias	136 444	136 444
Benefícios fiscais	1 704 142	1 561 188
Perdas de imparidade para contas a receber	4 301 931	4 810 025
Perdas de imparidade para contas a receber -		
Actualização financeiras de contas a receber não correntes	-	52 937
Total	11 011 476	9 864 317
Passivos por Impostos diferidos		
Reavaliação de imobilizações corpóreas	29 209	30 374
Activos fixos tangíveis	36 221	42 444
Subsídios	-	-
Reconhecimento crédito	15 961	18 101
Software	192 855	257 141
Carteira de clientes	7 776 779	8 718 855
Total	8 051 025	9 066 915

14 - INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2016, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

Inventário	Montante Bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias			
Produtos farmacêuticos	51 084 642	-790 863	50 293 779
Produtos de consumo	497 797	-36 133	461 664
Outros	1 724 094	-646 176	1 077 918
Total	53 306 533	-1 473 172	51 833 361

Em 31 de Dezembro de 2016, nas contas da participada Alliance Healthcare, as existências devolvidas e as existências a aguardar devolução a laboratórios, em virtude de ter expirado o prazo de validade dos medicamentos, por questões de ordem técnica ou devido a alterações de preços, encontram-se registadas na rubrica de “Inventários” e ascendem a €1.652.713.

O custo das mercadorias vendidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhado como se segue:

Custo das mercadorias vendidas	2016	2015
Existências Iniciais	49 864 767	42 230 626
Alteração de perimetro	-	939 800
Compras	564 315 901	564 725 099
Regularizações	-14 760	6 239
Movimentos de Acréscimos	434 547	-300 650
Existências finais	-51 833 361	-49 864 767
Custo do exercício	562 767 094	557 736 347

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

Imparidades Inventário	Saldo Inicial	Reforço	Saldo Final
Mercadorias	1 399 948	73 224	1 473 172

Os aumentos e as reversões de perdas por imparidade de inventários foram registados na rubrica da demonstração de resultados “Imparidade de inventários (perdas)/reversões”.

15 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
CLIENTES				
Clientes conta corrente e conta letras	88 506 349	28 277 362	91 307 473	32 025 972
Clientes de cobrança duvidosa	4 506 537	15 787 654	4 947 249	18 332 290
<i>Perdas por imparidade</i>	-4 494 978	-40 561 100	-6 309 129	-46 002 109
Total clientes	88 517 908	3 503 916	89 945 593	4 356 153
ESTADO				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4 116 514	-	1 603 789	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	759 638	-	3 432 063	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	530	-	324	-
Segurança Social	-	-	-	-
Outros	44 129	3 658 374	6 847	3 658 374
Total estado (activo)	4 920 810	3 658 374	5 043 023	3 658 374
OUTRAS CONTAS A RECEBER				
Pessoal	11 298	-	7 917	-
Adiantamento Fornecedores	25 000	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	10 353 951	-	11 037 723	-
Outros devedores	4 903 908	6 374 949	3 979 887	10 484 768
<i>Perdas por imparidade</i>	-150 101	-164 284	-159 338	-164 284
Total outras contas a receber	15 144 056	6 210 665	14 866 189	10 320 484
Total de activos financeiros	108 582 774	13 372 955	109 854 805	18 335 011

Clientes e outras contas a receber - activo não corrente

O montante classificado como não corrente nas rubricas de clientes, diz, essencialmente, respeito a acordos de regularização de dívida celebrados com os clientes, os quais vencem juros e cujo vencimento é superior a um ano, bem como saldos de cobrança duvidosa que estão em processo de contencioso e recuperação, registados na Alliance.

De acordo com informação divulgada no relatório e contas de 2011 da Glinntt, encontravam-se em curso naquele exercício dois processos de contencioso, entre a Glinntt Business Solutions, Lda., a Restelo Imobiliária SA (RIP) e os Hotéis Alexandre Almeida (HAA).

Em 21 de Dezembro de 2012 a Glinntt, a RIP e os HAA, puseram termo ao diferendo entre as partes por meio de acordo nos termos do qual fixaram o valor em dívida e estabeleceram a forma de pagamento. Desse acordo decorre o valor total da rubrica de Outras contas a receber (não corrente), o qual não se encontra relevado ao custo amortizado, uma vez que nos termos do acordo, são calculados e debitados juros anuais. Os juros debitados até ao encerramento do presente exercício ascendem a 1.554 mil euros.

Clientes e outras contas a receber - activo corrente

As perdas por imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber e o perfil de risco do cliente. Em 31 de Dezembro de 2016, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” diz, essencialmente, respeito a:

- Serviços a facturar pela Alliance e suas subsidiárias, no montante de €3,7 milhões, sendo na sua maioria referentes a descontos a obter no montante de €3,5 milhões;
- Serviços a facturar pela hmR aos seus clientes relativos a trabalhos referentes a trabalhos realizados com dados de Dezembro de 2016 no montante de €400 mil;
- Facturação a emitir às farmácias relativa ao programa Saúde pelos pontos emitidos em Dezembro de 2016 no valor de €1,1 milhões.

O movimento das imparidades de clientes em 2016 foi o seguinte:

Imparidades Clientes	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Imparidade clientes total	52 311 238	-	-5 150 690	-2 104 470	45 056 078

As categorias de passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<u>FORNECEDORES</u>				
Fornecedores - Conta corrente	64 794 237	-	65 122 453	-
Fornecedores - facturas em recep. e conferência	3 427 189	-	325 868	-
Total fornecedores	68 221 426	-	65 448 321	-
<u>ESTADO</u>				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 804 381	-	1 917 338	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	819 667	-	2 537 258	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 058 397	-	1 424 386	-
Segurança Social	1 300 915	-	1 235 432	-
Outros	336 329	-	370 140	-
Total estado (passivo)	5 319 691	-	7 484 553	-
<u>OUTRAS CONTAS A PAGAR</u>				
Pessoal	1 261	-	1 328	-
Fornecedores de investimentos	238 549	-	82 354	87 740
Credores por acréscimos de gastos	19 887 426	-	19 012 223	-
Outros credores	6 326 421	1 128 799	5 736 872	1 691 656
Total outras contas a pagar	26 453 656	1 128 799	24 832 777	1 779 396
Total de passivos financeiros	99 994 773	1 128 799	97 765 650	1 779 396

Fornecedores e outras contas a pagar - passivo corrente

O detalhe da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” é o seguinte:

Credores por acréscimos de gastos	2016	2015
Descontos a conceder	2 108 498	2 022 796
Remunerações a Liquidar	7 285 069	7 620 614
Juros a Liquidar	998 600	671 738
Outros Acréscimos de gastos	9 495 259	8 697 075
Total	19 887 426	19 012 223

16 - DIFERIMENTOS ACTIVOS E PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de “Diferimentos” activos e passivos apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	176 039	101 682
Rendas	9 137	5 691
Contratos Anuais	27 209	161 418
Outros Gastos a Reconhecer	3 102 113	3 672 337
Total do activo	3 314 497	3 941 128
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	5 094 356	6 976 304
Total do passivo	5 094 356	6 976 304
Total líquido	282 924	425 237

17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O instrumento financeiro derivado utilizado pela Farminveste 4 - Serviços define-se como um instrumento de cobertura de fluxos de caixa e respeita exclusivamente a um instrumento de cobertura de taxa de juro de um empréstimo obtido. O justo valor do instrumento financeiro em 31 Dezembro de 2016 corresponde a €- 2.071,23. O montante do empréstimo, prazo de vencimento dos juros e planos de reembolso do empréstimo subjacente ao instrumento de cobertura de taxa de juro são semelhantes às condições estabelecidas para o empréstimo contratado, pelo que normalmente, a cobertura é altamente eficaz.

18 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social, no montante de €100.000.000 (cem milhões de euros), encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 20.000.000 (vinte milhões) de acções com um valor nominal de €5 cada, sendo 6.000.000 (seis milhões) de acções da Categoria A e 14.000.000 (catorze milhões) de acções da Categoria B.

Ambas as categorias das acções conferem direito de voto. No entanto, cada accionista titular de acções da Categoria B não poderá, com essas acções, emitir em nome próprio, directamente ou através de representante, mais de cento e vinte e cinco mil votos, independentemente de deter número superior de acções dessa Categoria.

Os detentores de capital e sua repartição por categoria de acções, a 31 de Dezembro de 2016 era a seguinte:

Capital Social	%	Número de Acções		Valor nominal (€)	Valor das Acções (€)		Total
		Cat. A	Cat. B		Cat. A	Cat. B	
Associação Nacional das Farmácias	90,29%	6 000 000	12 057 610	5,00	30 000 000	60 288 050	90 288 050
Outros Accionistas	9,71%	-	1 942 390	5,00	-	9 711 950	9 711 950
Total	100,00%	6 000 000	14 000 000		30 000 000	70 000 000	100 000 000

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a reserva legal ascendia a 230.632 Euros.

Ajustamentos em activos financeiros

Nesta rubrica encontram-se registados os ajustamentos em activos financeiros relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial decorrentes de outras variações de capital próprio da participada Farminveste IPG.

Interesses Minoritários

O detalhe por empresa da rubrica de Interesses Minoritários em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

Empresa	2016			2015	
	% não detida	Demonstração de Resultados	Balanço	Demonstração de Resultados	Balanço
Alliance Healthcare	51,000%	8 452 268	32 505 128	8 419 905	50 084 192
Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda	0,001%	2	326	-103	309
Glintt	24,020%	284 940	18 005 866	-23 093 949	20 634 760
Globalvet	25,000%	744	38 069	7 149	37 325
hmR Ireland	50,000%	-369 476	-754 500	-351 018	-379 103
Imofarma	12,469%	471 686	7 954 388	207 503	7 545 040
Total		8 840 164	57 749 277	-14 810 512	77 922 524

19 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de provisões teve a seguinte movimentação:

Provisões	Saldo Inicial	Alteração Glintt	Reforço	Reversão	Operações descontinuadas	Saldo Final
Outras Provisões	15 013 021	326 407	-	-2 169 177	351 058	13 521 308
Processos judiciais	-	-	6 488 002	-	-	6 488 002
Imposto	-	-	326 904	-	-	326 904
Total	15 013 021	326 407	6 814 906	-2 169 177	351 058	20 336 214

Farminveste 3

À data da fusão entre a Consiste e a Pararede, que deu origem à actual Glintt, encontravam-se em aberto dois processos de contencioso entre a Consiste e os Hotéis Alexandre Almeida e a Restelo Imobiliária SA, no âmbito de dois contractos de remodelações de unidades hoteleiras.

A Farminveste 3 assumiu a responsabilidade da contingência decorrente desses processos no valor de €5.752.701, tendo prestado uma garantia bancária a favor da Glintt e constituído uma provisão desse montante.

No final de 2012 a Glintt e as entidades anteriormente referidas puseram termo ao diferendo, estabelecendo um acordo de pagamento dos valores em dívida à Glintt. Em função desse acordo foi possível à Farminveste 3 reduzir a garantia bancária e a respectiva provisão para o valor de €4.971.164.

Grupo Alliance Healthcare

Processo n.º 00237/04 - Imp

As contas fiscais consolidadas apresentadas pela Alliance UniChem Portuguesa, SGPS, Lda. (sociedade entretanto fusionada na Alliance Healthcare S.A.), foram sujeitas a inspecção tributária relativamente ao exercício de 1993, tendo sido efectuadas correcções à matéria colectável, no valor de €4.758.691. Dado o desacordo da Empresa quanto ao fundamento das referidas correcções, foi apresentado oportunamente o respectivo pedido de impugnação tributária. No final do exercício de 2002 e no decurso do processo de amnistia fiscal implementado pelo Governo, a Empresa, motivada pelo crescimento dos encargos associados a este processo, procedeu ao pagamento do valor do imposto nas seguintes condições:

- Pagamento do imposto liquidado no valor de €3.249.166, relativo aos exercícios de 1993 a 1998;
- Manutenção do processo de impugnação, actualmente sob apreciação em tribunal;
- Manutenção de possibilidade de reembolso do imposto pago caso seja proferida decisão judicial favorável à Alliance Healthcare;
- Eliminação do risco associado aos juros e penalizações no âmbito do processo em caso de decisão judicial desfavorável à Alliance Healthcare.

Em 2003, no âmbito do mesmo processo, foi igualmente pago pela Empresa o montante de €437.288 relativo ao exercício de 1999.

Em virtude do Conselho de Administração da Empresa entender que existem possibilidades de êxito no recurso interposto, decidiu registar, em exercícios anteriores, os montantes pagos (€3.686.454) às Autoridades Fiscais na rubrica do activo não corrente “Outros activos financeiros - Estado e outros entes públicos” e proceder a um ajustamento de 50% daquele montante.

Durante 2014 a Empresa recebeu uma decisão favorável do tribunal competente no que diz respeito a este processo. Assim, tendo em consideração a diminuição do risco daí resultante e por considerar remota a possibilidade de não recuperar o valor pago, a Empresa reverteu a perda por imparidade que tinha sido reconhecida em anos anteriores, no montante de 1.815.147 Euros, reconhecendo esse efeito na demonstração dos resultados de 2015, na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

Deste modo e relativamente a este processo, a Empresa mantinha em 31 de Dezembro de 2016 um saldo devedor na rubrica Estado e Outros Entes Públicos no montante de 3.686.454 Euros, e uma perda por imparidade de 28.080 Euros.

Durante os exercícios de 2004 a 2013, a Empresa foi sujeita a inspecções tributárias aos exercícios de 2000 a 2010, no âmbito das quais foram recebidas liquidações adicionais em sede de IRC, no montante total de, aproximadamente, €10.470.000, dos quais:

- €7.000.000 relativos, essencialmente, à não aceitação como custo fiscal e à consideração como despesas não documentadas de determinados pagamentos efectuados nos exercícios de 2000 a 2002, para as quais, embora a Empresa esteja em desacordo com a Administração Fiscal no que respeita aos fundamentos das correcções propostas (posição corroborada pelos seus consultores legais e fiscais), constituiu uma provisão no montante de, aproximadamente, €3.848.000 para fazer face a tais riscos. Adicionalmente, em 2015 a Empresa foi notificada da sentença do Tribunal Tributário de Lisboa que julgou improcedente a impugnação apresentada relativamente ao exercício de 2000, tendo sido apresentada interposição de recurso;

No final do exercício de 2013 e no decurso do “programa de regularização excepcional de dívidas fiscais” previsto no Dec. Lei n.º 151-A/2015, a Empresa, motivada pelo crescimento dos encargos associados aos processos fiscais, procedeu ao pagamento do valor do imposto nas seguintes condições:

- Pagamento do imposto liquidado no valor de €5.663.153, relativo aos exercícios de 2000 a 2002, que já incorpora a dedução de juros e outros encargos;
- Manutenção do processo de impugnação, actualmente sob apreciação em tribunal;
- Manutenção de possibilidade de reembolso do imposto pago, caso seja proferida decisão judicial favorável à Alliance Healthcare;
- Eliminação do risco associado aos juros e penalizações no âmbito do processo em caso de decisão judicial desfavorável à Alliance Healthcare.

Na sequência deste pagamento extraordinário a Empresa, em 2013, transferiu a provisão, constituída em anos anteriores, afecta aos exercícios em causa no valor de €3.848.006, para a rubrica do seu activo “Activos financeiros - não corrente”.

Em função da notificação obtida pela Empresa em 2013 do desfecho desfavorável do processo fiscal pelo Tribunal Tributário de Lisboa, o qual julgou improcedente a impugnação apresentada relativamente ao exercício de 2000, entretanto objecto de interposição de recurso, o Conselho de Administração da Empresa decidiu proceder ao registo de imparidades adicionais, no montante de 1.815.147 Euros, de forma a cobrir a totalidade do risco associado à não realização dos valores já pagos cujo reembolso a Empresa ambiciona, pelo que o valor pago, no montante total de 5.663.153 Euros se encontra totalmente coberto por imparidades acumuladas de igual montante.

- €2.870.000 referentes ao exercício de 2004 (a qual foi recebida durante o exercício de 2008) relativa à não aceitação como operação neutra fiscalmente, da fusão invertida entre a Empresa e a Alliance Unichem S.G.P.S., Lda. apurando, consequentemente, uma mais-valia fiscal dessa operação; o Conselho de Administração da Empresa, assim como os seus consultores fiscais, entendem que a fundamentação apresentada pela Administração Tributária não está de acordo com a legislação fiscal portuguesa pelo que apresentou uma impugnação judicial relativamente à referida liquidação adicional. Deste modo, não foi registada nas demonstrações financeiras anexas qualquer provisão para fazer face a um eventual desfecho favorável deste processo por a Administração entender que a probabilidade de desfecho favorável às suas pretensões ser mais forte que a probabilidade de desfecho inverso;

- €600.000 relativos ao exercício de 2007 (recebida no início de 2011), com origem no apuramento de mais-valias fiscais resultantes do alegado exercício do direito de opção de compra do edifício da sede no âmbito de um contrato de locação operacional. Não foi registada nas demonstrações financeiras anexas qualquer provisão para fazer face a um eventual desfecho favorável deste processo, dado que o Conselho de Administração da Empresa, assim como os seus consultores fiscais, entende que a fundamentação apresentada pela Administração Tributária não está de acordo com a legislação fiscal portuguesa.

A Farminveste IPG é beneficiária de uma garantia bancária, emitida sobre o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) S.A. subscrita pela Alliance Santé Europe, S.A. e Unichem Warehousing Limited, de forma a garantir eventuais perdas provenientes destes processos em curso, razão pela qual não foi constituída nenhuma provisão nas suas contas.

Garantias, Fianças e Cartas Conforto

Farminveste IPG

Em 6 de Abril de 2009 a Farminveste emitiu carta conforto ao Millennium BCP referente aos financiamentos de médio e longo prazo no valor de € 35 milhões contratados pelo Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário para construção do Edifício Porto Inova, sendo o valor do empréstimo actual de €25,5 milhões.

Em 13 de Julho de 2015, a hmR Espanha contraiu dois créditos junto da instituição financeira Novo Banco Espanha, no montante de médio-longo prazo €1,5 milhões (actualmente com €1,2 milhões) e curto prazo €0,5 milhões, sendo que a Farminveste juntamente com a ANF subscreveram uma livrança na qual são avalistas para garantia dos mesmos.

A 31 de Dezembro de 2016 a Farminveste tinha as seguintes Fianças e aval obtidas junto da ANF:

Tipo	Data	Afiada	Beneficiário	Moeda	Montante	Descrição
Fiança/aval	2-mar-2006	Farminveste IPG	Novo Banco	EUR	3 500 000	Empréstimo médio e longo prazo
Fiança/aval	2-mar-2006	Farminveste IPG	BCP	EUR	14 000 000	Empréstimo médio e longo prazo
Fiança/aval	15-jan-2014	Farminveste IPG	BCP	EUR	10 000 000	Descoberto de Conta de DO
Fiança/aval	28-abr-2015	Farminveste IPG	BCP	EUR	16 500 000	Papel comercial
Fiança/aval	7-dez-2015	Farminveste IPG	Novo Banco	EUR	13 000 000	Empréstimo médio e longo prazo
Fiança/aval	24-dez-2015	Farminveste IPG	Novo Banco	EUR	2 000 000	Conta corrente
Fiança/aval	24-jul-2015	Farminveste/ANF	CGD	EUR	30 000 000	Conta corrente solidária ANF/Farminveste
				EUR	89 000 000	

Alliance Healthcare

A Alliance Healthcare assumiu um total de €5.000.810 relativamente a responsabilidades por garantias prestadas, cujo detalhe é: Direcção Geral de Contribuições e Impostos - €4.556.300; Região Autónoma dos Açores - €201.891; Câmara Municipal de Sintra - €25.000; BP Portuguesa - €12.678; Tribunal do Trabalho - €5.422; F. Lima, S.A. - Amadora - €199.519.

Glintt

Os compromissos financeiros que não figuram nas demonstrações financeiras referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros pela Glintt destinadas a servir de caução aos projectos em curso, são discriminados como segue:

	2016	2015
Hewlett - Packard International Bank plc	3 356 115	4 370 902
HCCM Outsourcing Investment SA	1 051 500	1 051 500
BCP	-	200 000
TD Tech Data Portugal, Lda.	200 000	200 000
Promed International Health LTD	-	155 518
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	142 230	142 230
Cit Group (Portugal) - Renting, Lda.	-	95 637
Ministério dos Negócios Estrangeiros	-	93 973
PT.COM - Comunicações Interactivas, S.A.	-	54 920
CATVP - TV Cabo Portugal, S.A.	-	51 619
PT Comunicações, S.A.	28 636	46 650
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	28 504	25 767
HPP Saúde - Parcerias Cascais, S.A.	25 000	25 000
CSI Intelirent	-	24 567
TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	17 493	21 978
Metropolitano de Lisboa, E.P.	19 274	19 274
CEIOTAN	17 433	17 433
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira,	16 692	16 692
Banco de Portugal	12 570	12 570
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas IP	12 511	15 255
Outras garantias	27 470	59 238
Total garantias prestadas	4 955 429	6 700 723

Processos judiciais

Farminveste SGPS, Farminveste IPG e hmR PT

A Autoridade da Concorrência (AdC) instaurou, por despacho de 17 de Setembro de 2009, um processo contra-ordenacional por alegadas práticas de abuso de posição dominante no mercado da comercialização de dados das farmácias, nas quais estariam envolvidas, para além da ANF, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a sua participada hmR. Na conclusão deste processo, por decisão de 22 de Dezembro de 2015, a AdC aplicou à Farminveste SGPS, à Farminveste IPG e à hmR coimas nos montantes de €9.080.000, de €360.000 e de €265.000, respectivamente.

Na sequência, em 26 de Janeiro de 2016, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR apresentaram contra aquela decisão da AdC os competentes recursos de impugnação que foram recebidos pelo Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (p. n.º 36/16.0YUSTR). Tramitado este processo e realizada a audiência de julgamento, foi proferida sentença pelo Tribunal, datada de 20 de Outubro de 2016, que julgou parcialmente procedentes os recursos da Farminveste SGPS, da Farminveste IPG e da hmR, e, em decorrência, reduziu as coimas aplicadas para €6.082.704, €233.530,80, e €171.767,20, respectivamente. Não conformadas com a sentença, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR, interpuseram, em 03 de Novembro de 2016, recursos para o Tribunal da Relação de Lisboa. Estes recursos têm efeito suspensivo da sentença pelo que a eventual obrigação de pagamento das coimas (e bem assim o seu valor definitivo) só será exigível após o trânsito em julgado da condenação.

Tendo considerado a evolução do processo e, em particular, a confirmação, por uma primeira instância judicial, da qualificação como infracção anti-concorrencial da actuação das referidas Sociedades censurada pela AdC na sua decisão de 22 de Dezembro de 2015, os órgãos de gestão das mesmas decidiram proceder à constituição de uma provisão no valor das coimas respectivas.

20 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos obtidos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 eram como segue:

Financiamentos obtidos	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Papel comercial	30 500 000	18 600 000	49 100 000	7 000 000	16 500 000	23 500 000
Empréstimos bancários	52 486 736	69 036 669	121 523 405	64 008 733	77 629 812	141 638 546
Descobertos bancários	15 417 454	-	15 417 454	7 005 325	-	7 005 325
Letras descontadas	2 144 558	-	2 144 558	1 504 696	-	1 504 696
Locação financeira	93 933	475 275	569 208	87 114	569 235	656 350
Empréstimo obrigacionista	-	18 650 000	18 650 000	-	18 650 000	18 650 000
Empréstimo subsidiárias	1 585 268	-	1 585 268	1 763 018	-	1 763 018
Ajustamentos relativos ao custo amortizado	-28 056	-	-28 056	-79 524	-	-79 524
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Subsídios ao investimento reembolsáveis	-	201 891	201 891	-	201 891	201 891
Participantes de Capital	-	1 077 500	1 077 500	-	332 500	332 500
Total	102 199 892	108 041 335	210 241 227	81 289 362	113 883 439	195 172 801

O valor do empréstimo bancário incorrido pelo Imofarma para a construção do Edifício ANF Porto, tem como garantia real o respectivo imóvel.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a parcela classificada como não corrente relativa a “Papel Comercial”, “Empréstimos Bancários” e “Empréstimo Obrigacionista” tem o seguinte plano de reembolso definido:

Financiamentos obtidos - Não correntes	2016	2015
Papel Comercial e empréstimos bancários e obrigacionistas		
2017	-	16 508 657
2018	22 707 163	22 393 149
2019	11 008 107	9 683 856
2020	21 703 375	20 817 945
2021 e seguintes	50 868 024	43 376 205
Total	106 286 669	112 779 812

21 - RÉDITO

Nos exercícios de 2016 e 2015, o rédito reconhecido tem a seguinte composição:

Rédito	2016	2015
Vendas	611 291 074	607 985 165
Prestações de serviços	89 345 616	83 477 259
Subsídios à exploração	138 567	218 418
Juros e outros rendimentos similares	1 262 216	1 287 604
Total	702 037 473	692 968 446

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços, por mercado durante o exercício de 2016 e 2015 foi como segue:

2016					2015			
Rébito	Vendas	Descontos Concedidos	Prestações de serviços	Total	Vendas	Descontos Concedidos	Prestações de serviços	Total
Mercado interno	587 899 277	-25 673 796	65 449 640	627 675 121	586 218 255	-24 785 632	66 686 562	628 119 184
Mercado externo	49 065 593	-	23 895 976	72 961 569	46 552 543	-	16 790 697	63 343 240
Total	636 964 870	-25 673 796	89 345 616	700 636 690	632 770 797	-24 785 632	83 477 259	691 462 424

22 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” nos exercícios de 2016 e 2015 tinham o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	2016	2015
Subcontratos	18 616 188	23 018 157
Serviços especializados	33 800 294	23 306 060
Materiais	115 050	340 851
Energia e Fluidos	1 982 366	1 872 115
Deslo, estadas e transportes	8 918 175	8 914 099
Serviços diversos	10 587 378	8 955 087
Ajustamentos consolidação	-16 224 477	-13 173 999
Total	57 794 974	53 232 370

23 - GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com Pessoal” nos exercícios de 2016 e 2015 tem o seguinte detalhe:

Gastos com Pessoal	2016	2015
Remunerações órgãos sociais	1 067 266	1 627 881
Remunerações do pessoal	39 748 228	38 319 913
Indemnizações	1 908 410	1 393 853
Encargos sobre remunerações	8 150 236	7 963 413
Seguros de acidentes no trabalho	154 091	133 700
Gastos de acção social	313 048	148 898
Outros gastos com pessoal	1 876 745	1 040 029
Ajustamentos consolidação	-7 230	-461 670
Total	53 210 794	50 166 017

O número médio de colaboradores ao serviço das empresas que constituem o perímetro de consolidação em 2016 foi de 1.554 pessoas, contra 1.503 em 2015, fruto da continuidade da expansão da actividade do Grupo:

Número médio colaboradores	2016	2015
Farminveste SGPS, S.A.	2	0
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	48	33
hmR - Health Market Research Portugal Unipessoal, Lda	18	16
hmR - Health Market Research - España, S.L.	19	17
hmR Ireland Limited	10	8
Farminveste 4 - Serviços S.A.	67	7
Alliance Healthcare, S.A.	465	461
Glintt	919	955
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	6	6
Total	1 554	1 503

24 - AUMENTOS/REDUÇÃO JUSTO VALOR

A rubrica de “Aumentos/redução justo valor” no exercício de 2016 tem o seguinte detalhe:

Designação	2016
Imparidade Goodwill (Nota 10)	-455 355
Reavaliação AFT (Nota 6)	1 259 616
Reavaliação Propriedades investimento	-699 942
Reavaliação Activos detidos para venda	67 000
Instrumentos financeiros	-470
Total	170 849

25 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” nos exercícios de 2016 e 2015 tem o seguinte detalhe:

Outros rendimentos e ganhos	2016	2015
Rendimentos suplementares	1 087 359	431 429
Ganhos em inventários	7	1 847
Descontos de p.p. obtidos	3 385	204
Alienações activos	8 628	26 205
Subsídios ao investimento	4 268	8 549
Reavaliações	-	131 531
Correcções relativas a períodos anteriores	265	351 986
Excesso de estimativa para impostos	320 190	-
Recuperação de dívidas incobráveis	61 229	295 204
Impostos	37 362	-
Outros não especificados	820 537	176 037
Total de outros rendimentos e ganhos	2 343 230	1 422 992

26 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” nos exercícios de 2016 e 2015 tem o seguinte detalhe:

Outros gastos e perdas	2016	2015
Impostos	461 629	708 668
Dívidas incobráveis	3 018 601	534 360
Correcções relativas a períodos anteriores	2 199	351 092
Abates de investimentos não financeiros	410 542	-
Quotizações	3 695	1 820
Ofertas e amostras de inventario	1 168	1 295
Donativos	8 139	22
Perdas em inventários	1 364	2 926
Coimas	257 450	-
Outros gastos e perdas	69 150	2 324 487
Outros não especificados	213 534	893 154
Total de outros gastos e perdas	4 447 471	4 817 824

27 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “gastos/reversões de depreciação e de amortização” no final do exercício de 2016 e 2015 é conforme detalhe:

Designação	2016	2015
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	2 619 807	2 948 009
Activos intangíveis (Nota 11)	3 219 761	4 060 999
Total	5 839 568	7 009 008

28 - JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2016 e 2015 são detalhados como segue:

Juros e gastos similares suportados	2016	2015
Juros suportados		
Financiamentos bancários	7 648 309	8 732 107
Desconto de títulos	4 045	4 410
Locação financeira	-	-
Outros	176 300	55 788
Outros gastos de financiamento	1 232 770	1 239 244
Total de juros e rendimentos similares suportados	9 061 425	10 031 549

A rubrica “Outros gastos de financiamento” diz essencialmente respeito a gastos suportados com as emissões de papel comercial na participada Alliance.

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2016 e 2015 são detalhados como segue:

Juros e rendimentos similares obtidos	2016	2015
Juros obtidos depósitos		
Depósitos em instituições de crédito	23 957	59 474
Acordos de regularização de dívida	686 608	753 185
Outros financiamentos concedidos	57 915	313 132
Outros ganhos de financiamento	493 736	161 813
Total de juros e rendimentos similares obtidos	1 262 216	1 287 604

A rubrica “Juros obtidos - Acordos de regularização de dívida” diz respeito aos juros debitados pela Alliance aos seus clientes, resultante de acordos de regularização de dívida assinados com os mesmos, que visam remunerar a empresa pelo desfasamento temporal no recebimento (Nota 15).

29 - ACTIVOS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS E PASSIVOS RELACIONADOS

Ativos de operações descontinuadas		31-12-2016
Não corrente		
Ativos fixos tangíveis		94
Outros Investimentos Financeiros		412
Ativos por Impostos Diferidos		-
		506
Corrente		
Inventários		-
Contas a receber de clientes e outros devedores		206 955
Caixa e equivalentes de caixa		91 508
Acréscimos e diferimentos ativos		39 938
		338 402
Ativos operações descontinuadas		338 908
Passivos de operações descontinuadas		
Não Corrente		
Empréstimos		-
Provisões para outros passivos e encargos		157 809
		157 809
Corrente		
Contas a pagar a fornecedores e outros credores		206 071
Empréstimos		-
Acréscimos e diferimentos passivos		65 765
		271 836
Passivos operações descontinuadas		429 644

No final de 2016 foi concluída pela subsidiária Glintt Energy, S.A. a venda dos activos fixos, tangíveis e intangíveis que compõem a Central Fotovoltaica em Évora, bem como a posição contratual em contratos relativos à exploração desses activos e as respectivas licenças de produção e exploração.

30 - PERDAS COM OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

As perdas com operações alienadas e descontinuadas, atingiram em 2016 os 2,1 Milhões de Euros, conforme se detalha abaixo:

	31-12-2016
Vendas	-
Prestação de serviços	682 748
Total das Vendas e Prestação de Serviços	682 748
Custo das vendas	(10 151)
Subcontratos	(26 816)
Margem Bruta	645 781
Fornecimentos e serviços externos	(180 536)
Gastos com pessoal	(254 380)
Outros ganhos e perdas - líquidas	(1 867 295)
Resultado operacional bruto	-1 656 430
Depreciações e amortizações	(225 818)
Provisões	(213 906)
Perdas por imparidade	150 151
Resultado operacional	-1 946 003
Resultados financeiros	(64 099)
Ganhos/Perdas em alienação participações	-
Resultados antes de impostos das operações descontinuadas	-2 010 102
Imposto sobre lucros	(160 482)
Resultados depois de impostos das operações descontinuadas	-2 170 584

31 - RESULTADO POR ACÇÃO

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários, dividido pela média ponderada de acções ordinárias no período, excluindo acções ordinárias compradas e detidas como acções próprias.

O resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

	2016	2015
Resultado Líquido do Período	4 516 091	-4 665 577
Nº médio de acções ordinárias	20 000 000	20 000 000
Resultado por acção básico	0,23	-0,23

32 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A actividade global da Farminveste SGPS e suas participadas encontra-se descrito no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2016.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 18 de Abril de 2017, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

33 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data da posição financeira e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

Lisboa, 18 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS)



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAS
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREFINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
GUSTAVO CARVALHO VRAÇA

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de *FARMINVESTES, S.G.P.S., S.A.*, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 104.674.774 euros e um total de capital próprio de 98.211.677 euros, incluindo um resultado líquido de 4.516.091 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de *FARMINVESTES, S.G.P.S., S.A.*, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASES:

- Conforme divulgado no anexo às demonstrações financeiras (nota 2), a Empresa adotou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016, as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas na União Europeia. No processo de transição dos princípios contabilísticos

1 de 4



Inscrita no GROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 1.000.000
N.º de Matrícula NIPC 501266259
Conservatório do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida da Liberdade, n.º 245, 8.º A, B e C
1250-143 Lisboa, Portugal
T: +351 217 273 197 - F: +351 217 273 129
www.arianac.pt - E-mail: geral@arianac.pt

DELEGACÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, 6.º andar
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175 - F: +351 244 822 178

DELEGACÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capifário
Av. de Franco, 256, 5.º, 6.º e 8.º
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 334 132



portugueses ("Sistema de Normalização Contabilística" ou "SNC"), para as IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro. Consequentemente, a informação financeira de 2015, anteriormente apresentada de acordo com o SNC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as IFRS;

- Conforme é referido na nota 6 do anexo às demonstrações financeiras, a FARMINVESTE 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda., participada a 99,999% pela Empresa, de forma consistente com os exercícios anteriores, vem mantendo contabilizada, pelo método de equivalência patrimonial, uma participação, reforçada no exercício de 73,44% para 75,98% na GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A., reconhecida pelo montante de € 55,97 milhões, divergindo do valor da cotação no mercado NYSE EURONEXT no final do exercício;
- Conforme detalhado na nota 11 do anexo às demonstrações financeiras, na sequência de um processo instaurado pela Autoridade da Concorrência (AdC) às empresas do grupo da Associação Nacional das Farmácias, esta entidade condenou, em 22 de Dezembro de 2015, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR ao pagamento de multas, por abuso de posição dominante na modalidade de compressão de margens. A decisão foi objeto de recurso para o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão em 26 de janeiro de 2016, tendo sido proferida sentença em 20 de outubro, julgando procedente os recursos apresentados pelas referidas empresas sendo reduzindo o valor das multas para os montantes de €6.082.704 (Farminveste SGPS), €233.531 (Farminveste IPG) e de €171.767 (hmR). Em desacordo com a sentença produzida, foi entretanto interposto pelas sociedades um novo recurso, com efeito suspensivo quanto ao pagamento das coimas aplicadas, até trânsito em julgado da sentença judicial.

Tendo em conta a evolução do processo e a decisão do Tribunal de primeira instância, os órgãos de gestão das sociedades decidiram constituir no exercício uma provisão no valor da totalidade das coimas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

2 de 4





- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

3 de 4





- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

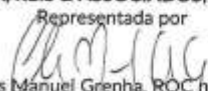
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

4 de 4

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS)



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERREIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANO
MÁRIA ALEJANDRA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILÇA

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de *FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.*, que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 que (que evidencia um total de 501.239.063 euros e um total de capital próprio de 155.960.954 euros, incluindo um resultado líquido de 4.516.091 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de *FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.*, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 5



Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Identificação 501264359
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SROC - HEAD OFFICE
Avenida da Liberdade, n.º 245, 8.º A, B e C
1250-142 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129
www.oroc.pt - E-mail: geral@oroc.pt

DELEGACÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Esplanada 3
2415-096 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175 - F: +351 244 822 178

DELEGACÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitalis
Av. de França, 256, 6.º, Loja A-4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132

**ÊNFASES**

- Conforme divulgado nas notas anexas às demonstrações financeiras (nota 2), a Empresa adotou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016, as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas na União Europeia. No processo de transição dos princípios contabilísticos portugueses ("Sistema de Normalização Contabilística" ou "SNC"), para as IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro. Consequentemente, a informação financeira de 2015, anteriormente apresentada de acordo com o SNC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as IFRS;
- De acordo com o referido no anexo, na nota 6 - Ativos Fixos Tangíveis, foi desenvolvido um estudo referente aos imóveis arrendados propriedade do Fundo Imobiliário Imofarma, evidenciando o seu valor residual, projetado ao final do exercício de 2016. Concluiu-se para os imóveis testados, que o valor residual se apresentava superior ao valor contabilístico reconhecido. Face aos resultados apresentados, a Empresa decidiu não proceder a qualquer depreciação no exercício;
- Conforme é referido na nota 12 do anexo às demonstrações financeiras, a FARMINVESTE 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda., participada a 99,999% pela Empresa, de forma consistente com os exercícios anteriores, vem mantendo contabilizada, pelo método de equivalência patrimonial, uma participação, reforçada no exercício de 73,44% para 75,98% na GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A., reconhecida pelo montante de € 55,97 milhões, divergindo do valor da cotação no mercado NYSE EURONEXT no final do exercício;
- Conforme detalhado na nota 19 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, na sequência de um processo instaurado pela Autoridade da Concorrência (AdC) às empresas do grupo da Associação Nacional das Farmácias, esta entidade condenou, em 22 de Dezembro de 2015, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR ao pagamento de multas, por abuso de posição dominante na modalidade de compressão de margens. A decisão foi objeto de recurso para o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão em 26 de janeiro de 2016, tendo sido proferida sentença em 20 de outubro, julgando procedente os recursos apresentados pelas referidas empresas sendo reduzindo o valor das multas para os montante de €6.082.704 (Farminveste SGPS), €233.531 (Farminveste IPG) e de €171.767 (hmR). Em desacordo com a sentença produzida, foi entretanto interposto pelas sociedades um novo recurso, com efeito suspensivo quanto ao pagamento das coimas aplicadas, até trânsito em julgado da sentença judicial.

2 de 5





Tendo em conta a evolução do processo e a decisão do Tribunal de primeira instância, os órgãos de gestão das sociedades decidiram constituir no exercício uma provisão no valor da totalidade das coimas;

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades,

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a

3 de 5





RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

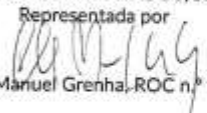
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS INDIVIDUAIS

Senhores Accionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua acção fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Farminveste - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Farminveste SGPS), referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. Ao longo do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes da Farminveste SGPS. Para o efeito, o Conselho de Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. O Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração descreve com clareza os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
4. As demonstrações financeiras mostram-se globalmente aderentes ao referencial contabilístico que as suporta (a empresa adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016, as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro - IFRS, conforme adoptadas na União Europeia) e expressam de forma adequada a situação financeira da Farminveste SGPS a 31 de Dezembro de 2016, bem como os resultados das suas operações, as alterações dos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data.
5. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da opinião e ênfases expressos na Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Travessa de Santa Catarina, 8 • 1200-403 Lisboa
Tel: 21 340 06 00 • Fax: 21 347 29 94
Capital Social 100.000.000,00 € • Pessoa Colectiva 509 491 480

6. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2016, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
7. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 2 de Maio de 2017

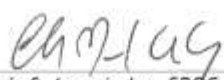
O CONSELHO FISCAL



António Nuno Ribeiro Barros
(Presidente)



Carlos José de Oliveira Paula
(Vogal)



Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda.,
representada por
Carlos Manuel Grenha (ROC n.º 1266), Vogal

Travessa de Santa Catarina, 8 - 1200-403 Lisboa
Tel: 21 340 06 00 - Fax: 21 347 29 94
Capital Social 100.000.000,00 € - Pessoa Colectiva 509 491 480

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS)



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Accionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua acção fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas da Farminveste - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Farminveste SGPS), referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. Ao longo do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes da Farminveste SGPS. Para o efeito, o Conselho de Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. O Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração descreve com clareza os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
4. As demonstrações financeiras consolidadas mostram-se globalmente aderentes ao referencial contabilístico que as suporta (a empresa adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016, as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro - IFRS, conforme adoptadas na União Europeia) e expressam de forma adequada a situação financeira consolidada da Farminveste SGPS a 31 de Dezembro de 2016, bem como os resultados das suas operações, as alterações dos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data.
5. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da opinião e ênfases expressos na Certificação Legal das Contas Consolidadas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Travessa de Santa Catarina, 8 - 1200-403 Lisboa
Tel: 21 340 06 00 - Fax: 21 347 29 94
Capital Social 100.000.000,00 € - Pessoa Colectiva 509 491 480



6. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2016, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração.
7. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 2 de Maio de 2017

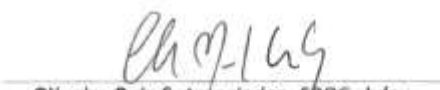
O CONSELHO FISCAL



António Nuno Ribeiro Barros
(Presidente)



Carlos José de Oliveira Paula
(Vogal)



Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda.,
representada por
Carlos Manuel Grenha (ROC n.º 1266), Vogal

Travessa de Santa Catarina, 8 · 1200-403 Lisboa
Tel: 21 340 06 00 · Fax: 21 347 29 94
Capital Social 100.000.000,00 € - Pessoa Colectiva 509 491 480